



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência Regional da Conab do Maranhão

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

São Luís, maio/2011



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento
Superintendência Regional da Conab do Maranhão

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU n.º 2.546/2010.

São Luís, maio/2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONAD
JOSÉ GERARDO FONTELLES
Presidente

EVANGIVALDO MOREIRA DOS SANTOS
MILTON ELIAS ORTOLAN
MARIA DAS GRAÇAS FONTES
EDILSON GUIMARÃES
GUILHERME COSTA DELGADO
Membros

CONSELHO FISCAL - CONFIS
PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
Presidente

FRANCISCO WAYNE MOREIRA
WESLEY JOSÉ GADELHA BEIER
Membros

Diretoria Colegiada
EVANGIVALDO MOREIRA DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo

AMAURY PIO CUNHA
Diretor Financeiro

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política e Informações

RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS
Superintendência Regional do Maranhão
Superintendente

ma.sureg@conab.gov.br
Fones: (098) 2109 – 1302
Fax (098) 2109 – 1350

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	15
1 – IDENTIFICAÇÃO.....	16
2 – RESPONSABILIDADES, OBJETIVOS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	19
2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização.....	20
2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	23
2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.....	24
2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.....	25
2.1.5–Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários.....	28
a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos.....	31
b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar.....	32
c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos.....	33
d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte.....	33
e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros.....	34
2.3 - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	35
2.3.1 – Relação dos Programas.....	35
2.3.2 – Principais Ações dos Programas.....	37
2.3.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	37
2.3.2.1.1 – Resultados	38
2.3.2.1.2 – Análise dos Indicadores.....	39
2.3.2.2 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos.....	40
2.3.2.2.1 – Resultados	41
2.3.2.2.2 – Análise dos Indicadores	42
2.3.2.3 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	42
2.3.2.3.1 – Resultados	43
2.3.2.4 – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	45
2.3.2.4.1 – Resultados.....	46
2.3.2.4.2 – Análise dos Indicadores.....	47
2.3.2.5 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	48
2.3.2.5.1 – Resultados.....	49
2.3.2.6 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	50
2.3.2.6.1 – Resultados.....	51
2.3.2.7 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.....	54
2.3.2.7.1 – Resultados.....	55
2.3.2.7.2 – Análises dos Indicadores.....	56
2.3.2.8 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	56
2.3.2.8.1 – Resultados.....	57
a) Fiscalização dos Estoques Públicos.....	57
b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização.....	58
c) Execução Orçamentária.....	58

2.3.2.9 – (2130) Formação de Estoques Públicos.....	59
2.3.2.9.1 – Resultados.....	60
2.3.2.10 - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	62
2.3.2.10.1 – Resultados	63
2.3.2.11 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	65
2.3.2.11.1 – Resultados	66
2.3.2.12 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	68
2.3.2.12.1 – Resultados	68
2.3.2.13 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	70
2.3.2.13.1 – Resultados.....	70
2.3.2.14 – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	71
2.3.2.14.1 – Resultados.....	72
2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades.....	73
2.3.3.1 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários. .	73
2.3.3.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO.....	74
2.3.3.3 – Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural. .	75
2.3.3.4 – Subvenção econômica aos produtores extrativistas.....	76
2.3.3.5 – Subvenção Econômica aos Produtores de Cana-de-Açúcar.....	78
2.3.3.6 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos.....	79
2.3.3.6.1 – Programa Vendas em Balcão.....	80
2.3.3.7 – Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café.....	82
2.3.3.7.1 – Levantamento da Safra Brasileira de Café	83
2.3.3.7.2 – Levantamento dos Estoques Privados de Café.....	86
2.3.3.7.3 – Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar.....	88
2.3.3.7.4 – Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso.....	91
2.3.3.8 – Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS.....	94
2.3.3.9 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	97
2.3.3.10 – Participação na Execução do Fome Zero.....	104
2.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL	109
2.4.1– Execução Orçamentária	109
2.4.2 – Execução física e financeira das ações realizadas pelo UJ.....	114
2.4.3 – Indicadores de Desempenho ou Institucionais.....	114
2.4.3.1 – Análise dos Indicadores.....	116
2.4.3.1.1 – Ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	116
2.4.3.1.2 – Ação (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	117
2.4.3.1.3 – Ação (2130) Formação de Estoques Públicos.....	122
2.4.3.1.4 – Ação (4710) Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	122
2.4.3.1.5 – Ação (4711) – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	124
2.4.3.1.6 – Ação (2829) – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. .	125
2.4.3.1.7 – Ação (8579) – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	126
3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	127

4 – INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010).....	127
5 – COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	128
5.1 – ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	133
6 – INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES, BEM COMO A TÍTULO DE SUBVENÇÃO, AUXÍLIO OU CONTRIBUIÇÃO.....	139
7 – REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SICONV E SIASG.....	140
8 – DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE BENS E RENDA DO CORPO FUNCIONAL.....	142
9 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ (ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 10/2010).....	143
10 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010).....	145
11 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	147
12 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	148
13 – INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO	158
14 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	158
15 – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU OU DO OCI.....	158
16 – INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO CASO EXISTA NA ESTRUTURA ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA O CASO DE NÃO ACATAMENTO.....	159
17 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	159
18 – INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES.....	160
19 – INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (ANEXO II PARTE C ITEM 36 DA DN TCU 107/2010).....	164
19.1 - INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS.....	164
19.2. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EMPREENDIDAS NO EXERCÍCIO, COM BASE NO DISPOSTO NO ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 108/2001, DEMONSTRANDO O TIPO DE FISCALIZAÇÃO EFETUADA, A DATA EM QUE OCORREU, AS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SANAR AS IRREGULARIDADES VERIFICADAS.....	184
20 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	193
20.1 – DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR (ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	193
20.2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI 4.320/64.....	193
20.3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI 6.404/76.....	193
21.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	215
20.5 – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	219

21 – REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB.....220
ANEXO I.....221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGF – Aquisições do Governo Federal
Bacen – Banco Central do Brasil
Camex – Câmara de Comércio Exterior
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CIBRAZÉM – Companhia Brasileira de Armazenagem
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNPB - Conselho Nacional de Pastores do Brasil
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
CGU – Controladoria Geral da União
Cibrius – Instituto Conab de Seguridade Social
CNAE – Classificação Naciona de Atividades Econômicas
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
DERAL – Departamento de Economia Rural
DIFIN – Diretoria Financeira
DIGEM – Diretoria de Logística e Gestão Empresarial
DIGES- Diretoria de Gestão de Estoques
DevCoCast – Aplicações do GEONETCast para e por Países em Desenvolvimento
Dipai – Diretoria de Política Agrícola e Informações
Dirab – Diretoria de Operações e Abastecimento
Dirad – Diretoria Administrativa
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Ex-CFP – Ex-Companhia de Financiamento da Produção
Funai – Fundação Nacional do Índio
Funasa – Fundação Nacional de Saúde
Geasa – Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
Gebem – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
Gebio – Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade
Gecad – Gerência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
GECON – Gerência de Execução Contábil
GECAF - Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
Gecap – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
Gecom – Gerência de Comercialização
Gefad – Gerência Financeira e de Administração
Gefis – Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
Gehor – Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
GeoSafras – Monitoramento da safra por satélite
Geose – Gerência de Operações e Suporte Estratégico
Gepor – Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
Gevep – Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GEFOC - Gerência de Formação e Controle de Estoques
GPS – Posicionamento por satélite
GEINT – Gerência de Informações Técnicas
GEMOV – Gerência de Movimentação de Estoques
GERAP – Gerência da Rede de Armazéns Próprios
GEPAB – Gerência de Programas Sociais de Abastecimento
IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
Incrá – Instituto de Colonização Rural
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
LOA – Lei de Orçamento Anual
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEP – Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
Pesoja – Prêmio Equalizador de Soja
PGPAF – Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PPA – Plano Plurianual
Proge – Procuradoria Geral
MA – Maranhão
PROHORT – Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Prore – Procuradoria Regional
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
Seade – Setor de Administração
Seopi – Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIMEPAR – Sistema Meteorológico do Paraná
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais
SISAC – Sistema de Apreciação de atos de Admissão e Concessões via Internet
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suarm – Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
Sucon – Superintendência de Contabilidade
Sufin – Superintendência de Finanças
Sufis – Superintendência de Fiscalização de Estoques
Sugof – Superintendência de Gestão da Oferta
Suinf – Superintendência de Informação do Agronegócio
Sumaj – Subprocuradoria de Matéria Judicial
Sumoc – Superintendência de Modernização e Capacitação
Suope – Superintendência de Operações
Supor – Superintendência de Orçamento e Avaliação
Sureg-MA – Superintendência Regional da Conab Maranhão
Sureh – Superintendência de Recursos Humanos
TCU – Tribunal de Contas da União

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

VEP – Valor de Escoamento do Produto

UJ – Unidade de Jurisdição

TR – Taxa de Referência

LISTA DE QUADROS

- Quadro I – Dotações orçamentárias para a ação (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- Quadro II – Detalhamento da Execução física e orçamentária da ação (2004)
- Quadro III – Elementos da execução orçamentária da ação (2007 à 2010)
- Quadro IV – Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
- Quadro V – Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
- Quadro VI – Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
- Quadro VII – Dotação orçamentária para a ação (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exame Periódicos
- Quadro VIII – Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
- Quadro IX – Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
- Quadro X – Dotação orçamentária para a ação (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- Quadro XI – Execução Orçamentária da Ação (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- Quadro XII – Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação
- Quadro XIII – Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação
- Quadro XIV – Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação
- Quadro XV – Dotação orçamentária para a ação (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- Quadro XVI – Execução Física e Orçamentária da Ação
- Quadro XVII – Percentual Execução Financeira do Auxílio – Transporte
- Quadro XVIII – Percentual de Atendimento do Auxílio – Transporte
- Quadro XIX – Custo por Atendimento do Auxílio – Transporte
- Quadro XX – Dotação orçamentária para a ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
- Quadro XXI – Situação e capacidade estática dos armazéns credenciados pela Sureg-MA
- Quadro XXII – Demonstrativo da Execução de Despesa no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
- Quadro XXIII – Dotação orçamentária da ação (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- Quadro XXIV – Execução Orçamentária da Ação na Sureg-MA (2007 a 2010)
- Quadro XXV – Número e média de horas/treinados (por área de conhecimento)
- Quadro XXVI – Atendimento da Demanda de Capacitação
- Quadro XXVII – Percentual da Execução Financeira com Capacitação
- Quadro XXVIII – Custo por Empregado Capacitado
- Quadro XXIX – Dotação orçamentária para a ação (0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- Quadro XXX – Elementos de Despesa da Dotação orçamentária
- Quadro XXXI – Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais
- Quadro XXXII – Dotação orçamentária para a ação (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares
- Quadro XXXIII – Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas
- Quadro XXXIV – Demonstrativo das Ocorrências de Perdas em 2010
- Quadro XXXV – Demonstrativo dos Instrumentos fiscalizados em 2010
- Quadro XXXVI – Elementos da Execução Orçamentária
- Quadro XXXVII – Dotação orçamentária da ação (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

Quadro XXXVIII – Despesas executadas PGPM
 Quadro XXXIX – Remoções dos Produtos da PGPM
 Quadro XL – Posições dos Estoques da PGPM
 Quadro XLI – Dotação orçamentária da ação (2272) Gestão e Administração do Programa
 Quadro XLII– Despesas Correntes e de Capital recebidos pela UJ
 Quadro XLIII – Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa
 Quadro XLIV – Dotação orçamentária para a ação (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas
 Quadro XLV – Discriminação da execução orçamentária
 Quadro XLVI– Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios
 Quadro XLVII – Dotação orçamentária para a ação (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
 Quadro XLVIII – Comparativos das safras 2008/2009 e 2009/2010
 Quadro XLIX - Comparativos da safra 08/09 e 09/10
 Quadro L – Dotação orçamentária para a ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
 Quadro LI – Detalhamento dos Serviços/obras/aquisição na UJ
 Quadro LII – Dotação Orçamentária para a ação (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar
 Quadro LIII – Execução orçamentária da ação (8579) na Sureg-MA
 Quadro LIV – Pepro de milho em grãos (ano 2010)
 Quadro LV – Datas de acompanhamento dos leilões de Pepro / 2010
 Quadro LVI – Demonstrativo do Número de Apólices
 Quadro LVII – Demonstrativo da Execução Orçamentária
 Quadro LVIII – Demonstrativo do Pagamento da Subvenção aos Produtores Extrativistas
 Quadro LIX – Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar
 Quadro LX – Demonstrativo de Vendas em Balcão
 Quadro LXI – Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10
 Quadro LXII – Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2010/11
 Quadro LXIII – Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011
 Quadro LXIV - Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF
 Quadro LXV - Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café
 Quando LXVI - Demonstrativo da Execução da Despesa
 Quadro LXVII – Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar
 Quadro LXVIII – Demonstrativo da Produção de Açúcar
 Quadro LXIX – Demonstrativo da Produção de Alcool
 Quadro LXX – Demonstrativo da Safra 2010
 Quadro LXXI – Levantamento de situação do Pinhão Manso
 Quadro LXXII – Demonstrativo da Execução da Despesa
 Quadro LXXIII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos
 Quadro LXXIV – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios
 Quadro LXXV – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos
 Quadro LXXVI – Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS
 Quadro LXXVII – Demonstrativo das Metas Previstas
 Quadro LXXVIII – Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS
 Quadro LXXIX – Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDS
 Quadro LXXX – Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS
 Quadro LXXXI – Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA
 Quadro LXXXII – Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

Quadro LXXXIII – Demonstrativo das Doações Realizadas
Quadro LXXXIV – Demonstrativo da Distribuição de Produtos
Quadro LXXXV – Demonstrativo de Doação de Feijão dos Estoques Públicos
Quadro LXXXVI – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (Oriundos da Agricultura Familiar)
Quadro LXXXVII – Despesa por Modalidade de Contratação
Quadro LXXXVIII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
Quadro LXXXIX – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa
Quadro XC – Execução física das ações
Quadro XCI – Percentual de Armazéns Cadastrados
Quadro XCII – Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns
Quadro XCIII – Custo por Unidade Cadastrada
Quadro XCIV – Custo por Fiscalização Realizada
Quadro XCV – Percentual de Fiscalizações Realizadas
Quadro XCVI – Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários
Quadro XCVII – Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos
Quadro XCVIII – Índices de perdas, desvios e ocorrências dos produtos fiscalizados
Quadro XCIX – Indicadores de desempenho da formação de estoques públicos da UJ
Quadro C – Índices de Desempenho da Ação dos Micros e Pequenos Varejistas
Quadro CI – Percentuais de pesquisa de safras e execução financeira
Quadro CII – Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas
Quadro CIII – Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria
Quadro CIV – Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias
Quadro CV – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
Quadro CVI – Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro CVII – Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro CVIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro CIX – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro CX – Composição do Quadro de Estagiários Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro CXI – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010
Quadro CXII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva
Quadro CXIII – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra
Quadro CXIV – Faixa Etária X Tempo de Trabalho
Quadro CXV - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco
Quadro CXVI – Controles Internos da UJ
Quadro CXVII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro CXVIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
Quadro CXIX – Gestão de TI da UJ
Quadro CXX – Técnicos da Sutin por tipo de vínculo
Quadro CXXI – Técnicos da Sutin por Área
Quadro CXXII – Aquisição de Equipamentos
Quadro CXXIII – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

LISTA DE FIGURAS

Figura I – Distribuição de pagamentos de subvenção por regiões

Figura II – Comparativo de Vendas – Sureg-MA x Conab

Figura III - Área de Atuação do PAA

Figura IV – Evolução do Número de Empregados

Figura V – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capta*

Figura VI – Serviços de Saúde

Figura VII – Evolução das Demandas Trabalhistas

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Maranhão (Sureg-MA), relativo ao exercício de 2010, foi elaborado na forma prescrita em consonância com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU n.º 277 / 2010 e Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

Tomando-se por base a Parte A-Conteúdo Geral, do Anexo II, da DN 107, não foram atendidos os itens 3, 6, 14 e 15 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-MA, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a Empresa e os empregados.

As Ações Orçamentárias: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados e Contribuição à Previdência Privada não constam neste Relatório, pois a execução orçamentária é realizada pela Matriz (UG 135100), em Brasília, por meio da folha de pagamentos.

Raimundo Nonato dos Santos

Superintendência Regional do Maranhão
Superintendente

EVANGELDO MOREIRA DOS SANTOS

Presidente da Conab

1 – IDENTIFICAÇÃO

Identificação da UJ no Relatório de Gestão

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Superintendência Regional Maranhão			
Denominação abreviada: Conab/Sureg-MA			
Código SIORG: 087065	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 22211
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal			
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(98) 2109 – 1302	(98) 2109 – 1300	(98) 2109 – 1350
Endereço Eletrônico: ma.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. Jerônimo de Albuquerque, Edifício Nena Cardoso, nº 06 - Vinhais			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Conab é constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944, de 26.12.90. A última alteração do Estatuto Social foi aprovada por meio do Decreto n.º 6.407, de 24/03/08. A Superintendência Regional da Conab no Estado do Maranhão, é parte integrante da estrutura organizacional da Conab e foi criada mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 38.ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05/04/1994.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 9.973/2000 – Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas.			
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Operações da Conab – MOC, Normas de Organização – NOC e Regulamento de Pessoal			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
135170	Sede Sureg Maranhão		
135171	Unidade de Estoque Estratégico Maranhão		

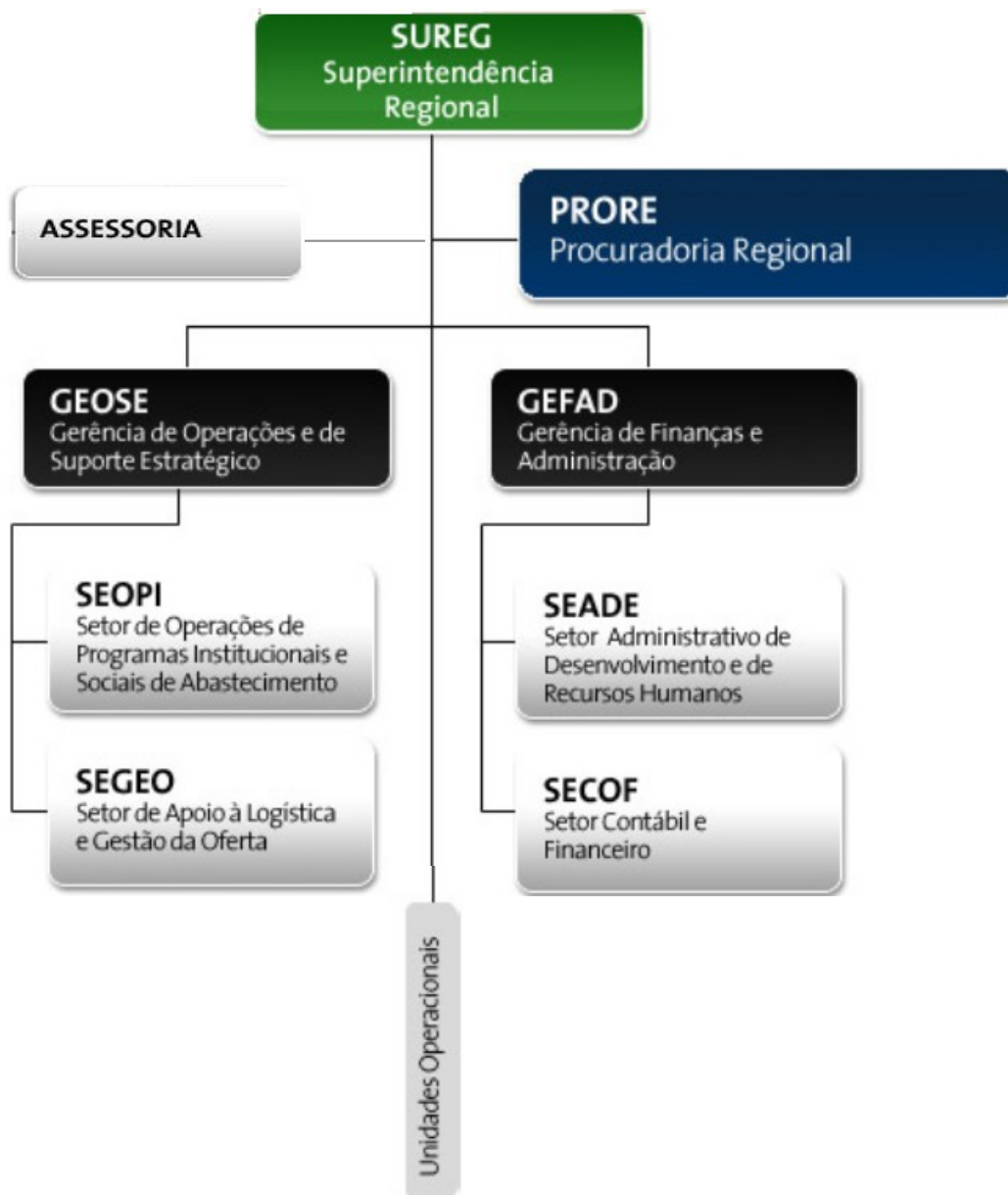
135174	Unidade Armazenadora de Imperatriz
135460	Unidade Armazenadora de São Luis
135550	Unidade Conab PAA Maranhão
135173	Unidade Armazenadora de Itaqui
135569	Unidade Armazenadora de Balsas
135172	Núcleo Estoque Regulador PGPM Maranhão
135429	Mercado de Opção Maranhão
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135170	22211
135171	22211
135174	22211
135460	22211
135550	22211
135173	22211
135569	22211
135172	22211
135429	22211

Com sede em São Luis, a Sureg-MA está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;

V. constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, conforme **Organograma à seguir:**



2 – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A missão institucional da Conab é “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safras.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como café, feijão, milho, sisal e trigo, com destaque para o trigo no estado do Rio Grande do Sul com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresários na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum-TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café em milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenados nos Estado da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas no Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como

a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.
- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.

- Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2010 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de

capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2010, para o Estado do Amazonas. Nesse ano, foram cadastradas 185 novas unidades novos varejistas, e disponibilizadas para venda, em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó, e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA.

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do

Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e

os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5—Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 94 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t de estoques do governo e 429.584 t de estoques de terceiros. Em 2010, equivale a 1.125.336 toneladas, sendo 927.536 toneladas de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma a aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de

comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 - Gestão de Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a convênios, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras.

2.3.1 – Relação dos Programas

(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho:

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários:

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 – Principais Ações dos Programas

Os programas executados pela Conab têm diversas ações. São elas:

- (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
- (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
- (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.
- (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.
- (2130) Formação de Estoques Públicos
- (2272) Gestão e Administração do Programa
- (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas
- (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras
- (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns
- (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

2.3.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gesas

2.3.2.1.1 – Resultados

Quadro I – Dotações orçamentárias para a ação (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001 - PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	796.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	0,00	-
Dotação Final	22.553.050,00	796.000,00	3,53
Execução Orçamentária	22.528.324,99	795.726,76	3,53
Índice	99,89	99,97	-
Meta Física	14.849	465	3,13
Execução Física	15.104	495	3,28
Índice	101,72	106,45	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA 2010 dotação orçamentária de R\$14.882.545,00 com suplementação de R\$7.670.505,00, totalizando R\$22.553.050,00; e para a Sureg-MA foi descentralizado o crédito de R\$796.000,00. Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$795.726,76, o equivalente a 99,97%.

No acumulado de 2010, o número de atendimentos realizados aos beneficiários foi de 495, logo o gasto per capita ficou em torno de R\$1.607,53 (conforme quadro abaixo).

Quadro II – Detalhamento da Execução física e orçamentária da ação (2004)

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	505	465	-7,92	1.009.000,00	796.000,00	-21,11
Execução	502	495	-1,39	1.000.940,26	795.726,76	-20,5
Percentual de Execução	99,4059406	106,451613	-	99,20	99,97	-
Gasto per capita (R\$)				1.993,90	1.607,53	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Os R\$795.726,76 gastos com a ação acima englobam como elementos de despesas material de consumo, outros serviços de terceiros, obrigações tributárias e contributivas e indenizações e restituições. No quadro abaixo vemos o detalhamento de execução orçamentária de 2007 à 2010.

Quadro III – Elementos da execução orçamentária da ação (2007 à 2010)

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	0,00	557.584,18	33.516,10	-	591.100,28
2008	-	1.530,00	571.853,76	7.972,58	-	581.356,34
2009	-	-	978.252,74	22.687,52	-	1.000.940,26
2010	-	-	779.707,53	16.019,23	-	795.726,76

Fonte: Siafi

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

2.3.2.1.2 – Análise dos Indicadores

Quadro IV – Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				1.096,66
2008				1.142,15
2009				1.993,90
2010	Meta:	1.993,90	Realizado	1.607,53
Análise: Quando observamos o custo por atendimento dos últimos dois anos (2009 e 2010), notamos que a execução física de atendimentos vem caindo e a execução financeira diminuíram. Este fato refere-se procedimentos mais complexos e de maior custo realizados pelos beneficiários no ano anterior.				

Quadro V – Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				73,63
2008				77,47
2009				99,41
2010	Meta:	100,00	Realizado	106,45
Análise: Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado, incluindo mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na				

metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador. Em 2010, a execução física superou a meta esperada em 6,45% devido principalmente ao crescimento do número de empregados e ao aumento da faixa etária.

Quando VI – Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,85
2008				99,38
2009				99,20
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,97
Análise: Observamos também que, conforme o quadro abaixo, o percentual de execução financeira do SAS, de 2007 a 2010, está sempre acima dos 90%, ou seja, beirando a meta de 100% da dotação.				

2.3.2.2 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exames Periódicos

- **Tipo: Atividade**
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

2.3.2.2.1 – Resultados

Quadro VII – Dotação orçamentária para a ação (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exame Periódicos

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001 - PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	467.307,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	466.920,20	0,00	0,00
Índice	99,92	-	-
Meta Física	2.596	80	3,08
Execução Física	2.320	71	3,06
Índice	89,37	88,75	-

Fonte: Geare e Gebem

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Para a ação 20CW houve uma dotação orçamentária nacional de R\$467.307,00 e uma execução de R\$466.920,20. A baixa dotação orçamentária aprovada para esta Ação levou a Conab a solicitar por diversas vezes suplementação orçamentária para cobertura das despesas com os exames médicos obrigatório, sem, contudo, conseguir aprovação para os pleitos. Por este motivo parte dos exames foram realizados com dotação orçamentária da Ação de Assistência Médica e Odontológica, caso do Maranhão que não houve dotação orçamentária, apenas meta física de 80 assistências e executadas 71.

2.3.2.2.2 – Análise dos Indicadores

Quadro VIII – Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	88,75
Análise: Percebemos que não houve dotação orçamentária para a Sureg-MA, mas houve meta física para a UJ, com o cumprimento de 88,75% da mesma.				

Quadro IX – Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	-	Realizado	-
Análise: Não houve dotação orçamentária para a respectiva ação no âmbito da UJ.				

2.3.2.3 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- Coordenador Nacional da Ação: Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

2.3.2.3.1 – Resultados

Quadro X – Dotação orçamentária para a ação (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

(2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001 - PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	705.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	0,00	-
Dotação Final	23.153.755,00	705.000,00	3,04
Execução Orçamentária	23.123.978,63	703.556,33	3,04
Índice	99,87	99,80	-
Meta Física	4.003	110	2,75
Execução Física	4.329	120	2,77
Índice	108,14	109,09	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

No exercício de 2010, o crédito orçamentário para a Conab como um todo foi de R\$23.153.755,00; dos quais foram gastos R\$23.123.978,63; perfazendo 99,87% do previsto.

A meta física nacional de beneficiar 4.003 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$20,00/dia, foi executada em 108,14%, perfazendo uma média mensal de 4.329 empregados.

Já a Sureg-MA recebeu R\$705.000,00. Enquanto que em 2009, o percentual de execução financeira girou em torno de 99,95% (conforme discriminado abaixo).

Quadro XI – Execução Orçamentária da Ação (2212) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	120	110	-8,33	564.400,00	705.000,00	24,91
Execução	120	120	0	564.140,67	703.556,33	24,71
Percentual de Execução	100	109,09	-	99,95	99,80	-
Gasto per capita (R\$)				4.701,17	5.862,97	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Em 2010, a Sureg-MA conseguiu executar 109,09% da meta física estabelecida. O que equivale a 23,86% da execução financeira nacional.

2.3.2.3.2 – Análise dos Indicadores

Quadro XII – Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				98,36
2008				110,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	109,09
Análise: Durante os últimos quatro anos os percentuais mantiveram-se sempre nos 100%, com exceção do exercício de 2007 que ficou em torno de 98,36%. Em 2010, a execução física superou a meta prevista em 9,09%				

Quadro XIII – Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,91
2008				94,52
2009				99,95
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,80
Análise: A execução orçamentária atingiu 99,80% da dotação prevista, perto dos 100% pretendido.				

Quando XIV – Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				4.508,50
2008				4.764,89
2009				4.701,17
2010	Meta:	4.701,17	Realizado	5.862,97
Análise: Em comparação aos anos anteriores, no ano de 2010 houve acréscimo no custo por atendimento. O custo no exercício passado ficou em torno de R\$ 5.862,97.				

2.3.2.4 – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM.

2.3.2.4.1 – Resultados

Quadro XV – Dotação orçamentária para a ação (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	139.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	139.000,00	1,96
Execução Orçamentária	6.981.555,76	138.046,75	1,98
Índice	98,54	99,31	
Meta Física	3.897	80	2,05
Execução Física	3.771	71	1,88
Índice	96,77	88,75	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação aprovada na LOA/2010 e suplemento foi de R\$7.085.326,00; sendo gastos R\$6.981.555,76, perfazendo 98,54% do programado, e meta física estabelecida de beneficiar 3.897 empregados/mês foi cumprida em 96,77%, atendendo uma média mensal de 3.771 funcionários.

Na Sureg-MA a execução desta ação se dá de duas maneiras: os empregados recebem o auxílio em pecúnia ou por meio da aquisição de tickets (ou de cartão magnético de transporte).

Quadro XVI – Execução Física e Orçamentária da Ação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	110	80	-27,27	125.000,00	139.000,00	11,20
Execução	126	71	-43,65	123.022,84	138.046,75	12,21
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	53	0	0,00	42.678,00	52.580,80	23,20
Em pecúnia	73	71	-2,74	80.344,84	85.465,95	6,37
Percentual de Execução	114,55	88,75	-	98,42	99,31	-
Gasto per capita (R\$)				976,37	1.944,32	-

Fonte: Siafi e Gebem

2.3.2.4.2 – Análise dos Indicadores

Quadro XVII – Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				92,45
2008				99,83
2009				98,42
2010	Meta:	100	Realizado	99,31
Análise: Nos três últimos anos, o percentual da execução financeira ficou acima de 98%, exceção feita no ano de 2007, onde o percentual ficou em torno de 92,45%.				

Quadro XVIII – Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				96,72
2008				134,65
2009				114,55
2010	Meta:	100	Realizado	88,75
Análise: A Sureg – MA teve como meta física atender uma média de 80 funcionários /mês durante o ano de 2010, tendo Beneficiado 71 ao mês e atingido 88,75% do previsto. Logo o percentual de atendimento encontra-se dentro do esperado.				

Quadro XIX – Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				1.018,53
2008				917,58
2009				976,37
2010	Meta:	976,37	Realizado	1.944,32
Análise: Em 2010, os 71 funcionários beneficiados com auxílio – transporte na Sureg-MA geraram um custo por atendimento de R\$ 1.944,32, ou seja, um acréscimo se comparado aos três anos anteriores.				

2.3.2.5 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad

2.3.2.5.1 – Resultados

Quadro XX – Dotação orçamentária para a ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001 - PTRES = 01692			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	30.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	500.000,00	30.000,00	6,00
Execução Orçamentária	453.058,55	25.910,69	5,72
Índice	90,61	86,37	-
Meta Física	4.500	0	0,00
Execução Física	6.115	399	6,52
Índice	135,89	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

A meta física consolidada da Companhia, aprovada na LOA/2010, previa o cadastramento/recadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, tendo sido executado 6.115 armazéns, representando 135,89% da meta física. Da meta financeira foram gastos R\$453.058,55, cerca de 90,61% da dotação global de R\$500.000,00.

No âmbito da Sureg-MA houve uma dotação orçamentária de R\$30.000,00, representando 6% do total nacional, e foram gastos R\$25.910,69.

A execução financeira ocorreu devido as despesas com empregados cedidos para execução de atividades da ação em outras Suregs e da necessidade de cadastramento/recadastramento de unidades armazenadoras para apoio aos instrumentos de comercialização.

No ano de 2010, na área sob jurisdição da Sureg-MA estavam cadastrados um total de 155 armazéns com capacidade estática total de 1.742.630 t, representando cerca de 1,26% da oferta nacional.

O percentual de armazéns cadastrados, que tem como objetivo acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA, na Sureg-MA ficou em torno de 86,37%.

Quadro XXI – Situação e capacidade estática dos armazéns credenciados pela Sureg-MA

Sureg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
MA	Credenciados	6	52.000	0	0	0	0	0	0	-100	-100,00
	Descredenciados	1	1.309	0	0	0	0	0	0	-100	-100,00
	Aptos s/ contrato	0	0	0	0	3	80.384	3	80.384	-	-
	Impedidos	122	983.418	37	123.765	90	1.089.623	127	1.213.388	4,10	23,38
	Impedidos no SICAF	23	569.539	2	11.496	23	437.362	25	448.858	8,70	-21,19
	Cadastrados	152	1.606.266	39	135.261	116	1.607.369	155	1.742.630	1,97	8,49
Total Nacional	Credenciados	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		1,01	0,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		0,89	1,23	0,55	0,52	1,12	1,43	0,89	1,26	-	-

Fonte: Gecad

A manutenção do cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, da recepção e de expedição de produtos. Para essa atividade foi executado, para o ano de 2010, um total de R\$ 31.459,55. o demonstrativo da execução desta ação está disponibilizado no quadro abaixo:

Quadro XXII – Demonstrativo da Execução de Despesa no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	1.800,00	1.247,15	-	26,60	3.073,75
2008	3.780,00	-	2.752,67	4,95	6.537,62
2009	15.966,00	3.448,70	7.728,96	144,90	27.288,56
2010	25.973,50	4.109,22	1.376,83	-	31.459,55

Fonte: Siafi

2.3.2.6 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – Gecap

2.3.2.6.1 – Resultados

Quadro XXIII – Dotação orçamentária da ação (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

(4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação
Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001 - PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	55.000,00	3,24
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	
Dotação Final	1.700.000,00	55.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	54.541,27	3,48
Índice	92,11	99,17	
Meta Física	5.917	126	2,13
Execução Física	3.666	57	1,55
Índice	61,96	45,24	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação orçamentária global para a ação aprovada na LOA/2010 foi de R\$1.700.000,00 e a meta física previa o treinamento de 5.917 empregados. Durante o exercício foram treinados 3.666 empregados, 61,96% da meta física estabelecida, ao custo total de R\$1.565.871,48; representando 92,11% da dotação orçamentária da Companhia.

Já na Sureg-MA a dotação foi de R\$55.000,00, e a execução orçamentária totalizou R\$54.541,27; logo 99,17% da dotação destinada. No quadro abaixo, vemos o detalhamento da execução orçamentária da ação nos anos de 2007 a 2010.

Quadro XXIV – Execução Orçamentária da Ação na Sureg-MA (2007 a 2010)

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	10.270,00	-	10.094,31	-	10.242,00	-	406,18	31.012,49
2008	3.615,00	-	8.930,77	-	51.302,89	-	693,00	64.541,66
2009	2.565,00	-	2.328,06	-	21.682,76	-	2.521,44	29.097,26
2010	17.690,00	-	12.241,37	-	20.738,00	-	3.871,90	54.541,27

Fonte: Siafi

Os empregados foram capacitados em 8 áreas, com ênfase na área de Educação e Desenvolvimento, com 57 empregados treinados nessa área e com 1.639 homens/hora treinados.

Em 2010, a média geral de carga/horária por participante foi de 28,75.

Quadro XXV – Número e média de horas/treinados (por área de conhecimento)

Área de Conhecimento	Nº de Treinados	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	16	262	16,38
Auditoria	0	0	-
Comunicação Social	0	0	-
Educação e Desenvolvimento	2	24	12
Financeira	4	52	13
Gerencial	0	0	-
Informática	2	0	0
Jurídica	2	24	12
Operacional	16	541	33,81
Planejamento	15	688	45,87
Qualidade	0	0	-
Total	57	1.639	28,75

Fonte: Gecap

2.3.2.6.2 – Análise dos Indicadores

Quadro XXVI – Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				138,83
2008				148,15
2009				61,11
2010	Meta:	100,00	Realizado	45,24
Análise: O atendimento da demanda de capacitação ficou em torno de 45,24% da meta física estipulada inicialmente, devido, principalmente ao fato de que alguns dos cursos planejados no ano de 2009 não aconteceram por dificuldades da contratação de órgãos especializados e pela dificuldade de de formação de turma.				

Quadro XXVII – Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				96,91
2008				99,29
2009				96,99
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,17
Análise: A Sureg-MA, executou R\$54.541,27 gastos com a ação acima no ano de 2010, ou seja, 99,17% do orçamento disponível para a UJ. O resultado atingiu o índice esperado.				

Quadro XXVIII – Custo por Empregado Capacitado	
Descrição: Custo por empregado capacitado	
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado	
Tipo: Eficiência	
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado	
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior	
Fórmula de Cálculo: X/Y	
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados	
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Anual	
Responsável: Gerente da Gecap	
Resultados:	
2007	216,87
2008	806,77
2009	203,48
2010 Meta: 203,48 Realizado	956,86
Análise: O custo per capta apresentou variação, a maior, de 370,25% em função do aumento das despesas com diárias e passagens, pela participação de cursos realizados na Matriz, em Brasília.	

2.3.2.7 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – Proge
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj

2.3.2.7.1 – Resultados

Quadro XXIX – Dotação orçamentária para a ação (0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001 - PTRES = 001687			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	890.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	0,00	
Dotação Final	31.467.764,00	890.000,00	2,83
Execução Orçamentária	31.412.433,87	889.196,92	2,83
Índice	99,82	99,91	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Para a Conab Nacional foram consignados R\$12.000.000,00 de dotação orçamentária com suplementações no valor de R\$19.467.764,00. Foram gastos R\$31.467.764,00, ou seja, 99,82% da dotação final. Os suplementos/cancelamentos ocorreram por meio de decretos entre o período de 07.07.2010 à 16.12.2010.

Já para a Sureg-MA foram disponibilizados R\$890.000,00 (2,83% da dotação nacional) e desembolsados R\$889.196,92, para os pagamentos de Pessoal e Encargos Sociais e Despesas Correntes (conforme detalhado no quadro a seguir).

Quadro XXX – Elementos de Despesa da Dotação orçamentária

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	192.872,07	66.729,08	0,00	0,00	259.601,15
2008	386.679,29	276.688,06	0,00	0,00	663.367,35
2009	152.357,96	403.498,31	0,00	0,00	555.856,27
2010	345.001,64	544.195,28	0,00	0,00	889.196,92

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

2.3.2.7.2 – Análises dos Indicadores

Quadro XXXI – Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				99,85
2008				94,77
2009				99,62
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,91
Análise: A execução financeira de R\$ 889.196,92 gerou um percentual de 99,91%. o percentual ficou dentro do esperado.				

2.3.2.8 – (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – Gefis

2.3.2.8.1 – Resultados

Quadro XXXII – Dotação orçamentária para a ação (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

(2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001 - PTRES = 01690			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	100.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	3.100.000,00	100.000,00	3,23
Execução Orçamentária	2.603.751,25	82.123,07	3,15
Índice	83,99	82,12	-
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	70	1,67
Execução Física	8.880	80	0,90
Índice	211,43	114,29	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

Em 2010, nas unidades armazenadoras vistoriadas na Sureg-MA foram fiscalizadas cumulativamente 10.304 toneladas de produtos, não sendo registradas perdas qualitativas (produtos tipo AP e desclassificados), apenas perdas quantitativas (perdas em armazenagem) no total de 204 t, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

Quadro XXXIII – Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	3.953	3.953	9.377	9.221
Contrato de Opção	4.102	4.102	-	-
Agricultura Familiar	1.037	1.037	242	194
Fome Zero	727	727	889	889
Estoque Próprio	-	-	-	-
Varreduras	-	-	-	-
Terceiros	8.592	8.592	-	-
Total	18.411	18.411	10.508	10.304

Fonte: Gefis

Quadro XXXIV – Demonstrativo das Ocorrências de Perdas em 2010

Produto	Ocorrência (Em t)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Arroz	0	0	0	15	15
Milho	0	0	0	189	189
Total	0	0	0	204	204

Fonte: Gefis

b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização

Em 2010, a Sureg-MA realizou 70 fiscalizações de diversos instrumentos, entre eles as operações de Vendas em Balcão, PEPRO, Proposta de Seguro Rural e Subvenção aos Extrativistas.

Quadro XXXV – Demonstrativo dos Instrumentos fiscalizados em 2010

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	-	-	-	16
AGF	-	-	-	-
PEPRO	-	3	1	13
PEP	-	-	-	-
VEP	-	-	-	-
PROP	-	-	-	-
Propostas de Seguro Rural	1	1	9	5
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	36
Total	1	4	10	70

Fonte: Gevep

c) Execução Orçamentária

No âmbito da Sureg-MA, o calendário de fiscalização dos estoques públicos foi cumprido. A maioria da execução orçamentária liquidada de R\$82.123,07 correspondeu ao pagamentos de diárias para os empregados da Sureg-MA fiscalizando no estado e de funcionários que se deslocaram para realizarem fiscalização em outros estados (conforme quadro abaixo).

Quadro XXXVI – Elementos da Execução Orçamentária

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				P. Física	P. Jurídica				
2007	21.339,98	2.983,81	4.275,14	0,00	188,60	0,00	0,00	0,00	28.787,53
2008	10.540,00	2.004,08	709,51	0,00	88,00	0,00	0,00	0,00	13.341,59
2009	26.999,00	1.517,33	5.916,28	0,00	260,10	0,00	810,00	0,00	35.502,71
2010	60.378,00	5.648,04	16.097,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.123,07

Fonte: Siafi

2.3.2.9 – (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações Especiais – Suope, Superintendência de Contabilidade – Sucon e Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof

2.3.2.9.1 – Resultados

Quadro XXXVII – Dotação orçamentária da ação (2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM
(21301) Formação dos Estoques Públicos
Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001
PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MA	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	1.000.000,00	0,04
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	690.746,19	0,05
Índice	54,65	69,07	-
Meta Física	3.517.000	0	0,00
Execução Física	1.036.732	0	0,00
Índice	29,48	-	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para a realização das diversas atividades correlatas ao estoques públicos a LOA/2010 consignou, para a Conab, dotação de R\$2.300.000.000,00 e meta física de 3.517.000 toneladas de produtos agrícolas.

Em 2010, a Sureg-MA não teve meta a executar com relação a aquisição de produtos. O Maranhão se caracteriza como sendo um estado importador de alimentos e isto inviabiliza as aquisições de produtos amparados da pauta de preços mínimos. Entretanto, a Sureg-MA recebe produtos originários da PGPM para desenvolver ações relacionadas ao Programa de Vendas em Balcão e recebe também outros gêneros alimentícios para compor cestas básicas.

Em 2010, a dotação orçamentária final para a Sureg-MA foi de R\$1.000.000,00, executando R\$690.746,19, ou seja, 69,07% (conforme quadro abaixo).

Quadro XXXVIII – Despesas executadas PGPM

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-MA	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	0,00	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	37.012,89	2,01
Embalagens	4.059.563,13	0,00	0,00
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	0,00	0,00
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	0,00	0,00
ICMS	19.710.143,75	380.386,59	1,93
ISS	57.965,50	0,00	0,00
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	0,00	0,00
Encargos financeiros	8.685,68	0,00	0,00
Serviços de terceiros	9.299.643,89	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	13.909,09	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	0,00	0,00
Análises laboratoriais	828.520,98	0,00	0,00
Taxas e pedágios	50.255,47	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	273.346,71	0,25
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	690.746,19	0,05

Fonte: Siafi

No exercício passado a Sureg-MA recebeu, de remoções de outros estados, milho em grãos (para o Programa Venda em Balcão) e feijão (para confecção de cestas básicas).

O feijão e o milho oriundos de remoção foram adquiridos através de AGF e Contratos de Opção. Também foram comprados 29.723 unidades em sacaria para armazenar esses produtos.

Nos quadros abaixo visualizamos os estados de origem dos produtos e as quantidades removidas para o Maranhão, bem como os vínculos destes produtos.

Quadro XXXIX – Remoções dos Produtos da PGPM

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MA	MA	Feijão	Cestas de Alimentos	7.608,74	7.608,74	72	0	0	0	72
Total				7.608,74	7.608,74	72	0	0	0	72
MT	MA	Milho	Vendas em Balcão	289020	217248,49	600	487	0	0	113
Total				289.020,00	217.248,49	600	487	0	0	113

Fonte: Suarm/Gemov

Quadro XL – Posições dos Estoques da PGPM
Posição do Estoques – 31/12

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Feijão	AGF	-	-	145,4	-	-
Milho	AGF	4.140,8	3.902,5	1.401,1	-90,58	-64,10
	Contrato de Opção	111,2	-	-	-100,00	-
Sacaria(und)		99.665,0	30.723,0	29.723,0	-96,92	-3,25
Total	Produto	4.252,0	3.902,5	1.546,5	-90,82	-60,37
	Sacaria	99.665,0	30.723,0	29.723,0	-96,92	-3,25

Fonte: Suarm/Gemov

2.3.2.10 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – Difin
- **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodriques Bezerra
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Superintendência de Finanças – Sufin

2.3.2.10.1 – Resultados

Quadro XLI – Dotação orçamentária da ação (2272) Gestão e Administração do Programa

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	0,00	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	5.258.000,00	1,14
Pessoal	359.742.641,00	2.453.000,00	0,68
Custeio	81.077.168,00	2.775.000,00	3,42
Investimentos	18.522.832,00	30.000,00	0,16
Execução Orçamentária	447.856.094,54	5.251.109,95	1,17
Pessoal	356.605.474,56	2.451.510,51	0,69
Custeio	80.499.809,63	2.774.532,96	3,45
Investimentos	10.750.810,35	25.066,48	0,23
Índice	97,50	99,87	-

Fonte: Supor e Siafi

No exercício de 2010, o crédito orçamentário final foi de R\$459.342.641,00, dos quais foram gastos R\$447.856.094,54; perfazendo 97,50% do previsto.

Já para a Sureg-MA houve uma dotação final de R\$5.258.000,00 (1,14% do total nacional), sendo liquidados R\$5.251.109,95, ou 99,84% da dotação. Deste valor foram executados R\$2.451.510,51 para pessoal; R\$2.774.532,96 para custeio e R\$25.066,48 para investimentos.

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária processada nas Regionais da Conab eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal de toda a Companhia, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

O quadro abaixo contempla os valores destinados ao pagamento de pessoal, custeio e investimentos com mais detalhes, e ainda compara os quatro últimos exercícios (2007 a 2010).

Quadro XLII– Despesas Correntes e de Capital recebidos pela UJ

Discriminação	MA			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	5.575.848,19	6.211.698,53	6.644.548,63	2.451.510,51
Outros benefícios assistenciais	9.612,20	10.050,00	3.350,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.035.233,47	4.534.850,76	4.826.502,72	411.770,80
Obrigações patronais	1.462.375,97	1.562.918,44	402.192,05	396.780,23
Outras despesas variáveis	63.265,88	81.100,24	113.168,89	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	21.951,56	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	827,53	272,10	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	5.360,67	0,00	0,00	8.137,43
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	1.298.209,62	1.631.795,92
Sentenças judiciais	0,00	0,00	853,25	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	3.026,13
Custeio	2.445.585,41	2.367.961,36	2.313.423,26	2.774.532,96
Outros benefícios assistenciais	0,00	2.975,00	0,00	0,00
Diárias	95.377,12	145.595,00	163.812,00	265.343,00
Material de consumo	235.157,72	239.343,52	146.020,44	144.218,04
Passagens e Despesas com locomoção	50.605,45	50.765,96	35.860,48	74.580,77
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	120.697,34	117.748,98	110.724,66	189.572,86
Locação de mão-de-obra	498.454,44	592.694,82	749.834,04	969.286,99
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.124.991,01	1.169.253,13	1.012.436,24	1.059.851,06
Obrigações tributárias e contributivas	165.582,10	46.940,24	55.328,23	38.933,94
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	154.720,23	2.644,71	39.407,17	13.189,94
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	4.591,33
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	14.965,03
Investimentos	163.753,78	126.584,89	10.229,37	25.066,48
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente	163.753,78	126.584,89	10.229,37	25.066,48
Total	8.185.187,38	8.706.244,78	8.968.201,26	5.251.109,95

Fonte: Siafi

2.3.2.10.2 – Análise dos Indicadores

Quadro XLIII – Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				99,77
2008				99,89
2009				99,84
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,87
Análise: Em 2010 houve dotação orçamentária final de R\$5.258.000,00. A Sureg-MA conseguiu executar 99,87% deste valor, logo o percentual ficou no patamar esperado.				

2.3.2.11 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.
- **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da ideia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** José Antônio da Costa
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB e Gerência de Parcerias Institucionais – GEPRI

2.3.2.11.1 – Resultados

Quadro XLIV – Dotação orçamentária para a ação (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas			
Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária	300.000,00	10.000,00	3,33
Execução Orçamentária	120.061,27	6.846,61	5,70
Índice	40,02	68,47	-
Meta Física – unidade organizada	1.400	200	14,29
Execução Física	185	5	2,70
Índice	13,21	2,50	-

Fonte: Supor e Siafi

Na Conab Nacional foi autorizado dotação orçamentária no valor de R\$300.000,00, sendo executado o valor de R\$120.061,27, ou seja, 40,02% do total da dotação.

A meta física era de 1.400 unidades (para o ano de 2010). A Conab Nacional conseguiu organizar 185 unidades (13,21% do total previsto).

No estado do Maranhão foi dotado R\$10.000,00 e executado R\$6.846,61 (68,47%). A discriminação da dotação executada encontra-se no quadro a seguir.

Quadro XLV – Discriminação da execução orçamentária

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				P. Física	P. Jurídica			
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
2009	2.295,00	-	3.029,76	-	-	-	-	5.324,76
2010	3.712,50	-	3.134,11	-	-	-	-	6.846,61

Fonte: Siafi

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela. É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,

- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,
- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

A Conab pode atuar eventualmente como fornecedora de produtos, em função da disponibilidade de estoques oriundos da agricultura familiar. Em 2010, foram disponibilizadas 47.120 toneladas de arroz beneficiado e leite em pó, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLVI– Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios

Produto	Ano					
	2009		2010			
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Arroz beneficiado	12.120	13.090	14.070	23.815	128	31.738
Leite em pó	1.950	10.725	33.050	181.775		
Total	14.070	23.814,60	47.120	205.589,60	128	31.738

Fonte: Supab/Gevap

2.3.2.12 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa

2.3.2.12.1 – Resultados

Quadro XLVII – Dotação orçamentária para a ação (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	30.000,00	3,00
Execução Orçamentária	878.237,66	28.417,82	3,24
Índice	87,82	94,73	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

O modelo de coleta de dados para acompanhamento e avaliação de safras vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados pela Conab Nacional, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2008-2011 previa a realização de doze pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. A dotação orçamentária para a ação foi de R\$1.000.000,00, sendo executado R\$878.237,66 (87,82% da meta).

No estado do Maranhão, no comparativo entre as safras 2008/2009 e 2009/2010, houve um aumento de 7,5% da área plantada e um aumento de 14,3% na produção, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro XLVIII – Comparativos das safras 2008/2009 e 2009/2010

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	12,8	11,3	-11,7	-1,5	25,5	26,3	3,1	0,8
Arroz	478,6	470,0	-1,8	-8,6	605,0	514,7	-14,9	-90,3
Feijão total	96,8	85,0	-12,2	-11,8	44,3	28,0	-36,8	-16,3
Feijão 1ª safra	40,8	41,8	2,5	1,0	16,1	5,9	-63,4	-10,2
Feijão 2ª safra	56,0	43,2	-22,9	-12,8	28,2	22,1	-21,6	-6,1
Milho total	373,4	382,4	2,4	9,0	504,1	562,1	11,5	58,0
Milho 1ª safra	373,4	382,4	2,4	9,0	504,1	562,1	11,5	58,0
Soja	387,4	502,1	29,6	114,7	975,1	1.330,6	36,5	355,5
Total MA	1.349,0	1.450,8	7,5	101,8	2.154,0	2.461,7	14,3	307,7

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Já no comparativo entre as safras de 2009/2010 e 2010/2011, foram medidos aumentos de 1,3% na área plantada e de 13,2% na produção de grãos no estado do Maranhão (conforme quadro abaixo).

Quadro XLIX - Comparativos da safra 08/09 e 09/10

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	11,3	17,6	55,8	6,3	26,3	41,5	57,8	15,2
Arroz	470,0	457,8	-2,6	-12,2	514,7	631,8	22,8	117,1
Feijão total	85,0	85,0	0,0	0,0	28,0	38,3	36,8	10,3
Feijão 1ª safra	41,8	41,8	0,0	0,0	5,9	16,3	176,3	10,4
Feijão 2ª safra	43,2	43,2	0,0	0,0	22,1	22,0	-0,5	-0,1
Milho total	382,4	382,4	0,0	0,0	562,1	535,4	-4,8	-26,7
Milho 1ª safra	382,4	382,4	0,0	0,0	562,1	535,4	-4,8	-26,7
Soja	502,1	527,2	5,0	25,1	1.330,6	1.539,4	15,7	208,8
Total MA	1.450,8	1.470,0	1,3	19,2	2.461,7	2.786,4	13,2	324,7

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Em 2010, para a meta de execução de 12 levantamentos de safras a serem realizados pela Su-reg-MA, o estado recebeu de dotação orçamentária R\$30.000,00, executando R\$ 28.417,82 (94,73%).

2.3.2.13 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad

2.3.2.13.1 – Resultados

Quadro L – Dotação orçamentária para a ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	160.000,00	0,76
Despesas Correntes	5.850.000,00	130.000,00	2,22
Despesas de Capital	15.200.000,00	30.000,00	0,20
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	114.432,15	8,17
Despesas Correntes	1.053.606,66	90.508,15	8,59
Despesas de Capital	346.883,27	23.924,00	6,90
Restos a Pagar	5.763.613,03	34.545,00	0,60
Despesas Correntes	409.482,03	29.700,00	7,25
Despesas de Capital	5.354.131,00	4.845,00	0,09
Execução Total	7.164.102,96	148.977,15	2,08
Índice	34,03	93,11	-
Meta Física – unidade modernizada	70	2	-
Execução Física	88	3	3,41
Índice	125,71	150,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$6.000.000,00 no grupo despesas de capital, conforme Decreto de 13/10/2010

A meta global final aprovada na LOA/2010 previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 70 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$21.050.000,00. Durante o exercício foram atendidas 88 unidades (125,71% da meta física) com a realização de pequenas obras/aquisições, ao custo total de R\$7.164.102,96.

Já a dotação orçamentária para a Sureg foi de R\$160.000,00, executando R\$114.432,15 (93,11% da dotação). Os serviços/obras/aquisições estão discriminados no quadro abaixo.

Quadro LI – Detalhamento dos Serviços/obras/aquisição na UJ

UF	Unidade		Serviço/Obra/Equipamento	Valor Liquidado (R\$)			Restos a Pagar (R\$)			Total Geral (R\$)		Total Geral (R\$)
				Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	
MA	Itaqui	000007	Aquisição de 2 correias transportadoras	39.990,00	0,00	39.990,00	0,00		0,00	39.990,00	0,00	39.990,00
		000022	Desmontagem das estruturas das correias transportados que interligam a bateria de silos ao armazém graneleiro	25.476,00	0,00	25.476,00	0,00		0,00	25.476,00	0,00	25.476,00
		000027	Aquisição de 1 motor	0,00	16.954,00	16.954,00	0,00		0,00	0,00	16.954,00	16.954,00
		000052	Aquisição de 2 roçadeiras manuais	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00		0,00	0,00	1.600,00	1.600,00
		000053	Aquis.ição de 1 reboque paraculo	0,00	3.770,00	3.770,00	0,00		0,00	0,00	3.770,00	3.770,00
		Total			65.466,00	22.324,00	87.790,00	0,00	0,00	0,00	65.466,00	22.324,00
	Imperatriz	Empenho	Pavimentação em revestimento primário da área em volta do escritório até o portão da unidade	18.842,00	0,00	18.842,00	0,00	0,00	0,00	18.842,00	0,00	18.842,00
		000009	Aquisição de 2 roçadeira manuais	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	1.600,00
		000046	Aquisição de 1 termonebulizador	0,00	0,00	0,00	0,00	4.845,00	4.845,00	0,00	4.845,00	4.845,00
		000067	Elaboração de projeto para implantação de sistema de combate a incêndio	0,00	0,00	0,00	29.700,00	0,00	29.700,00	29.700,00	0,00	29.700,00
		Total			18.842,00	1.600,00	20.442,00	29.700,00	4.845,00	34.545,00	48.542,00	6.445,00
	São Luis		Serviços de restauração do escritório	6.200,15	0,00	6.200,15	0,00	0,00	0,00	6.200,15	0,00	6.200,15
	Total			6.200,15	0,00	6.200,15	0,00	0,00	0,00	6.200,15	0,00	6.200,15
	Total MA				90.508,15	23.924,00	114.432,15	29.700,00	4.845,00	34.545,00	120.208,15	28.769,00

Fonte: Siafi

2.3.2.14 – (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da

produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai
- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf

2.3.2.14.1 – Resultados

Quadro LII – Dotação Orçamentária para a ação (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MA	
Dotação Orçamentária	350.000,00	20.000,00	5,71
Execução Orçamentária	67.053,63	8.187,26	
Índice	19,16	40,94	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	9.000	0	0,00
Execução Física	8.908	0	
Índice	98,98	-	

Fonte: Siafi

No ano de 2010, a Conab Nacional teve dotação orçamentária de R\$350.000,00, executando o valor de R\$67.053,63, ou seja, 19,16% do total. Já para Maranhão foi dotado o valor de R\$20.000,00, sendo executado R\$8.187,26 desse valor (40,94%).

O detalhamento dos gastos pode ser verificado no quadro a seguir.

Quadro LIII – Execução orçamentária da ação (8579) na Sureg-MA

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	2.475,00	1.480,21	1.162,19	-	-	5.117,40
2009	-	-	-	-	-	-
2010	4.324,00	2.395,42	1.467,84	-	-	8.187,26

Fonte: Siafi

2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades

2.3.3.1 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula

Esta Ação compõe o Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar, mas está sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e sua origem e destino são de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab apenas a operacionalização, que envolvem a elaboração de editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela Sureg de destino e comunicação de liberação, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

A Superintendência Regional do Maranhão atua com o abastecimento de produtos, principalmente o milho, objeto das operações de PEP e PEPRO originários de outros Estados da Federação. Em 2010 foram realizados apenas comprovação de remoção por meio do PEPRO, conforme comentários a seguir:

2.3.3.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Em âmbito nacional houve no ano passado, apenas, PEPRO de milho em grãos, com o pagamento de R\$ 31.948.179,35.

Até o fim do exercício de 2010, na área de abrangência da Sureg-MA, foram negociados 56.750 toneladas de milho em grãos, sendo comprovada o escoamento 36.513 ton. e com pagamento de subvenção no valor de R\$ 3.254.469,24. O escoamento deve ser comprovado documentalmente pelo adquirente, levando-se em consideração as datas limites de comprovação constantes dos editais. (conforme quadros abaixo).

Quadro LIV – Pepro de milho em grãos (ano 2010)

Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	760.000	464.329	51.216.303,20	BA	290.194	23.607.528,40
				PE	3.900	283.080,00
Subtotal	760.000	464.329	51.216.303,20	-	294.094	23.890.608,40
GO	50.000	50.000	3.010.000,00	GO	8.294	488.650,99
Subtotal	50.000	50.000	3.010.000,00	-	8.294	488.650,99
MA	60.000	56.750	4.879.350,00	MA	36.513	3.254.469,24
Subtotal	60.000	56.750	4.879.350,00	-	36.513	3.254.469,24
MT	250.000	234.328	12.682.552,00	MT	29.737	1.218.441,39
Subtotal	250.000	234.328	12.682.552,00	-	29.737	1.218.441,39
PI	70.000	69.690	4.574.145,00	PI	41.913	3.096.009,33
Subtotal	70.000	69.690	4.574.145,00	-	41.913	3.096.009,33
Total	1.190.000	875.097	76.362.350,20	-	410.551	31.948.179,35

Fonte: SUOPE/GECOM

Quadro LV – Datas de acompanhamento dos leilões de Pepro / 2010

DATAS PARA ACOMPANHAMENTO DOS LEILÕES DO PRÊMIO PARA O ESCOAMENTO DO PRODUTO - PEPRO / 2010					
Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para Venda do Produto	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
112	Milho Grãos	08/06/10	09/07/10	29/10/10	16/11/10
117	Milho Grãos	17/06/10	19/07/10	29/10/10	16/11/10
127	Milho Grãos	24/06/10	26/07/10	29/10/10	16/11/10
153	Milho Grãos	01/07/10	02/08/10	30/11/10	14/12/10
164	Milho Grãos	08/07/10	09/08/10	30/11/10	14/12/10
171	Milho Grãos	15/07/10	16/08/10	28/02/11	15/03/11
181	Milho Grãos	29/07/10	30/08/10	28/02/11	15/03/11
195	Milho Grãos	12/08/10	27/09/10	15/03/11	05/04/11
196	Milho Grãos	19/08/10	05/10/10	15/03/11	05/04/11

Fonte: SUOPE/GECOM

2.3.3.3 – Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/ MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na **Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa**

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março. E para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

Quadro LVI – Demonstrativo do Número de Apólices

UF	N.º de Empreendimentos			
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	Total
AL	2	-	-	2
BA	22	1	22	45
DF	2	-	1	3
ES	3	-	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	-	-	1	1
PI	8	-	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	-	-	1
RO	2	-	-	2
RS	246	1	33	280
SC	140	-	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11
Total	1.471	35	466	1.972

Fonte: Sufis/Gesup

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LVII – Demonstrativo da Execução Orçamentária

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28
Total	112.163,50	13.944,18	19.527,64	1.039,80	146.675,12

Fonte: Siafi

2.3.3.4 – Subvenção econômica aos produtores extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo

fixado pelo governo federal, de acordo com o Art. 48 da Lei n.º 11.775, de 17 de setembro de 2008, que altera a redação do Art. 2.º da Lei n.º 8.427, de 27 de maio de 1992, conforme transcrição a seguir.

“Art. 2º A equalização de preços consistirá em subvenção, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela política de garantia de preços mínimos, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, equivalente:

IV - no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ou por suas cooperativas e associações, limitada às dotações orçamentárias e aos critérios definidos em regulamento; ...

Atualmente a pauta é composta por 11 produtos amparados: açaí (fruto), babaçu (amêndoa), baru (fruto), borracha natural extrativa, castanha do brasil (com casca), cera de carnaúba, mangaba (fruto), piaçava (fibra), pequi (fruto), pó cerífero (tipo B) e umbu (fruto), cujos preços mínimos são calculados pela Conab e divulgados por meio de portaria do Mapa.

Durante o exercício foram pagos R\$2.756.407,98 a 16.365 produtores de borracha, amêndoa de babaçu, castanha do brasil e fibra de piaçava nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará e Rondônia, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LVIII – Demonstrativo do Pagamento da Subvenção aos Produtores Extrativistas

Produto/UF	Ano					
	2009			2010		
	Quant. (kg)	Valor (R\$)	N.º Extrativistas	Quant. (kg)	Valor (R\$)	N.º Extrativistas
Borracha						
AC	114.288,10	242.936,90	515	219.132,50	348.005,95	867
AM	272.575,00	435.346,00	854	308.972,37	562.834,00	879
RO	51.124,80	113.050,00	154	103.797,00	219.809,90	412
PA	717,00	1.577,40	1	6.209,00	14.214,80	18
Subtotal	438.704,90	792.910,30	1.524	638.110,87	1.144.864,65	2.176
Amêndoas de babaçu						
MA	313.240,00	182.961,30	1.877	1.484.863,50	871.733,10	13.550
Subtotal	313.240,00	182.961,30	1.877	1.484.863,50	871.733,10	13.550
Castanha do brasil						
AC	13.970,00	2.495,50	4	-	-	-
AP	95.200,00	52.360,00	34	760.600,00	498.422,50	346
AM	19.500,00	4.871,10	13	119.033,57	33.491,50	114
PA	59.050,00	25.067,50	24	73.488,50	18.315,27	19
RO	-	-	-	29.898,00	7.474,50	27
Subtotal	187.720,00	84.794,10	75	983.020,07	557.703,77	506
Fibra de piaçava						
BA	-	-	-	262.281,00	182.106,46	133
Subtotal	0,00	0,00	0	262.281,00	182.106,46	133
Total	939.664,90	1.060.665,70	3.476	3.368.275,44	2.756.407,98	16.365

Fonte: Sugof

2.3.3.5 – Subvenção Econômica aos Produtores de Cana-de-Açúcar

Subvenção econômica concedida aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA.

A subvenção tem valor fixo de R\$5,00 por tonelada e está limitada a 10.000 toneladas por produtor, com período de vigência para produtos processados entre 1.º de agosto de 2009 a 31 de julho de 2010, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Para Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar na Região Nordeste, na Safra 2009/2010, N.º 01/2010, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 131 e 132 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010 e Portaria Interministerial EMBRAPA/MP n.º 591, de 12 de agosto de 2010.

Até o fim do exercício foram pagos R\$42.933.501,02 a 11.293 produtores e/ou cooperativas, conforme detalhado no quadro a seguir.

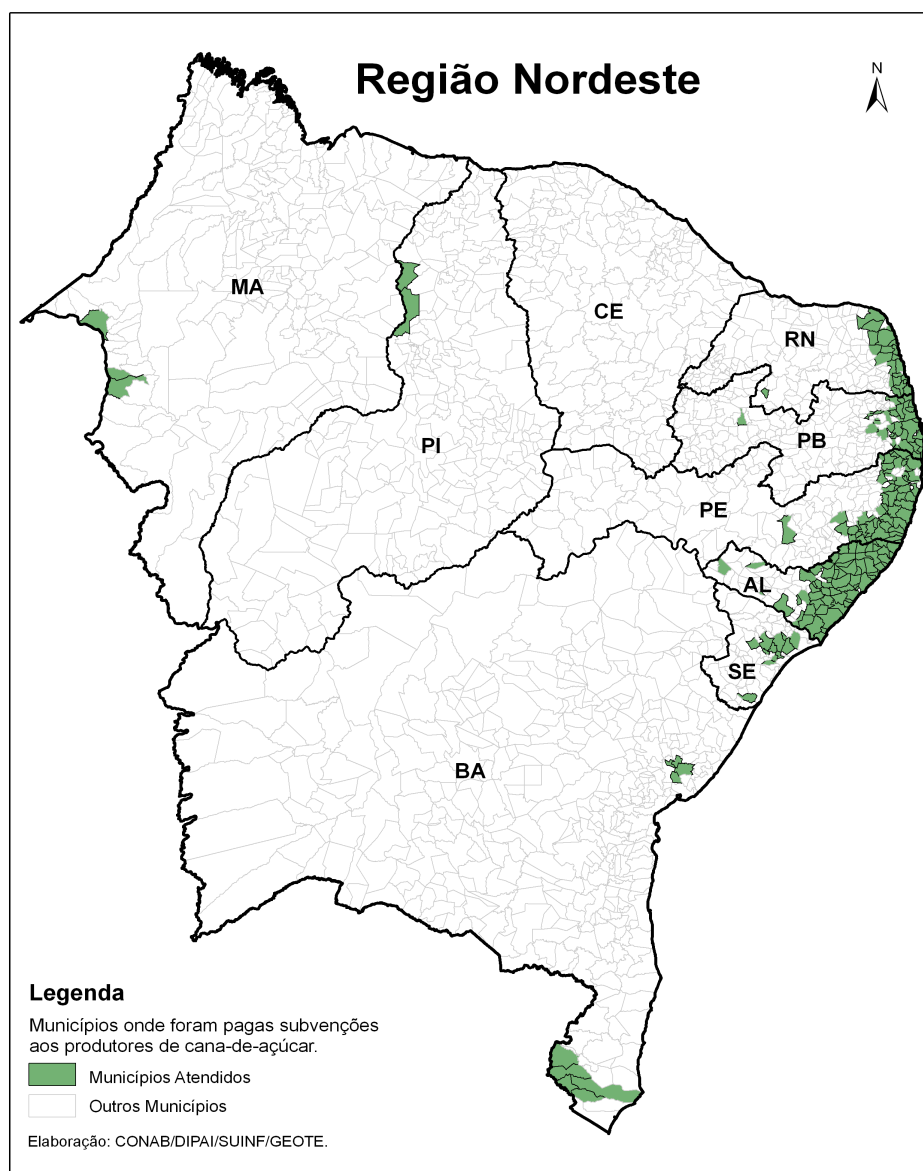
Quadro LIX – Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar

UF	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (Em R\$)
AL	4.270	4.162.025	20.810.123,27
BA	162	474.929	2.374.464,15
MA	14	35.141	175.706,55
PB	1.101	1.364.656	6.823.281,68
PE	5.434	2.090.050	10.450.247,73
PI	105	31.579	157.897,15
RN	178	336.283	1.681.414,14
SE	29	92.073	460.366,35
Total	11.293	8.586.737	42.933.501,02

Fonte: Supor

A Figura a seguir apresenta os municípios onde os produtores foram beneficiados com o pagamento do subsídio.

Figura I – Distribuição de pagamentos de subvenção por regiões



2.3.3.6 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab – SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços. Não houve Vendas e nem VEP no Maranhão. Além desses mecanismos existem outros como o Programa Vendas em Balcão, voltado para os pequenos criadores.

2.3.3.6.1 – Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura” e “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que está ligada diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização dos estoques públicos que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, de forma direta, a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, assim descrito: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa, aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos -14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca - 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

- feijão – 3 toneladas;
- farinha de mandioca – 2 toneladas;
- farinha de trigo – 600 kg
- leite em pó – 600 kg,
- sorgo – 10 toneladas;
- açúcar – 2 toneladas;
- arroz beneficiado – 5 toneladas;
- castanha do brasil – 10 toneladas

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com os de mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, observando-se:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto, realizado pela Conab no estado onde for efetuada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
- no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloadado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela de Referencial de Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão, do Manual de Operações da Conab-MOC.

Em 2010, as vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, realizadas nas unidades armazenadoras de Imperatriz e São Luís, totalizaram 2.892 toneladas de milho em grãos, em 2.059 atendimentos, com incremento de 706,71% sobre a quantidade vendida em 2009.

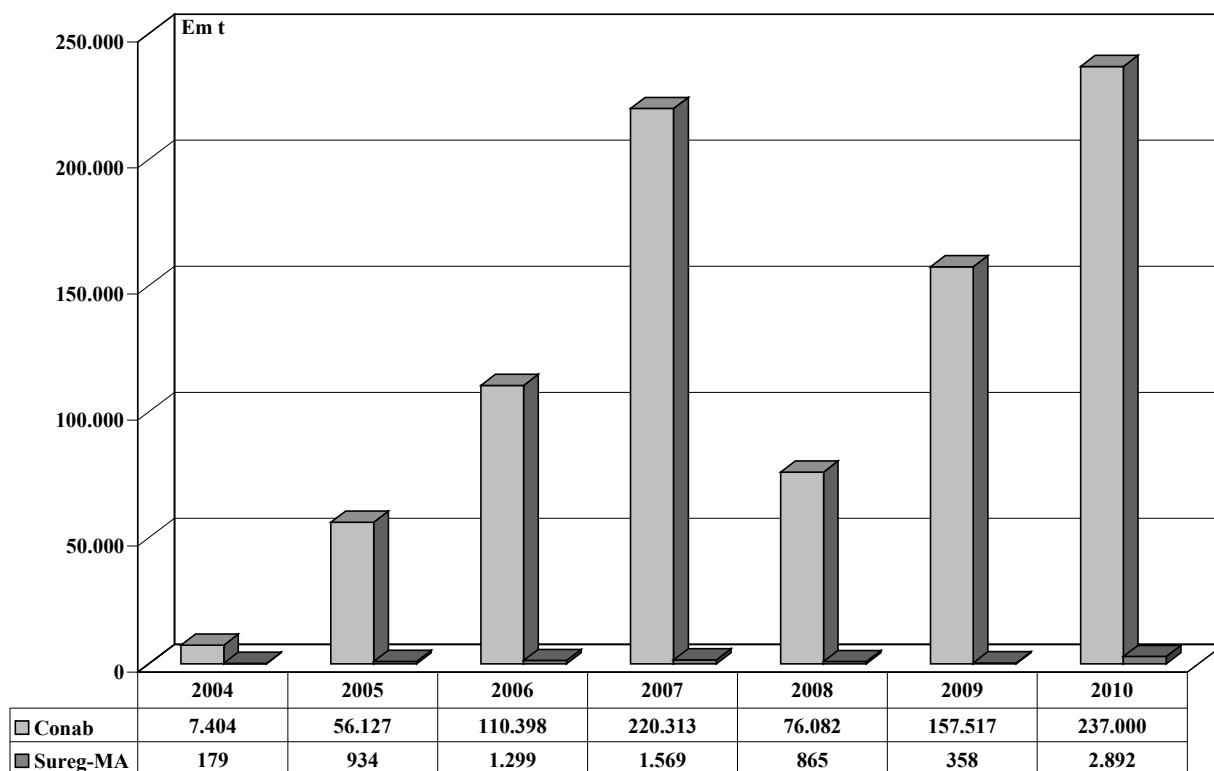
Quadro LX – Demonstrativo de Vendas em Balcão

Unidade	2008			2009			2010		
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº Clientes
Imperatriz	492	231.502,26	210	56	23.262,79	51	1.184	396.201,00	509
São Luís	374	202.103,29	254	303	134.981,02	283	1.708	615.387,00	1.550
Total	865	433.605,55	464	358	158.243,81	334	2.892	1.011.588,00	2.059

Fonte: Supab/Gepab

Verifica-se no quadro acima, em relação ao exercício de 2007, que as quantidades vendidas apresentaram forte queda nos exercícios de 2009 e 2010, com perda de participação nas vendas totais da Companhia. Com o aumento da quantidade vendida em 2010, a participação da Regional no total comercializado pelo Programa atingiu 1,22%, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura II – Comparativo de Vendas – Sureg-MA x Conab



Fonte: Supab/Gepab

2.3.3.7 – Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 -, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, e sob a responsabilidade da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/E/MA, tem o objetivo de implementar políticas dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover

geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção do café brasileiro, nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Na execução deste Programa, a SPAE e a Conab firmaram parceria objetivando a realização do levantamento da produção, dos custos de produção e estoques privados de café, prevendo o repasse de recursos orçamentários/financeiros da ordem de R\$864.915,00; sendo R\$698.754,19 para o levantamento da safra, R\$44.160,81 para a elaboração dos custos de produção e R\$17.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Durante o exercício a Conab recebeu descentralização orçamentária no valor de R\$821.087,00. O Plano de Trabalho elaborado e aprovado previa:

- Realização das avaliações das safras brasileiras de café, pelos métodos objetivo e subjetivo, e continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil, promovendo a uniformização dos modelos estatísticos de estimativas adotados, com o apoio e suporte técnico da rede multi-institucional de parceiros integrantes do Projeto Geosafras, para a aplicação e melhoria destes métodos, utilizando-se instrumentos de geotecnologia no mapeamento das lavouras; e monitoramento e aplicação de modelos agrometeorológicos, nos prognósticos de rendimento.
- Elaboração de planilhas de custo de produção, por meio de pesquisas de coeficientes técnicos e preços junto ao setor produtivo, nas principais regiões produtoras de café do País; e
- Pesquisa dos estoques privados de café, na rede armazenadora que se dedica ao produto, em todo o País.

2.3.3.7.1 – Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período de 8 de novembro a 17 de dezembro de 2010, os técnicos da Conab e de Instituições parceiras como: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo-SAA/CATI/IEA, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Departamento de Economia Rural - DERAL, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visitaram municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro que correspondem a 98,0% da produção nacional), para a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa de produção da safra de café de 2010 e a primeira estimativa de safra para 2011.

A safra de café beneficiado no País em 2009/10, fechou com uma produção de 48,09 milhões de sacas de 60 quilos. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bialidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis durante o ciclo da cultura.

Quando comparada à safra anterior, observa-se uma redução de 0,78% ou de 16.284 hectares na área de café em produção, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares. Essa área que deixou de ser cultivada foi ocupada pelas lavouras de cana de açúcar, sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro, os baixos índices pluviométricos registrados no norte e nordeste de Minas, no oeste e centro-sul da Bahia e no Espírito Santo favoreceram a maturação e o final da colheita do café, cuja qualidade melhorou bastante em função da diminuição do percentual de grãos verdes na planta. Esse problema ocorreu em função das sucessivas floradas no ano passado e consequente maturação desigual dos frutos.

No entanto, a qualidade do produto permaneceu aquém do esperado, devido às condições meteorológicas ocorridas, durante toda a safra, nas principais regiões produtoras. O clima mais seco nos meses de agosto e setembro fez com que os grãos amadurecessem prematuramente, comprometendo o processo de granação. E, em alguns casos, o longo período de estiagem entre os meses de abril a outubro favoreceu o ataque de pragas, embora os índices de produtividade permanecessem próximos da média.

Quadro LXI – Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10

UF/Região	Safra				Variação	
	2009		2010		(c/a)	(d/b)
	Área em produção (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção (ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.006.719	25.155,0	0,6	26,53
Espírito Santo	479.798	10.205	460.193	10.147,0	-4,09	-0,57
São Paulo	182.020	3.423	167.147	4.662,0	-8,17	36,2
Paraná	85.180	1.467	81.874	2.284,0	-3,88	55,69
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.292,7	10,6	22,34
Rondônia	154.335	1.547	154.879	2.369,0	0,35	53,14
Mato Grosso	15.272	141	15.186	203,1	-0,56	44,04
Pará	12.407	228	13.500	228,6	8,81	0,26
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	250,1	-5,91	-5,62
Outros	23.073	440	24.477	503,3	6,09	14,39
Total	2.092.909	39.470	2.076.625	48.094,8	-0,78	21,85

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

Para a safra 2011, a primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) indica que o País deverá colher entre 41,89 e 44,73 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 12,9% e 7,0%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Essa redução se deve ao ano de baixa bienalidade.

A maior redução se dará na produção do café arábica, com queda entre 15,9 e 9,9% (redução entre 5,87 e 3,65 milhões de sacas). Para a produção do robusta (conilon), a previsão aponta desde uma redução de 3,0% a um crescimento de 2,6%, ou seja, redução de 340,3 mil a um aumento de 291,5 mil sacas.

Quadro LXII – Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2010/11

UF/Região	Safr a					Variação		
	2010		2011			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas benef) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
				Lim. Inferior (d)	Lim. Superior (e)			
Minas Gerais	1.006.719	25.155,0	997.858	21.219,0	22.709,0	-0,88	-15,65	-9,72
Espírito Santo	460.193	10.147,0	455.777	10.216,1	10.847,9	-0,96	0,68	6,91
São Paulo	167.147	4.662,0	167.147	3.283,5	3.564,3	0	-29,57	-23,55
Paraná	81.874	2.284,0	76.000	1.630,0	1.800,0	-7,17	-28,63	-21,19
Bahia	139.550	2.292,7	139.725	2.495,8	2.655,6	0,13	8,86	15,83
Rondônia	154.879	2.369,0	154.879	1.856,9	1.971,8	-	-21,62	-16,77
Mato Grosso	15.186	203,1	15.186	203,1	203,1	-	-	-
Pará	13.500	228,6	13.500	228,6	228,6	-	-	-
Rio de Janeiro	13.100	250,1	13.100	250,1	250,1	-	-	-
Outros	24.477	503,3	24.477	503,3	503,3	-	-	-
Total	2.076.625	48.095	2.057.649	41.886,4	44.733,7	-0,91	-12,91	-6,99

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A área total estimada é de 2.280,6 mil hectares, ou seja, 0,4% inferior à safra passada (2.289,2 hectares). A área em produção totaliza 2.057,6 mil hectares, inferior em 0,9% à safra 2010, enquanto que a área em formação, ou seja, aquela que ainda não entrou no processo produtivo, apresenta crescimento de 4,8% em comparação com a safra passada.

Quadro LXIII – Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sacas/ha)	
	Em Formação		Em Produção		2011							
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica		Robusta		Total			
					Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
Minas Gerais	144.490	519.593	997.858	3.073.595	20.975,0	22.449,0	244,0	260,0	21.219,0	22.709,0	21,26	22,76
Espírito Santo	31.972	108.527	455.777	1.156.408	2.816,9	2.991,2	7.399,2	7.856,7	10.216,1	10.847,9	22,41	23,80
São Paulo	8.634	31.565	167.147	459.082	3.283,5	3.564,3	-	-	3.283,5	3.564,3	19,64	21,32
Paraná	13.500	67.000	76.000	273.000	1.630,0	1.800,0	-	-	1.630,0	1.800,0	21,45	23,68
Bahia	9.031	33.002	139.725	321.339	1.795,4	1.911,8	700,4	743,8	2.495,8	2.655,6	17,86	19,01
Rondônia	6.955	11.295	154.879	114.860	-	-	1.856,9	1.971,8	1.856,9	1.971,8	11,99	12,73
Mato Grosso	6.307	14.638	15.186	33.865	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	13,37	13,37
Pará	150	335	13.500	30.105	-	-	228,6	228,6	228,6	228,6	16,93	16,93
Rio de Janeiro	150	405	13.100	27.437	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	19,09	19,09
Outros	1.716	6.008	24.477	60.371	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	20,56	20,56
Total	222.905	792.368	2.057.649	5.550.062	30.956,0	33.171,5	10.930,4	11.562,2	41.886,4	44.733,7	20,36	21,74

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

2.3.3.7.2 – Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 19 de julho a 20 de agosto de 2010, o 7.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, objetivando quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31/03/2010, data que antecede a entrada da nova safra 2010/11.

O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.

Para a realização deste levantamento foram encaminhados 1.118 formulários a estabelecimentos cadastrados e/ou entidades representativas, que integram a cadeia produtiva do café. Deste total 70,3% foram devolvidos à Conab, sendo que 67% estavam devidamente preenchidos e foram validados para a contagem dos volumes de estoque e 3,3% devolvidos pelo correio por motivos variados.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se redução de 38,97%, 13,71%, 49,13% e 8,02% nos exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

Quadro LXIV - Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42	6.080	23
ES	512	129	529	456	471	531	613	345	373	457
SP	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57	828	91
PR	566	78	652	67	522	49	742	107	419	35
Outros	391	93	485	172	393	94	590	100	546	92
Total	9.278	446	16.781	802	9.587	778	14.005	651	8.245	699
	9.724		17.583		10.365		14.656		8.944	

Fonte: Dipai/Suinf

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 68,24% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas naquele estado detinham 27,77% do estoque total.

Quadro LXV - Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café
em sacas de 60 kg

UF	Entidades					Total	Participação (%)
	Indústrias	Solúveis	Exportadores	Cooperativas	Outros		
AC	147					147	0,00
AM	4.856					4.856	0,05
BA	20.569		70.650	105.088	14.503	210.810	2,36
CE	26.706					26.706	0,30
DF	14.534					14.534	0,16
ES	60.333		245.928	162.094	361.350	829.705	9,28
GO	123.349				32.320	155.669	1,74
MG	267.915	305	1.445.838	2.484.212	1.905.342	6.103.612	68,24
MS	883				182	1.065	0,01
MT	3.857			82	2.592	6.531	0,07
PB	14.174					14.174	0,16
PE	9.108					9.108	0,10
PR	36.842	40.098		146.777	230.719	454.436	5,08
RJ	11.988				494	12.482	0,14
RN	27.237					27.237	0,30
RO	6.829			215	1.012	8.056	0,09
RS	109					109	0,00
SC	19.760				93	19.853	0,22
SE	126.607					126.607	1,42
SP	84.159	11.568	364.102	298.457	160.005	918.291	10,27
Total	859.962	51.971	2.126.518	3.196.925	2.708.612	8.943.988	100,00

Fonte: Dipai/Suintf/Geint

A despesa executada para o desenvolvimento da avaliação de safra e nos demais levantamentos, foi de R\$724.412,33, destacando-se os Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e diárias, com participação de 71,92% e 18,07%, respectivamente, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quando LXVI - Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	282,00	-	-	-	282,00
BA	4.737,00	1.465,06	-	-	6.202,06
CE	1.034,00	429,68	-	-	1.463,68
DF	48.068,50	6.126,63	27.252,22	520.844,00	602.291,35
ES	3.196,00	902,01	1.036,40	-	5.134,41
GO	10.810,00	1.805,04	-	-	12.615,04
MA	2.256,00	1.440,00	-	-	3.696,00
MG	34.404,00	7.876,86	15.369,27	85,75	57.735,88
PB	846,00	142,12	-	-	988,12
PE	2.538,00	485,61	-	-	3.023,61
PR	562,50	-	918,16	-	1.480,66
RO	1.034,00	469,19	-	17,00	1.520,19
SC	2.538,00	1.050,49	12,30	-	3.600,79
SP	17.578,00	3.276,03	1.704,15	36,36	22.594,54
TO	1.034,00	750,00	-	-	1.784,00
Total	130.918,00	26.218,72	46.292,50	520.983,11	724.412,33

Fonte: Siafi

2.3.3.7.3 – Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Lembrando também que novas usinas entraram em funcionamento nesta safra sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/11 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

Com exceção da região sul, que teve a produção reduzida em 3,4% as demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as regiões norte (39,2%) e centro-oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%) destinadas à produção de etanol.

Quadro LXVII – Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safr		Var (%)	Safr		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
AL	448,0	438,6	-2,1	24.504,5	26.752,8	9,2	18.218,7	8.534,1
AM	3,8	3,8	-1,1	211,8	345,7	63,2	200,1	145,6
BA	37,4	42,6	13,8	2.947,1	3.259,2	10,6	1.157,0	2.102,2
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4
ES	68,0	68,7	0,9	4.009,6	3.484,0	-13,1	801,3	2.682,7
GO	471,9	599,3	27,0	40.092,5	47.980,8	19,7	13.266,7	34.714,1
MA	39,4	42,1	6,9	2.209,4	2.551,7	15,5	137,8	2.413,9
MG	588,8	649,9	10,4	49.923,4	55.198,1	10,6	23.867,7	31.330,4
MS	265,4	396,2	49,3	23.297,8	34.333,2	47,4	11.364,3	22.968,9
MT	203,0	207,1	2,0	14.045,6	13.835,1	-1,5	3.402,1	10.433,0
PA	10,9	10,0	-8,4	623,4	540,0	-13,4	234,9	305,1
PB	115,5	111,8	-3,2	6.320,0	5.349,9	-15,3	1.588,9	3.761,0
PE	321,4	346,8	7,9	17.805,6	18.783,8	5,5	13.486,8	5.297,0
PI	13,6	13,3	-2,2	1.014,0	836,9	-17,5	364,1	472,8
PR	536,0	582,3	8,7	45.502,8	43.905,2	-3,5	23.515,6	20.389,6
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
RN	67,0	65,7	-2,0	3.472,5	2.994,2	-13,8	1.832,5	1.161,7
RO	1,8	2,6	47,8	111,3	146,5	31,6	-	146,5
RS	1,0	1,7	63,3	48,5	85,6	76,5	-	85,6
SE	37,9	37,0	-2,4	2.249,7	2.200,9	-2,2	550,2	1.650,7
SP	4.129,9	4.357,0	5,5	362.664,7	359.235,5	-0,9	173.259,3	185.976,2
TO	0,7	3,1	350,3	45,1	348,0	671,6	-	348,0
Total	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,7	624.991,0	3,4	288.715,1	336.275,9

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. O aumento se dá na região norte (52,59%), no nordeste (9,39%), no centro-oeste (48,07%), no sudeste (13,98%) e no sul (25,91%).

Quadro LXVIII – Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	16.455,7	18.218,7	10,7	2.096,2	2.352,2	12,2
AM	112,7	200,1	77,6	8,7	19,5	124,1
BA	1.184,3	1.157,0	-2,3	129,9	139,7	7,5
ES	666,6	801,3	20,2	77,7	93,2	19,9
GO	11.247,6	13.266,7	18,0	1.392,1	1.832,9	31,7
MA	118,8	137,8	16,0	15,9	17,3	8,8
MG	20.879,0	23.867,7	14,3	2.685,8	3.244,1	20,8
MS	6.199,7	11.364,3	83,3	746,8	1.488,9	99,4
MT	3.299,3	3.402,1	3,1	414,2	458,7	10,7
PA	178,6	234,9	31,5	24,5	31,1	26,9
PB	1.415,4	1.588,9	12,3	183,4	192,6	5,0
PE	12.527,2	13.486,8	7,7	1.478,3	1.644,9	11,3
PI	446,4	364,1	-18,4	53,9	46,0	-14,7
PR	20.186,1	23.515,6	16,5	2.438,1	3.069,7	25,9
RJ	1.600,2	1.467,1	-8,3	176,6	167,1	-5,4
RN	1.823,5	1.832,5	0,5	218,4	235,5	7,8
SE	624,1	550,2	-11,8	118,4	69,4	-41,4
SP	167.214,0	173.259,3	3,6	20.815,8	23.572,8	13,2

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o etanol a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros.

No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em se tratando de etanol hidratado, a produção estimada é de 19.592,1 milhões de litros, com aumento de 4,14% em relação à safra anterior. A produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste que respondem por 87,46% do etanol produzido no país, sendo os maiores produtores os Estados de São Paulo (54,26%), Goiás (11,61%), Minas Gerais (10,35%), Mato Grosso do Sul (7,39%) e Paraná (6,96%).

Quadro LXIX – Demonstrativo da Produção de Álcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Etanol (Em 1.000t)			Produção de Etanol (Em 1.000l)								
				Etanol Anidro			Etanol Hidratado			Total		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	8.048,7	8.534,1	6,0	303.988,0	289.983,9	-4,6	318.969,0	381.083,1	19,5	622.957,0	671.067,0	7,7
AM	99,1	145,6	46,9	-	-	-	4.739,0	8.797,3	85,6	4.739,0	8.797,3	85,6
BA	1.762,9	2.102,2	19,2	43.828,0	64.325,4	46,8	74.247,0	90.323,4	21,7	118.075,0	154.648,8	31,0
CE	154,4	180,4	16,8	-	-	-	10.924,0	12.746,3	16,7	10.924,0	12.746,3	16,7
ES	3.343,1	2.682,7	-19,8	111.963,0	96.563,5	-13,8	124.924,0	92.735,0	-25,8	236.887,0	189.298,5	-20,1
GO	28.844,9	34.714,1	20,3	484.995,0	671.244,6	38,4	1.709.245,0	2.275.605,7	33,1	2.194.240,0	2.946.850,3	34,3
MA	2.090,6	2.413,9	15,5	109.746,0	145.599,1	32,7	58.751,0	36.444,7	-38,0	168.497,0	182.043,8	8,0
MG	29.044,4	31.330,4	7,9	482.839,0	592.413,1	22,7	1.814.448,0	2.024.253,0	11,6	2.297.287,0	2.616.666,1	13,9
MS	17.098,1	22.968,9	34,3	236.798,0	401.179,7	69,4	1.030.834,0	1.448.650,7	40,5	1.267.632,0	1.849.830,4	45,9
MT	10.746,3	10.433,0	-2,9	271.565,0	280.268,7	3,2	553.789,0	580.366,6	4,8	825.354,0	860.635,3	4,3
PA	444,9	305,1	-31,4	4.113,0	10.623,5	158,3	33.521,0	13.969,7	-58,3	37.634,0	24.593,2	-34,7
PB	4.904,6	3.761,0	-23,3	153.470,0	130.040,9	-15,3	234.276,0	147.142,1	-37,2	387.746,0	277.183,0	-28,5
PE	5.278,4	5.297,0	0,4	140.305,0	188.657,4	34,5	240.093,0	203.997,4	-15,0	380.398,0	392.654,8	3,2
PI	567,6	472,8	-16,7	35.807,0	33.133,0	-7,5	5.146,0	2.465,2	-52,1	40.953,0	35.598,2	-13,1
PR	25.316,8	20.389,6	-19,5	367.385,0	276.709,0	-24,7	1.514.002,0	1.362.829,0	-10,0	1.881.387,0	1.639.538,0	-12,9
RJ	1.659,8	1.176,4	-29,1	9.962,0	-	-100,0	103.297,0	83.116,4	-19,5	113.259,0	83.116,4	-26,6
RN	1.648,9	1.161,7	-29,5	51.225,0	40.892,9	-20,2	69.070,0	49.985,2	-27,6	120.295,0	90.878,1	-24,5
RO	111,3	146,5	31,6	-	-	-	8.550,0	12.126,8	41,8	8.550,0	12.126,8	41,8
RS	48,5	85,6	76,5	-	-	-	2.460,0	5.668,5	130,4	2.460,0	5.668,5	130,4
SE	1.357,0	1.650,7	21,6	28.464,2	26.895,3	-5,5	93.926,5	101.082,5	7,6	122.390,7	127.977,8	4,6
SP	195.450,7	185.976,2	-4,8	4.113.387,0	4.858.967,6	18,1	10.805.138,0	10.630.272,9	-1,6	14.918.525,0	15.489.240,5	3,8
TO	45,1	348,0	671,6	-	-	-	2.433,0	28.394,7	1.067,1	2.433,0	28.394,7	1.067,1
Total	338.066,1	336.275,9	-0,5	6.949.840,2	8.107.497,6	16,7	18.812.782,5	19.592.056,2	4,1	25.762.622,7	27.699.553,8	7,5

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

2.3.3.7.4 – Levantamento de Safr das Culturas do Dendê e Pinhão Manso

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/Mapa, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando levantamento da safr de dendê nos Estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima, e de pinhão manso nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Tocantins. Para tanto, a Conab recebeu recursos orçamentários no valor de R\$116.210,68 e financeiros de R\$24.850,03, consignados na Ação 2270-Gestão e Administração do Programa, do Programa Desenvolvimento da Agroenergia, sob a coordenação daquela. Este objetiva ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

a) Dendê

A cultura do Dendê está em plena expansão com aumento significativo da área plantada e com ciclo completo desde a produção até a comercialização.

Da palma ou dendezeiro utiliza-se o fruto, cachos vazios dos frutos, cascas da amêndoa (caroço) e estipe. Do fruto são extraídos o óleo de palma e o óleo de palmiste. Com as fibras das folhas

e dos cachos de frutos vazios podem ser confeccionados materiais de média densidade para tampos e artesanato. Os estipes podem ser transformados em móveis ou utilizados para construções rústicas.

Atualmente o Dendê é considerado uma das matrizes de maior potencialidade para produção de biodiesel na região norte e parte do nordeste brasileiro, não só pela sua boa adaptação nesses lugares, mas também pela alta produção de óleo por hectare e tecnologia de produção bem definida. Esse potencial vem ao encontro da necessidade do País em diversificar a matriz desse biocombustível, que atualmente tem como principal matéria prima (acima de 80%) o resíduo da produção de farelo e óleo de soja.

A área plantada no país é de aproximadamente 104,8 mil hectares com produção acima de um milhão de toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXX – Demonstrativo da Safra 2010

UF	Área (Em ha.)	Produção (Em T)	Produtividade (Em kg/ha)
AM	350	3.000,0	8.571
BA	53.517	205.553,0	3.841
PA	51.000	970.899,8	19.037
RR	-	-	-
Total	104.867	1.179.452,8	11.247

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

b) Pinhão Manso

As informações obtidas no levantamento realizado indicam que a cultura do Pinhão Manso vem enfrentando diversos problemas que impedem o seu desenvolvimento e o crescimento de área, dificultando sua consolidação como mais uma alternativa agrícola.

A falta de conhecimento técnico sobre a cultura é um dos principais fatores que está colaborando para o insucesso da cultura. Os produtores pouco conhecem sobre as pragas e doenças que atacam as plantas, bem como seu respectivo controle. Não possuem informações acerca do tipo de solo adequado, declividade e altitudes ideais para a cultura.

Outra variável que está afetando o desempenho da cultura é a comercialização. O preço oferecido desestimula os pequenos produtores, levando-os ao abandono da cultura que se dizima rapidamente.

No geral, as áreas onde se observou o desenvolvimento normal da cultura são aquelas implantadas pelas empresas, que fomentam o cultivo do Pinhão Manso e dispõem de acompanhamento técnico e recursos suficientes para manter todos os tratos culturais e práticas agrônômicas exigidas pela cultura.

Nos estados onde foram localizados plantio ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescente ou abandonadas. As informações obtidas no levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha.

Nos demais estados pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vem sendo realizados. Essa situação se observa nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. No caso de São

Paulo a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

É prematuro indicar uma estimativa futura de produção do pinhão manso, principalmente em virtude de que este é o primeiro levantamento de informações sobre a cultura realizado pela Conab, e, também, ainda é crítica a margem de confiança dos produtores, principalmente pela imprevisibilidade dos investimentos futuros na cultura.

Quadro LXXI – Levantamento de situação do Pinhão Manso

UF	Nº de municípios	Área plantada (ha)	Área remanescente (ha)	Idade do plantio	Situação geral	Produtividade (Kg/ha)	Produção (t)
BA	11	922,0	684,0	da implantação à produção	Boas condições	-	-
GO	11	75,6	75,6	1 a 3 anos	Regulares condições	-	-
ES	10	664,5	664,5	1 a 3 anos	Boas condições	p/ sementes	-
MA	7	12,0	12,0	-	-	-	-
MT	7	3.617,0	3.617,0	1 a 2 anos	Regulares condições	-	-
MG	20	680,6	398,2	0 a 3 anos	Regulares condições	-	-
PA	1	30.000,0	15.000,0	1 a 3 anos	Abandono 50% Produção 50%	6.500	97,53
RJ	10	3.000,0	3.000,0	2 anos	Abandonado	-	-
SP	4	35,0	0,0	-	Erradicado	-	-
TO	1	3.000,0	3.000,0	Sem informação	Semiabandono	-	-

Fonte: Dipai/Suinfi/Geasa

Durante o período, a Conab recebeu repasse orçamentário no valor de R\$116.210,68 e financeiro no valor de R\$24.850,03. Nos levantamentos das safras foram gastos R\$28.135,90. No fim do exercício a Conab devolveu à SPAE dotação orçamentária de R\$88.074,78.

Quadro LXXII – Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	807,50	-	150,00	-	957,50
BA	1.504,00	1.218,02	463,00	-	3.185,02
ES	94,00	-	-	-	94,00
GO	3.102,00	646,96	1.686,66	-	5.435,62
MA	2.256,00	1.124,40	-	-	3.380,40
MG	3.854,00	1.707,81	203,44	50,00	5.815,25
MT	1.504,00	533,90	889,76	-	2.927,66
PA	1.316,00	400,08	436,00	-	2.152,08
RJ	2.068,00	723,17	1.335,60	61,60	4.188,37
Total	16.505,50	6.354,34	5.164,46	111,60	28.135,90

Fonte: Siafi

2.3.3.8 – Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS

O Programa 1049-Acesso à Alimentação, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram parceria, em 2003, estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais, que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais, no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas à espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas, identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento

geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil dessas famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas, foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

Na área de atuação da Sureg-MA tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas a espera da reforma agrária, as remanescentes dos quilombos, as indígenas e as de comunidades de terreiro. Em 2009 foi iniciado o atendimento às famílias caranguejeiras e em dodo o período foram realizados atendimentos especiais. A quantidade de cestas distribuídas representa, em média, 3,62% da quantidade total entregue por toda a Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXXIII – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	MA	Part. (%)	Brasil	MA	Part. (%)	Brasil	MA	Part. (%)
2003	254.911	12.350	4,84	715.435	30.304	4,24	16.607	583	3,51
2004	447.764	16.755	3,74	1.620.828	54.060	3,34	38.077	1.289	3,39
2005	505.375	16.316	3,23	1.950.914	53.664	2,75	47.956	1.244	2,59
2006	343.452	16.083	4,68	1.820.792	77.686	4,27	40.943	1.721	4,20
2007	402.726	18.799	4,67	2.097.153	87.908	4,19	49.590	1.719	3,47
2008	354.218	16.931	4,78	1.439.256	53.656	3,73	32.552	1.155	3,55
2009	338.446	16.805	4,97	1.427.275	44.056	3,09	32.636	964	2,95
2010	446.363	17.667	3,96	1.946.543	66.037	3,39	46.299	1.386	2,99

Fonte: Supab/Gepab

Da quantidade adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-MA recebeu 1.235,4 toneladas, acrescidas de outras 243,6 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e às AGFs, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXIV – Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	137,3	-	-	137,3
Arroz beneficiado	686,4	-	-	686,4
Feijão	-	-	104,0	104,0
Farinha de mandioca	137,3	-	-	137,3
Flocos de milho	68,5	-	-	68,5
Leite em pó	-	139,6	-	139,6
Óleo de soja	137,3	-	-	137,3
Macarrão	68,6	-	-	68,6
Total	1.235,4	139,6	104,0	1.479,0

Fonte: Supab/Gepab

No âmbito da Sureg-MA as distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo as famílias acampadas, os quilombolas e as do Movimento dos Atingidos por Barragens e posteriormente as comunidades de terreiro, os indígenas e em 2010 famílias caranguejeiras. No período, foram realizados também atendimentos especiais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXXV – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários							Total
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB ¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais	
2003	N.º Famílias	8.491	486	-	-	-	3.373	-	12.350
	Quant. Cestas	25.473	1.458	-	-	-	3.373	-	30.304
	Quant. Produtos(t)	483	12	-	-	-	88	-	583
2004	N.º Famílias	8.491	2.688	-	4.625	-	951	-	16.755
	Quant. Cestas	40.356	5.275	-	4.625	-	3.804	-	54.060
	Quant. Produtos(t)	983	133	-	84	-	89	-	1.289
2005	N.º Famílias	8.491	2.082	1.000	2.000	-	2.743	-	16.316
	Quant. Cestas	43.004	2.082	1.000	2.000	-	5.578	-	53.664
	Quant. Produtos(t)	1.009	46	22	44	-	123	-	1.244
2006	N.º Famílias	8.491	3.645	1.000	204	-	2.743	-	16.083
	Quant. Cestas	43.467	16.243	5.000	204	-	12.772	-	77.686
	Quant. Produtos(t)	960	361	110	5	-	285	-	1.721
2007	N.º Famílias	8.654	3.645	1.000	408	-	5.092	-	18.799
	Quant. Cestas	43.526	22.826	6.014	408	-	15.134	-	87.908
	Quant. Produtos(t)	949	494	127	15	-	334	-	1.919
2008	N.º Famílias	8.491	3.645	1.000	1.000	-	2.795	-	16.931
	Quant. Cestas	25.406	14.580	3.088	1.000	-	9.582	-	53.656
	Quant. Produtos(t)	545	321	68	23	-	198	-	1.155
2009	N.º Famílias	8.492	3.645	1.000	-	-	2.818	850	16.805
	Quant. Cestas	23.755	7.440	2.932	-	-	6.529	3.400	44.056
	Quant. Produtos(t)	529	153	65	-	-	142	75	964
2010	N.º Famílias	8.492	4.125	1.000	-	-	2.950	1.100	17.667
	Quant. Cestas	31.061	15.540	4.000	-	-	11.036	4.400	66.037
	Quant. Produtos(t)	666	319	82	-	-	229	90	1.386

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$1.797.776,00. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$1.790.167,26, representando cerca de 99,58%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se acréscimo de 12,15% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXVI – Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

Surg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	675,00	-	1.600.256,57	-	-	2.096,45	-	1.603.028,02
2010	-	-	1.790.167,26	-	-	7.608,74	-	1.797.776,00

Fonte: Siafi

2.3.3.9 – Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se

dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

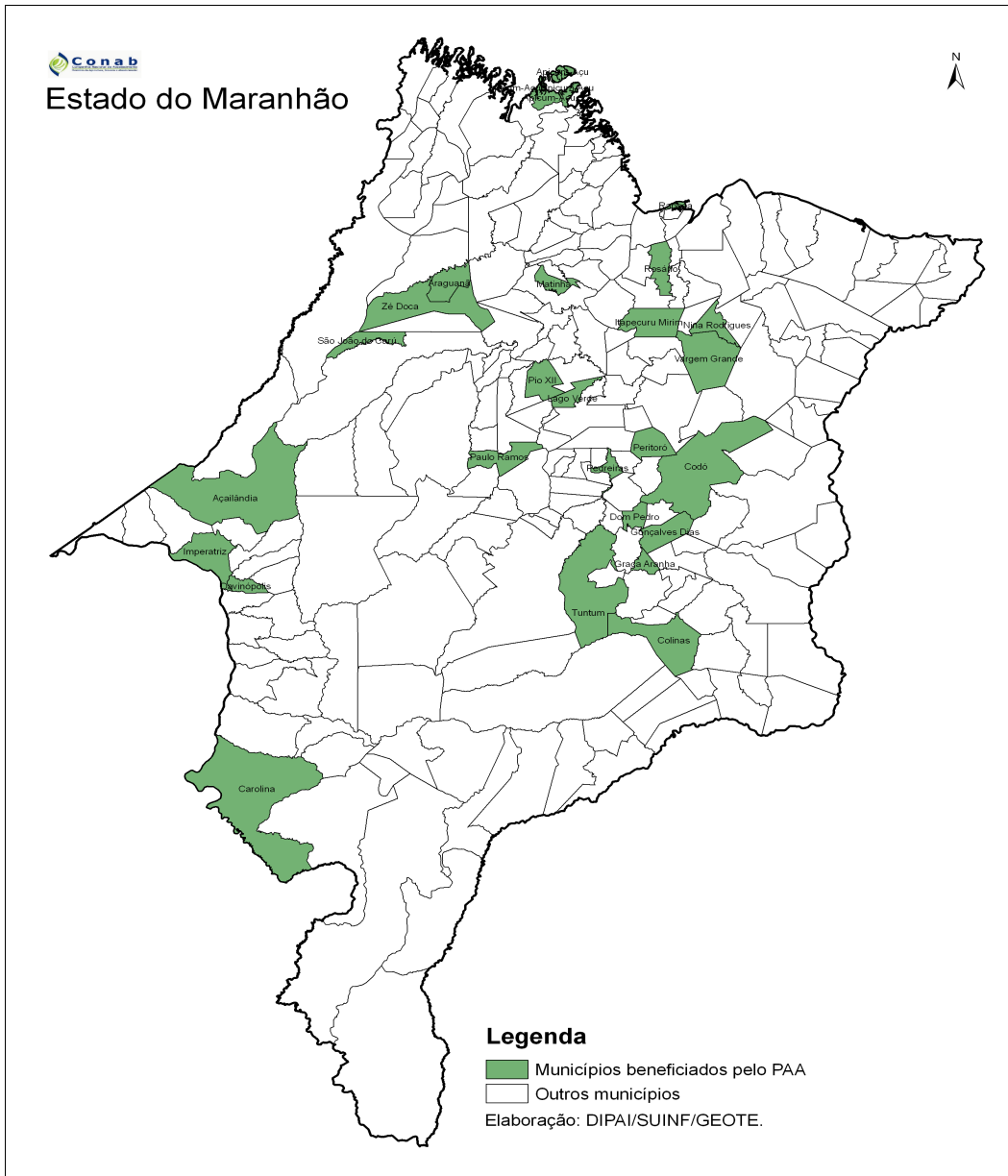
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente no Estado do Maranhão foram atendidos 2.292 produtores familiares em 25 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura III - Área de Atuação do PAA



Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar** , que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio

do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro LXXVII – Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: Supaf/Gecaf

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Com os recursos disponibilizados pelo MDS, a Suerg-MA atendeu a 2.246 produtores familiares, conforme descrito a seguir.

a) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 4.219 toneladas de diversos produtos alimentícios de 2.246 produtores familiares e distribuídas a 670 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve aumento de 780,78% no número de produtores familiares atendidos e de 2.367,25% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro LXXVIII – Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	255	4	171	16.823	54	532.000,00
2010	2.246	24	4.219	232.540	670	9.882.883,77

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Remoção dos Estoques

Em 2010, foi contratada por meio de leilão público realizado pela Matriz, a remoção de 187 toneladas de leite em pó e arroz beneficiado para composição das cestas de alimentos para distribuição gratuita.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programas 1049 – Acesso à Alimentação, sob a sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados para a por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

Quadro LXXIX – Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (Em R\$)		Quantidade (Em t)		
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	A Remover
RS	MA	Leite em pó	Cestas	46.036,11	46.036,11	80	80	0
RS	MA	Leite em pó	Estratégico	46.029,42	46.029,42	80	80	0
TO	MA	Arroz beneficiado	PAA	5.282,82	5.282,82	27	27	0
Total				97.348,35	97.348,35	187	187	0

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

c) Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$10.521.003,25, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 95,08% na despesa total de 2010. Em 2010 evoluiu para 316 produtos. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 617,58%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXX – Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	material, Bem ou Serviço p/ Distribuição gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	106.731,00	28.913,18	588.086,45	58.408,67	0,00	250.041,64	434.005,92	1.466.186,86
2010	75.852,30	16.302,20	10.003.290,50	27.271,64	0,00	184.932,24	213.354,37	10.521.003,25

Fonte: Siafi

Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da Sureg-MA foram atendidos 46 agricultores familiares, conforme descrito a seguir.

a) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio desse instrumento foram adquiridas 325 toneladas de polpa de frutas, no município de Carolina, ao custo de R\$195.996,00, atendendo 46 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXI – Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Ano	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	-	-	-	-
2010	1	46	325	195.996,00

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Execução Orçamentária

Em 2010, as despesas executadas somaram R\$200.309,68, destacando-se a Aquisição de Bens para Revenda, com 97,84% do total de despesas. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se aumento na despesa de 196,13%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXII – Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2009	9.026,00	2.985,04	7.350,00	0,00	48.281,34	0,00	0,00	0,00	67.642,38
2010	2.926,50	147,01	1.240,17	-	-	-	-	195.996,00	200.309,68

Fonte: Siafi

2.3.3.10 – Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003 substituída pela de n.º 1.128/2008, participa de Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Por isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:]

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na seqüência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

Quadro LXXXIII – Demonstrativo das Doações Realizadas

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Supab;Gepri

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda e transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro LXXXIV – Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Banners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

Fonte: Supab;Gepri

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009 a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir.

Quadro LXXXV – Demonstrativo de Doação de Feijão dos Estoques Públicos

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doad (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: Supab/Gepri

d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil toneladas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro LXXXVI – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos(Oriundo da Agricultura Familiar)

Surg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes	Trigo		
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho													
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	-	25,8	-	-	3.911,5	32,0
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2	-
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	6.699,0	56,8
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5	157,6
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0	126,4
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4	166,5
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2	-
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7	49,0
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6	-
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8	-
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0	-
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2	85,9
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0	-
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5	-
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4	-
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0	99,2
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6	-
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6	-
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	-	0,4	-	-	2.679,3	87,6
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7	2,6
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1	-
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2	879,2

Fonte: Supab/Gepri

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1– Execução Orçamentária

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$11.050.250,35, sobressaindo-se os custos de aquisição de gêneros alimentícios para distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, com recursos repassados pelo MDS, no valor de R\$9.985.376,27, e também a aquisição de produtos agropecuários para revenda, adquiridos de produtores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, no valor de R\$195.996,00, com recursos descentralizados pelo MDA.
- Pregão – no valor total de R\$4.124.574,76, destacando-se os custos relacionados à aquisição de gêneros alimentícios e despesas correlatas na composição de cestas de alimentos para distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, no valor total de R\$1.418.050,42; à concessão do Auxílio Alimentação aos empregados, no valor de R\$703.556,33, e à remoção e manutenção dos estoques públicos (AGF e Contrato de Opção de Venda) destinado ao abastecimento por meio do Programa Vendas em Balcão.
- Inexigibilidade – com valor total de R\$999.812,44, onde se destacaram as despesas relativas à assistência médica aos empregados e dependentes, no valor de R\$739.554,93.

Quadro LXXXVII – Despesa por Modalidade de Contratação

Em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	32.232,40	34.970,38	32.232,40	34.970,38
Tomada de Preços	83.812,59	0,00	83.812,59	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	4.974.281,08	4.124.574,76	4.974.281,08	4.124.574,76
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	10.701,76	0,00	10.701,76	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	1.535.594,35	11.050.250,35	1.535.594,35	11.050.250,35
Inexigibilidade	999.366,39	999.812,44	999.366,39	999.812,44
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	11.905,93	19.748,58	11.905,93	19.748,58
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	153.463,13	346.236,90	153.463,13	346.236,90
Diárias	339.272,00	468.892,80	339.272,00	468.892,80
Outros				
Não se Aplica	1.266.859,13	1.225.129,41	1.266.859,13	1.225.129,41

Fonte: Siafi

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a movimentação é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

No quadro abaixo observamos como se desenvolveu a movimentação orçamentária no exercício de 2010 na Sureg-MA.

Quadro LXXXVIII – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebidos	135100	135170	20.122.0350.2272.0001	-	-	3.696,00	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	730.012,23	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	714.401,61	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	52.580,80	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	909.398,70	-	5.621,90	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	2.595.784,00	-	2.825.406,03	32.025,00	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	29.700,00	4.845,00	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	98.438,65	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	31.441,61	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	59.043,27	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	29.490,64	-	-	-
				20.692.0352.4710.0001	-	-	6.846,61	-	-	-
				20.122.1409.2272.0001	-	-	3.380,40	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	16.900,30	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	3.000.000,00	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	908.951,01	-	-	-
			135174	20.122.0352.2829.0001	-	-	18.842,00	5.750,00	-	-
			135173	20.122.0352.2829.0001	-	-	65.490,00	24.674,00	-	-
			135460	20.122.0352.2829.0001	-	-	6.200,15	-	-	-
		135347	135170	08.244.1049.2792.0001	-	-	1.814.381,93	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	462.901,78	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	2.926,00	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	195.996,00	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	8.040.500,00	-	-	-
			135550	08.306.1049.2798.0001	-	-	-1.000.000,00	-	-	-
	Concedidos	135170	135100	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	39.226,04	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	10.845,28	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	25.823,68	-	-	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	113.303,47	-	18.261,52	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	2.350,00	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	16.315,58	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	5.530,92	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	4.502,00	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	1072,82	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	2.680,00	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	8.713,04	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	113.224,25	-	-	-
			135174	20.122.0352.2272.0001	-	-	580,60	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	4.150,00	-	-
		135173		20.122.0352.2272.0001	-	-	275,91	1.700,00	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	24,00	-	-	-
		135171		08.244.1049.2792.0001	-	-	7.317,19	-	-	-
		135172		08.244.1049.2792.0001	-	-	7.608,74	-	-	-
		135170	135347	08.306.1049.2798.0001	-	-	37.209,50	-	-	-

Fonte: Suafi

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$21.264.086,15, com variação, a maior, de 86,54%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$1.327.611,38, e do FGTS, no valor de R\$396.780,23. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 15,71% do total empenhado em 2010 com variação, a maior, de 86,54% em relação a 2009.

- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 79,87% do empenho total, com variação, a maior, de 128,55% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$11.793.457,76, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$53.835,48, representando cerca de 0,25% do total empenhado, com variação, a menor, de 15,89% em relação ao ano anterior. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a aquisição de duas correias transportadoras, no valor de R\$39.990,00. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

- No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$886.742,19, com variação, a menor, de 30% em relação a 2009.

Quadro LXXXIX – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	2.637.861,48	3.340.707,43	2.632.239,58	3.340.707,43	5.621,90	0,00	2.401.602,35	3.161.529,52
Vencimentos e Vantagens Fixas	381.049,39	411.770,80	381.049,39	411.770,80	-	-	342.855,16	379.234,49
Obrigações Patronais	1.700.101,67	2.028.576,15	1.700.101,67	2.028.576,15	-	-	1.507.658,67	1.881.934,55
Depósitos Compulsórios	152.358,86	345.001,64	146.736,96	345.001,64	5.621,90	-	146.736,96	345.001,64
Sentenças Judiciais	404.351,56	544.195,28	404.351,56	544.195,28	-	-	404.351,56	544.195,28
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-	11.163,56	-	11.163,56	-	-	0,00	11.163,56
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	7.430.552,67	16.982.801,05	6.375.983,55	16.670.564,39	1.054.569,12	312.236,66	6.268.398,96	15.845.044,21
Diárias	339.272,00	468.892,80	339.272,00	468.892,80	-	-	339.272,00	468.892,80
Material de Consumo	189.129,18	223.636,30	181.867,78	215.965,40	7.261,40	7.670,90	181.671,97	215.903,25
Material de Distribuição Gratuita	2.188.343,02	11.793.457,76	1.373.347,35	11.793.457,76	814.995,67	-	1.342.225,35	11.043.079,95
Passagens e Despesas com Locomoção	127.324,71	143.775,75	127.324,71	143.775,75	-	-	127.155,59	142.760,98
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	110.724,66	189.572,86	110.724,66	163.607,46	-	25.965,40	109.126,57	157.990,04
Locação de Mão-de-Obra	749.834,04	969.286,99	679.321,32	969.286,99	70.512,72	-	672.849,52	961.059,09
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.171.318,44	2.893.844,18	3.079.519,11	2.615.243,82	91.799,33	278.600,36	3.011.491,34	2.555.023,69
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	512.678,01	283.272,57	442.678,01	283.272,57	70.000,00	-	442.678,01	283.272,57
Indenizações e Restituições	41.928,61	17.061,84	41.928,61	17.061,84	-	-	41.928,61	17.061,84
4 – Investimentos	64.009,09	53.835,48	55.317,14	48.990,48	8.691,95	4.845,00	55.317,14	48.990,48
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	34.969,52	-	34.969,52	-	-	-	34.969,52	-
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	29.039,57	53.835,48	20.347,62	48.990,48	8.691,95	4.845,00	20.347,62	48.990,48
5 – Inversões Financeira	1.266.728,74	886.742,19	0,00	828.492,28	1.266.728,74	58.249,91	0,00	769.885,54
Aquisição de Produtos para Revenda	1.266.728,74	886.742,19	-	828.492,28	1.266.728,74	58.249,91	0,00	769.885,54
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.399.151,98	21.264.086,15	9.063.540,27	20.888.754,58	2.335.611,71	375.331,57	8.725.318,45	19.825.449,75

Fonte: Siafi

2.4.2 – Execução física e financeira das ações realizadas pelo UJ

A Conab Nacional tem no seu orçamento metas bem definidas. O seu planejamento de execução física e financeira tem metas previstas, realizadas e metas para o exercício seguinte para diversas ações. No quadro abaixo observamos a execução física e financeira da Sureg-MA no ano de 2009.

Quadro XC – Execução física das ações

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	80	71	115
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	465	495	465
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	80	71	60
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	110	120	115
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	0	0	0
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	70	80	70
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	2	3	2
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	0	399	200
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	200	5	136
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	0	0	1
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	126	57	56
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	12	12	12

Fonte: Siafi

2.4.3 – Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e pela dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Também foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a ser implementados, em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da Conab, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão. Contava, então, com o patrocínio da alta direção da Conab e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica, sendo interrompido em 2007 para reavaliação, não tendo sido portanto apurado os indicadores.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a

metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA-2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período, observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, quanto à facilidade de cálculo e obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Geare e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação. Esses indicadores, definidos para as ações constantes do PPA, são basicamente de eficácia, e objetivam aferir o andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAN/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Gerente Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CANs e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções para os entraves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

Os Resultados apurados dos indicadores relacionados às ações meio (administrativas) foram comentados no item Principais Ações. A seguir, estão descritos os relacionados às ações finalísticas.”

Para o ano de 2011 está prevista revisão dos indicadores vinculados ao PPA com conseqüente atualização das metas e indicadores do Planejamento Estratégico da Conab.

2.4.3.1 – Análise dos Indicadores

2.4.3.1.1 – Ação (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Quadro XCI – Percentual de Armazéns Cadastrados

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados			
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas			
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			90,21
2008			-
2009			-
2010	Meta:	0,00	Realizado
			-

Em que pese a área responsável pela manutenção do Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, não programou para o exercício de 2010, a realização de cadastro de armazéns instalados no Estado do Maranhão, foram realizados 399 cadastramento/recadastramento, prejudicando o cálculo deste indicador.. Apesar da realização de 399 cadastramento/recadastramento em 2010.

Quadro XCII – Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecad			
Resultados:			
2007			76,84
2008			93,39
2009			90,96
2010	Meta:	100,00	Realizado
			86,37

Apesar de não constar na programação da atividade para 2010, foi prevista dotação orçamenária para esta Ação em função da possibilidade de utilização de empregados na realização de censos de armazenagem em outras Regionais. Em 2010, o valor apurado foi de 86,37% dentro dos parâmetros normais de execução

O custo por unidade cadastrada/recadastrada em 2010, foi de R\$64,94 devido a realização da atividade no próprio Estado, enquanto que nos exercícios anteriores houve o deslocamento de empregados para outras Regionais da Conab, ficando o custo contabilizado nesta Sureg.

Quadro XCIII – Custo por Unidade Cadastrada

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				23,83
2008				-
2009				4.548,09
2010	Meta:	-	Realizado	64,94

2.4.3.1.2 – Ação (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

O custo por fiscalização realizada na Sureg-MA foi de R\$1.026,54, com redução de 26,03% sobre o valor contabilizado no ano anterior, apesar do deslocamento de empregados para a fiscalização dos estoques e dos instrumentos de incentivo à comercialização em outras Regionais.

Quadro XCIV – Custo por Fiscalização Realizada

Nome: Custo por Fiscalização realizada			
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada			
Meta: Menor que o do exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas			
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gefis			
Resultados:			
2007			-
2008			702,19
2009			1.387,71
2010	Meta:	1387,71	Realizado: 1.026,54

Quando da elaboração do PPA 2008/11, a Conab solicitou a manutenção da Ação de Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares, constantes no PPA anterior, e a criação de outra ação com o objetivo de realizar a fiscalização dos instrumentos de comercialização (PEP, PROP, PEPRO, Vendas em Balcão etc). Tal solicitação não foi acatada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em decorrência, foi incluída na ação anterior os objetivos da ação proposta, ficando alterado o produto de estoque fiscalizado(t) para fiscalizações realizadas, ficando, portanto prejudicada a apuração do indicador Percentual de Fiscalizações Realizadas, em 2007.

Em 2010, o índice de execução física mostra que a atividade superou a meta prevista em 14,29% apesar da redução de 45,83% em relação ao exercício anterior.

Quadro XCV – Percentual de Fiscalizações Realizadas

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas			
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]			
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas			
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			-
2008			475,00
2009			166,67
2010	Meta:	100,00	Realizado: 114,29
Análise:			

Comparativamente ao exercício de 2009, houve uma diminuição no percentual de execução financeira da fiscalização dos estoques e das operações de garantia sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários. De 98,62% (do ano de 2009) o percentual diminuiu para 82,12% em 2010 (conforme quadro abaixo).

Quadro XCVI – Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			99,27
2008			74,12
2009			98,62
2010	Meta:	100,00	Realizado: 82,12

Em 2010 a Sureg-MA conseguiu alcançar a meta física, ficando em torno de 103,04%. Nos anos anteriores os percentuais foram de 92,06% (em 2009) e de 380,42% (em 2008) respectivamente.

Quadro XCVII – Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos			
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo programado			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada			
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis			
Resultados:			
2007			31,48
2008			380,42
2009			92,06
2010	Meta:	100,00	Realizado: 103,04

Em 2010, nos armazéns do Estado do Maranhão não foram registradas ocorrências de produtos desclassificados, abaixo do padrão ou desviados.

Já quanto ao índice de perda de armazenagem, na Sureg-MA houve perda somente nos anos de 2007, de 82 toneladas de milho (correspondendo a 0,60% do total do estoques) e em 2010 de 1,94% do total do estoque. Estes percentuais estão dentro do admitido pelo regulamento de armazenagem da Companhia. No quadro a seguir observamos todos os índices mencionados acima.

Quadro XCVIII – Índices de perdas, desvios e ocorrências dos produtos fiscalizados

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,60
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	1,94
Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				

Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

2.4.3.1.3 – Ação (2130) Formação de Estoques Públicos

Notamos que em 2010 a execução orçamentária ficou em torno de 69,07%, acima da execução dos três anos anteriores (conforme quadro abaixo).

Quadro XCIX – Indicadores de desempenho da formação de estoques públicos da UJ

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				0,00
2008				15,17
2009				42,22
2010	Meta:	100,00	Resultado:	69,07

2.4.3.1.4 – Ação (4710) Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Em 2009, a Sureg-MA foi incluída na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.

No ano de 2010, o valor do índice Percentual de Unidades Varejistas Organizadas ficou em torno de 2,50% da meta estipulada e o valor do índice **Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas** foi de 68,47% (ver quadro abaixo).

Quadro C – Índices de Desempenho da Ação dos Micros e Pequenos Varejistas

Nome: Percentual de Unidades Varejistas Organizadas				
Descrição: Percentual de micro e pequenos varejistas organizados, para formação de centrais de negócios, em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = número de unidades varejistas organizadas e Y = número de unidades varejistas previstas				
Fonte: X Supab/Gevap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				93,62
2010	Meta:	100,00	Realizado	2,50
Nome: Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas				
Descrição: Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				53,25
2010	Meta:	100,00	Realizado	68,47

2.4.3.1.5 – Ação (4711) – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Os indicadores utilizados na avaliação da execução desta Ação apresentaram comportamento esperado. Exceção para o valor apurado em 2008 no indicador **Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras**, quando o valor foi de apenas 64,08% em função de que parte dos levantamentos foram realizados por empregados lotados na Matriz.

Quadro CI – Percentuais de pesquisa de safras e execução financeira

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				160,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				95,60
2008				64,08
2009				80,50
2010	Meta:	100,00	Realizado	94,73

2.4.3.1.6 – Ação (2829) – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Os indicadores utilizados no acompanhamento e na avaliação desta Ação apresentaram comportamento esperado.

A rede de unidades armazenadoras próprias sob a jurisdição da Sureg-MA são destinadas a prestar ao público em geral, serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa. Devido a isso a Companhia está constantemente investindo na melhoria da sua rede armazenadora.

Quanto ao percentual de Recuperação da Rede Própria de Armazéns verifica-se que, em 2010, houve um ganho em relação aos valores dos anos de 2008 e 2009.

Quadro CII – Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				200,00
2008				75,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	150,00
Análise:				

Quadro CIII – Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				96,42
2008				91,84
2009				90,18
2010	Meta:	100,00	Realizado	93,11
Análise:				

2.4.3.1.7 – Ação (8579) – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

A execução orçamentária de R\$ 8.187,26 realizada pela Sureg-MA foi despendido, principalmente, com viagens para cadastramento de fontes de informações e levantamento de preços para os novos produtos da PGPAF. Percentualmente, esse gasto representou 40,94% da dotação orçamentária para essa ação (conforme abaixo).

Quadro CIV – Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				68,23
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	40,94

3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na Sureg-MA no ano de 2010.

4 – Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

A Sureg-MA teve de restos a pagar nos seguintes valores:

Quadro CV – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-
2008	1.229.502,04	49.569,81	634.450,17	545.482,06
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.240.012,26	9.325,78	-	287.944,14
2008	5.205.025,12	8.952,88	62.168,86	5.133.903,38
...				
Observações: Todos os restos a pagar estão em via de pagamento. Em 2010 não houve restos a pagar.				

Fonte: Secof-MA

5 - Composição dos Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-MA contava com 122 empregados, sendo 110 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CVI – Composição do Quadro de Recursos Humanos
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	122	0	1
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	110	0	1
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	110	0	1
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	12	0	0
1.4.1 Cedidos	-	9	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	3	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	0	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	122	0	1

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados 106 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 56,59% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro CVII – Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-MA		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	35	34	(1)
Reintegrado (Transitado)	29	29	-
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	58	58	-
Anistiado (Liminar)	-	-	-
Anistiado (Lei 8878/94)	1	1	-
Total	123	122	(1)

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 45,08% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 38,52%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CVIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provento de cargo efetivo	0	4	47	55	16	122
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	-	4	45	51	13	113
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	2	4	3	9
2. Provento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	0	4	47	55	16	122

Fonte: Sutin

Do quadro de empregados apenas 22,13% possuem curso superior com especialização ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CIX – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	14	11	64	16	0	0	0	0	105
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	-	-	12	10	58	16	-	-	-	-	96
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	2	1	6	-	-	-	-	-	9
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	1	5	10	1	0	0	0	17
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	1	5	10	1	-	-	-	17
3. Total	0	0	14	12	69	26	1	0	0	0	122

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados a Regional contava com 12 estagiários de nível superior e 1 de nível médio, com custo anual de R\$105.800,90 (salário mais auxílio transporte).

Quadro CX – Composição do Quadro de Estagiários
Situação Apurada em 31/12/2010

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	13	13	11	12	14	13	105.800,90
Área Fim	7	7	7	7			
Área Meio	6	6	4	5			
Nível Médio	1	1	1	1			
Área Fim	1	1	1	1			
Área Meio	-	-	-	-			
Total	14	14	12	13	14	13	105.800,90

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro CXI – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

[illegible]

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

Para melhor desempenho de suas atividades a Superintendência do Maranhão também conta com serviços de terceirizados.

Quadro CXII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Sureg-MA													
UG/Gestão: Sede e Unidades							CNPJ: 26.461.699/0101 – 43						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	8	07.945.678/0005-10	01/09/10	31/08/11							P
2008	L	O	8	07.990.439/0001-58	03/11/10	02/11/11							P
Observação: A empresa não nos informou o nível de escolaridade dos seus empregados. Não a quantidade determinada de trabalhadores para o contrato.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Quadro CXIII – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome:Surg-MA													
UG/Gestão: Sede e Unidades						CNPJ:26.461.699/0001 – 43							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	2	04.118.319/0001-77	09/03/10	08/03/11							A
2010	4	O	10	02.629.676/0001-74	06/07/10	05/07/11							A
2011	4	O	2	03.992.944/0001-80	13/01/11	12/01/12							A
Observação: A empresa não nos informou o nível de escolaridade dos seus empregados. A quantidade de trabalhadores foi efetivamente contratada. O serviço de Copa e Cozinha faz parte do contrato de Limpeza.													
LEGENDA													
Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

5.1 – Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos Humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

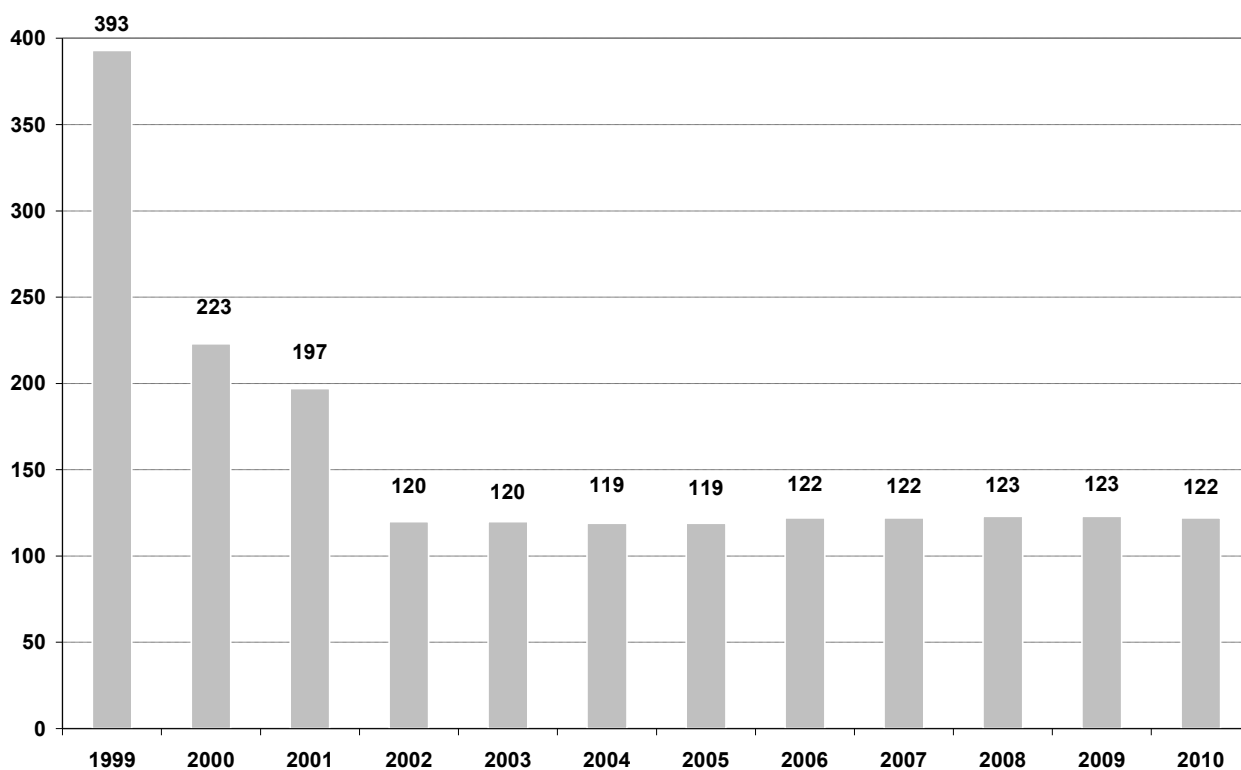
Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-MA apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2002 e em seguida pequena recomposição do quadro.

Figura IV – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em

determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-MA existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 58,2% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CXIV – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço									Total
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	Mais de 40	
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	31 a 35	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	36 a 40	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	41 a 45	1	-	4	-	1	-	-	-	-	6
	46 a 50	-	-	20	-	5	16	-	-	-	41
	51 a 55	1	-	14	-	-	18	-	-	-	33
	56 a 60	-	-	11	-	1	5	5	-	-	22
	61 a 65	-	-	6	-	-	3	3	-	-	12
	66 a 70	-	-	3	-	-	1	-	-	-	4
Mais de 70		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Total		6	0	58	0	7	43	8	0	0	122

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

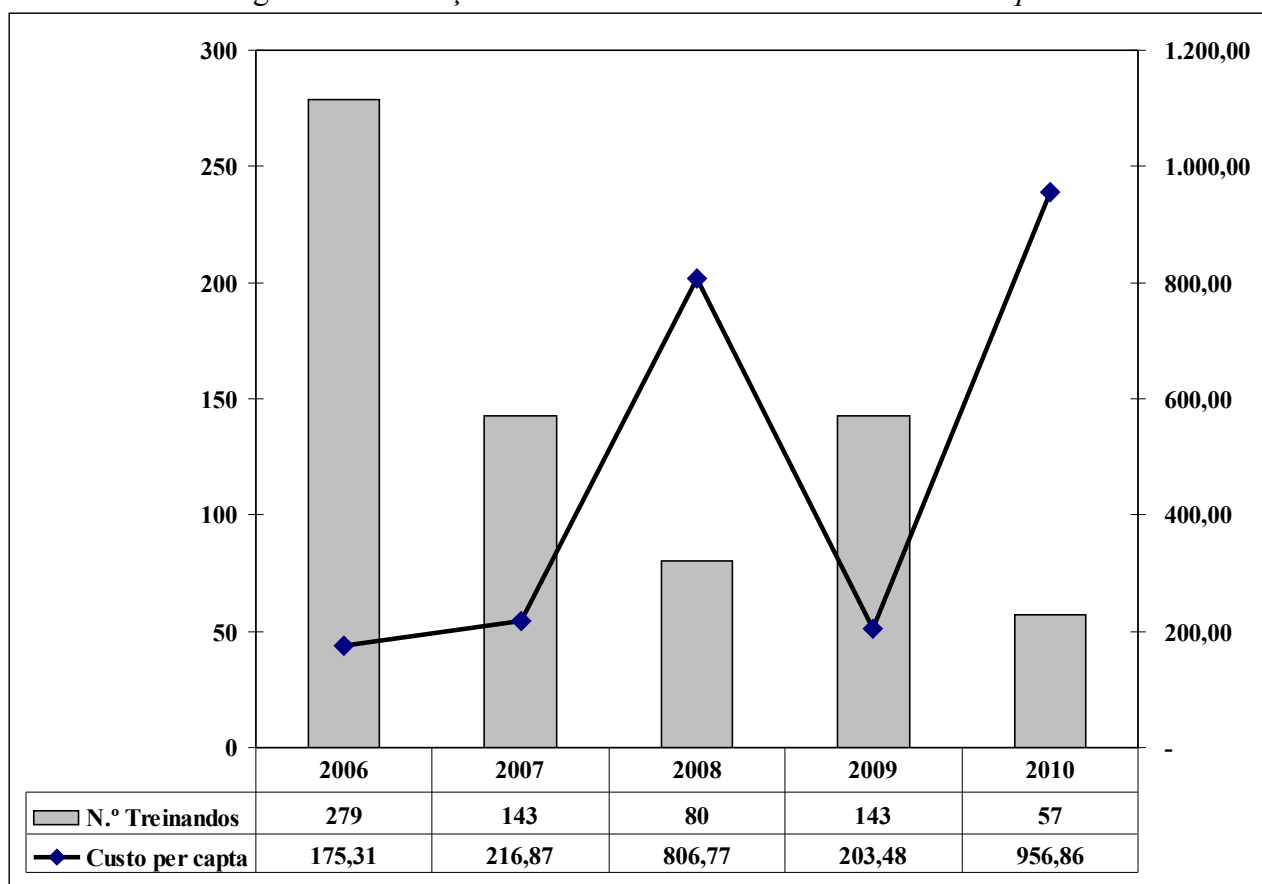
Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 19 empregados (15,6% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são

oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Verifica-se em 2010 redução de 60,14% no número de treinandos com crescimento de 370,25% no custo per capta. Nos exercícios passados houve maior demanda de cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal, com participação de todos os empregados. Atualmente, grande parte dos eventos estão relacionados à área operacional com cursos realizados fora da área de trabalho dos treinandos, demandando maiores custos com diárias e despesas com passagens.

Figura V – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo Per Capta



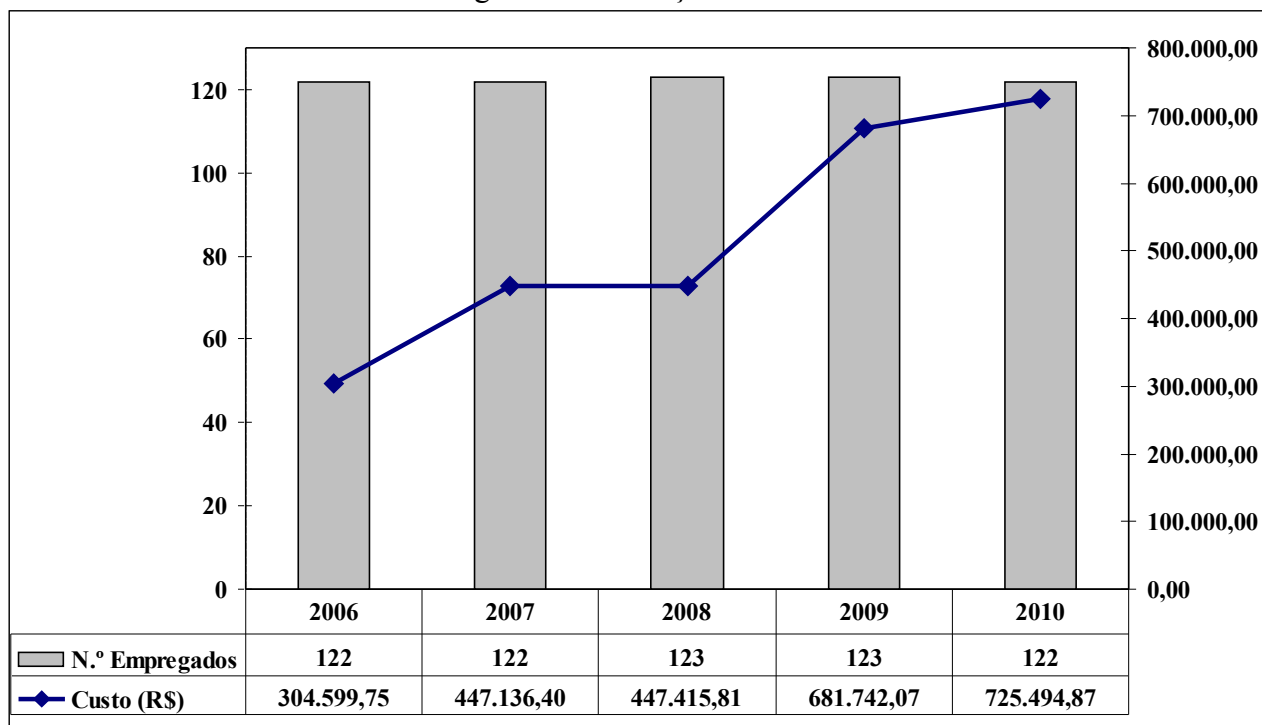
Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de

Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Em decorrência, não houve registro de acidentes de trabalho em 2010.

O contínuo aumento das despesas médicas tem como principal causa o aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos.

Figura VI – Serviços de Saúde

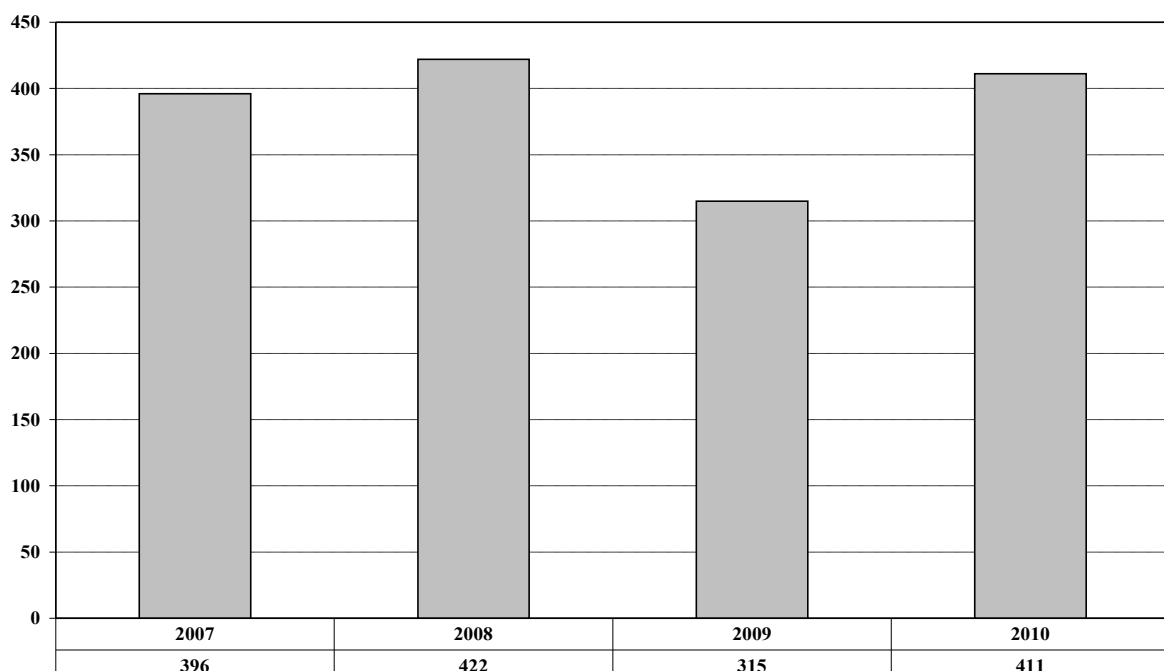


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a Conab, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos.. A mesma situação foi registrada na Sureg-MA, pois no fim do exercício havia 411 processos em trâmite em que a Companhia figura como agente passivo, representando aumento de 30,5% sobre a quantidade existente no exercício anterior.

Figura VII – Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro CXV - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6 – Informações sobre transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Os repasses de recursos orçamentários/financeiros decorrentes de Termos de Cooperação ou Planos de Trabalho, celebrados entre a Conab e outros órgãos públicos, são recebidos pela Matriz (UG 135100) e repassados por meio de Notas de Créditos para execução descentralizada nas Superintendências Regionais da Conab.

7 – Registros atualizados nos Sistemas SICONV e SIASG

Declaração SICONV



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.


Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente


Mara Nivia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

Declaração SIASG



DECLARAÇÃO

DECLARO para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão 2010 que a Superintendência Regional da Conab, no estado do Maranhão, empresa pública federal de direito privado, é vinculada ao SIASG e efetua nesse Sistema o registro de suas Licitações, Cotações Eletrônicas e Dispensas e, também dos seus Contratos.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Raimundo", written over a horizontal line.

RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS
Superintendência Regional do Maranhão
Superintendente


8 – Declaração de Entrega de Bens e Renda do Corpo Funcional



DECLARAÇÃO

DECLARO para os fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão 2010 que todo o corpo funcional da Superintendência Regional da Conab, no Estado do Maranhão, Empresa Pública Federal de direito privado, apresentou perante a unidade de pessoal suas Declarações de Bens e Rendas de que tratam a Lei nº 8.429/92, o Decreto nº 5.483/05, e a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 06.09.07, referentes ao ano base de 2009, exercício de 2010.

São Luís, 18 de março de 2011.



RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS
Superintendência Regional do Maranhão
Superintendente



9 – Estrutura de Controles Internos da UJ (item 9 da parte “A” do Anexo II da DN TCU N° 10/2010)

O controle interno é uma função da gestão administrativa, e consiste em verificar o desempenho de pessoas, dos departamentos, das oportunidades e execuções, auxiliando as instituições nos planos elaborados para atingir as metas e os objetivos.

Os Controles Internos na empresa demonstram não apenas sua relevância de responsabilidades globais como também a preocupação em zelar, avaliar, comprovar e exercer um controle interno adequado sobre os atos praticados pela administração.

Os controles apontam também as falhas que podem ocorrer ou que já ocorreram na execução de um projeto administrativo e esta, é a interpretação positiva de controle, voltada para a correção da ação. Assim as funções da Administração e da Controladoria definem-se, no mínimo em planejamento, controle, e execução, a fim de atingir os objetivos da instituição. Logo, controle é uma das funções inerentes aos gerentes administrativos responsáveis pela instituição.

Quadro CXVI – Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: O controle interno é centralizado na área de auditoria interna (Matriz).					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (item 10 da parte “A” do anexo II da DN TCU N° 107/2010)

Quadro CXVII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto n° 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X			

<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 					
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
<p>Considerações Gerais:</p> <p>O preenchimento do quadro foi efetuado pela área que centraliza as ações de licitações na UJ que é a Gefad-MA.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029 de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, a saber.

Quadro CXVIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro – Macapá – AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar – Bloco A – Pitua – Salvador – BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vinhas – São Luís – MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes – Belo Horizonte – MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino – Cuiabá – MT	1	1

Fonte: Supad/Gepas

12 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro CXIX – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12.1 Tecnologia da Informação

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.1.1 Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação–Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.1.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Quadro CXX – Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Quadro CXXI – Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação-Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software-Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico-Gesut	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: Sutin

12.1.3 Segurança da Informação

12.1.3.1 Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de

incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

- implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
- vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
- análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
- monitoramento dos serviços críticos de TI;
- instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
- implantação de sistema de análise de *logs*;
- virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
- reestruturação da política de *backup*;
- elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;

10 elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados

ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);

- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação–CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
 - Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.1.3.2 Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.1.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação-Gesin e de Engenharia de Software-Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

12.1.4.1 Relação de sistemas entregues em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sítio Internet e/ou intranet.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação:** permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA:** apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA:** apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar:** consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários:** consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos**: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo **DW**: desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque**: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem**: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de **consulta de Vendas Refap**: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;

- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão**: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de **envio de mensagens automáticas**: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Suregs apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

NFe e EFD/Sped Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal Nfe: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;

ETL xFac/xFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/xFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

Novo Sítio da Conab: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

12.1.4.2 - Relação de Sistemas Mantidos em 2010

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.

xFac Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.1.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

Quadro CXXII – Aquisição de Equipamentos

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.1.5.2 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

➤Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.

➤Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.

➤Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema

de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009.

➤ Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.

➤ Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).

➤ Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.

➤ Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.

➤ Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.

➤ Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.

➤ Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

➤ Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.1.6 Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

✓ Portfólio de Soluções e serviços de TI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

✓ Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

✓ Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):

<http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento

Deixamos de apresentar informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal por dispensa conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

14 – Renúncias Tributárias

Não houve ocorrências de renúncias tributárias na Sureg-MA no ano de 2010.

15 – Determinações e Recomendações do TCU ou do OCI

No ano de 2010 não houve ocorrência.

16 – Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pelo órgão de controle interno caso exista na estrutura órgão, apresentando as justificativas para o caso de não acatamento.

As recomendações indicadas no Relatório de Auditoria Interna feito pela Audin, bem como os tratamentos as recomendações estão disponíveis no anexo I deste Relatório de Gestão.

17 – Outras Informações consideradas, pelos responsáveis, como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

A seguir, serão focalizados aspectos referentes às estruturas físicas e organizacionais, recursos humanos e operacionais, e aspectos administrativos e funcionais que influenciaram os resultados apresentados neste Relatório de Gestão.

a) Estrutura Física

A Superintendência Regional da Conab no Maranhão, Sureg-MA, atua em prédio locado, localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, Edifício Nena Cardoso, nº 06, Bairro Vinhais. Para melhor desenvolver as atividades da Conab, o imóvel já passou por várias adaptações.

b) Estrutura de Pessoal

Para efetuar seus trabalhos, a Sureg-MA dispõe de 3 unidade armazenadoras (UA/Itaqui, UA/São Luís e UA/Imperatriz) e a Superintendência Regional sediada em São Luís.

Atualmente, a Conab do Maranhão conta com 122 (cento e vinte e dois) empregados. Destes, 12 (doze) funcionários estão cedidos ou em licenças.

A Sureg-MA conta no seu quadro de recursos humanos com 81 empregados de nível fundamental, 24 de nível médio e 17 de nível superior.

c) Estrutura Organizacional

O organograma da Sureg-MA é composto por um Superintendente com dois staff, que são o assistente e a Procuradoria Regional – PRORE, e duas gerências (cargos de linhas) que são a GEOSE e a GEFAD. Subordinados a GEFAD temos dois setores que são o SEADE e o SECOF e subordinados a GEOSE temos outros dois setores: o SEGEO e o SEOPI.

Subordinados hierarquicamente ao Superintendente estão, também, as 3 (três) Unidades Armazenadoras.

d) Impactos na Gestão

A Sureg-MA, no exercício de 2010, executou seus trabalhos a contento. O programa de Aquisição de Alimentos, Programa Venda em Balcão e as operações de subvenção beneficiaram diretamente o produtor rural e a população, contribuindo com o abastecimento, gerando renda ao setor agrícola e equilíbrio nos preços.

A Conab participou também da distribuição de alimentos às famílias de acampados da Reforma Agrária, Quilombolas e Indígenas, mediante parcerias firmadas com o MDS e MDA.

18 – Informações sobre a Remuneração Paga aos Administradores

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

Quadro CXXIII - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	Total
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	1.036,94	14.773,88
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	1.590,02	19.752,42
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	668,22	8.320,05
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37
Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(1)	Período		Remuneração													
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13.º Salário	Total
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	-	232,31	9.543,79
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	-	-	-	1.036,94	12.561,15
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73
Total Geral			23.941,23	19.911,33	22.686,86	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	17.701,84	17.701,84	19.651,47	256.571,10

Fonte: Sureh/Gefop

Síntese da Remuneração dos Administradores

a) Diretoria da Conab

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop

b) Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

19 – Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ANEXO II PARTE C ITEM 36 da DN TCU 107/2010)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab, são realizados no **âmbito da Conab/Matriz**.

19.1 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

a)	Nome	CIBRIUS
b)	Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
c)	CNPJ:	00.531.590/0001-89
	Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

d) – Demonstrativo anuais:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

2 – Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	-	-	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: Conab/Sureh

3 - Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

3.1 - Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BA/SE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02
RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
Total	162.619.628,14	12.074.064,66	-

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

3.2 - - Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

*OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

➤ **Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97***

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

4 – Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (ICP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MAXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MAXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portoered Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / /	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPHARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Cêd Crêd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Cêd Crêd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Energética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricei Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 a 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cíbrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;**
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.**
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.**

8 - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela

Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

- I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.**
- II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09**

Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações		2010	Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009		
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY's INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA, A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de

ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que

envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN A DEZ 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5%aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de Promover o bem-estar social dos seus destinatários.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009,

o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela $TR + 6\%$ ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.ª instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.
5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões**, dos quais R\$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

f) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a

alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de

11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

19.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados ao longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 -Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D) O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F) Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G) Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda

Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre as que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

I) **por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).**

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

J) **Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.**

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

K) **A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.**

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está

sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevalecentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11 Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na

tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENTA FIXA	19,32%	10,9300%	7,56%
RENTA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRESTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENTA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENTA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRESTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 03/2010 Exercício de 2002

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício

auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002 “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

20 – Informações Contábeis

20.1 – Declaração Plena do Contador (Item 1 da Parte “B” do Anexo II da DN TCU N° 107/2010)

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	São Luís – MA	Data	31/05/11
Contador Responsável	Fernando Gerardo Severino da Rocha	CRC n°	MA-006544/0-0

20.2 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei 4.320/64

Não se aplica (A Conab não precisa juntar as demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64, pois a Contabilidade é executada no SIAFI).

20.3 – Demonstrações Contábeis previstas na Lei 6.404/76

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

A T I V O	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF: 067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVA LEGAL	DE LUCROS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF. P/RES. DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF. P/RES. DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF 067475232-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é

feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar

processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

➤ R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;

➤ R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

➤ R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

➤ Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

⁽¹⁾ incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

⁽²⁾ Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

➤ Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741

Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ mil	
	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros ⁽¹⁾	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

⁽¹⁾ Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

➤ Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Em R\$ mil	
	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

➤ **Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e

no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317523	254.830	369167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasses – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasses – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

**ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE
AGUIAR**
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

**ROGÉRIO COLOMBINI MOURA
DUARTE**

DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

DIRETOR DE POLITICA AGRICOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

21.4 – Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CICAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosá	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste
 (2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
 Superintendente de Contabilidade
 Contador CRC/DF 009252/O-8

20.5 – Parecer da Auditoria Independente




À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 – “S” – DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 – “S-DF”

21 – Remuneração do Conselho de Administração da Conab

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

Anexo I

Constatações, recomendações e tratamentos das recomendações do Relatório de Auditoria Interna 26/2010-(ACG)- SUREG MA/MA- SUPAF/DF

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
26/2010- (ACG)- SUREG MA/ MA- SUPAF/ DF -	<p>889 – Com objetivo de aferir a fidedignidade dos registros contábeis, procedeu-se ao exame das contas representativas dos estoques das Unidades da PGPM, do Estoque Estratégico, oportunidade em que esclareceu tratar-se de suporte e embalagem da água mineral recebida, em doação, em 2007 e posteriormente doada ao Haiti. Na ocasião, quando do processamento da entrada do material, esta se deu em itens distintos (água, estrados e lâminas) e quando da saída, registrou-se no sistema apenas a baixa da água mineral, permanecendo no estoque as lâminas e estrados. Para regularização da pendência, a Sureg/MA propõe a baixa desses itens no sistema de controle de estoques e conseqüente baixa contábil. Esse procedimento foi corroborado pela Superintendência de Abastecimento, responsável pela operação em comento. Quanto às demais pendências, registre-se que até a presente data não houve manifestação da Sureg/MA. Ainda com relação aos estoques públicos, procedeu-se ao exame dos documentos de suporte de alguns registros contábeis. Por meio da 2010NL001074 da Unidade Gestora 135172 – Núcleo Estoque Regulador – PGPM, foi efetuado estorno no valor de R\$52.134,39, em decorrência do cancelamento de operação de doação de feijão cores. A Ficha Financeira de Movimentação – Finan espelhava, em 31.8.2010, os registros de entrada, com a recomposição dos estoques. Contudo, as notas fiscais que suportaram tais lançamentos eram as mesmas que foram emitidas para doação do produto, ou seja, os lançamentos de entrada foram feitos com as Notas Fiscais de Saída n.ºs 001088, 000994, 001028, 001084, 001086, 001061, 001031, 001085, 001029, 001087 e 001021, emitidas em 1º e 2.7.2010. O procedimento correto a ser adotado pela Sureg/MA seria a emissão de nota fiscal de entrada por devolução de doação, visto que já eram transcorridos cerca de 30 dias da emissão das notas fiscais originais, o que impossibilitaria o cancelamento destas. Essa conduta não resultou em diferenças nos estoques, no entanto, quanto aos aspectos fiscais que envolvem a operação, constatou-se a escrituração irregular do Livro de Registro de Entrada do ICMS da UG 135172, do dia 31.8.2010. Considerando a materialidade das divergências apontadas, é possível inferir que os saldos contábeis das contas representativas dos estoques públicos da Sureg/MA, sejam aquelas referentes às Atividades, sejam aquelas representativas das mercadorias em depósito nas Unidades Armazenadoras, não expressam a real situação econômica e física dos estoques. Assim sendo, solicita-se que a Sureg/MA adote os procedimentos a seguir elencados:</p>	<p>889.1 - Recomendamos à Sureg/MA que proceda minuciosa análise dos estoques, em especial no que concerne aos quantitativos depositados nas Unidades Armazenadoras, sejam produtos pertencentes aos estoques públicos, sejam mercadorias de terceiros, verificando, inclusive, a fidedignidade dos inventários físicos efetivados, de modo a esclarecer as divergências apontadas ou adotar as providências pertinentes, na hipótese de se confirmar as faltas físicas dos produtos.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente. A Sureg/MA está providenciando a designação de técnicos para compor uma equipe que procederá minucioso levantamento nos estoques públicos e de terceiros armazenados em suas unidades armazenadoras. Serão observados os resultados constantes nos inventários para auferir sua fidedignidade em relação aos estoques físicos e adoção de eventuais medidas pertinentes, se for o caso. Os resultados advindos desse levantamento serão reportados a essa Audin tão logo sejam concluídos.</p> <p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Pendente O item permanecerá na condição de pendente até que a Audin seja informada sobre a conclusão dos trabalhos.</p>
		<p>889.2 – Recomendamos à Sureg/MA que encaminhe à Audin, cópias das notas fiscais de saída referentes à correção dos itens “lâminas” e “estrados” pendentes no Estoque Estratégico.</p>	<p>de jose.fahd em 26/01/2011 como Pendente Será encaminhado via malote.</p> <p>de jose.fahd em 26/01/2011 como Pendente Procedida por meio da Nota Fiscal N° 003471, a correção da divergência registrada no Relatório da Audin, concernente à correção dos itens lâminas e estrados.</p> <p>de eugenia.oliveira em 04/02/2011 como Pendente Aguardando documento para análise.</p> <p>de eugenia.oliveira em 08/02/2011 como Solucionado: Após o recebimento e análise da NF-e n.º 003471, consideramos o item solucionado.</p>

		<p>889.3 – Recomendamos à Sureg/MA que efetue a correção dos lançamentos de entrada feitos por meio das Notas Fiscais de Saída n.ºs 001088, 000994, 001028, 001084, 001086, 001061, 001031, 001085, 001029, 001087 e 001021, emitidas em 1º e 2.7.2010. Para tanto, inicialmente, essa Sureg deverá efetuar os lançamentos de estorno de entrada no Sistema xFAC, com o respectivo acerto do Livro de Registro de Entradas. Em seguida, deverão ser emitidas as notas fiscais de entrada por devolução, fazendo referência às notas fiscais originais.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente A regularização dessa recomendação encontra-se em processamento por parte da Suope/Gecof (X-FAC), já que os procedimentos recomendados requerem uma movimentação no âmbito do X-FAC da SUREG/MA dependente de orientação daquela Superintendência/Gerência. O assunto vem sendo acompanhado pela técnica Vanderli (Suope/Gecof).</p> <p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Pendente O item permanecerá pendente aguardando solução definitiva.</p>
	<p>890 – O controle operacional desse instrumento se dá por meio do Sistema de Controle do CAAF – xCAF. Assim sendo, foi disponibilizada a Listagem de Recebimento do Adiantamento da CPR, datado de 5.10.2010, na qual são demonstrados por CPR, os valores dos adiantamentos, os pagamentos efetuados, os juros incidentes sobre os saldos, o valor do débito atual e a situação de cada devedor. No entanto, não foi disponibilizado um relatório consolidado que apresentasse o valor total dos débitos, sob a alegação que não foi possível extraí-lo do sistema. Logo, foi necessário efetuar a consolidação em planilha eletrônica, de modo a possibilitar o confronto entre os controles contábeis e os extra-contábeis. Em razão da data de emissão do relatório, este foi comparado com o saldo contábil posicionado em 31.10.2010, quando constatou-se uma diferença de R\$2,36 milhões, conforme se demonstra a seguir: - Valor do saldo contábil, posicionado em 31.10.2010 = R\$3.269.740,09 - Valor dos débitos constantes na Listagem de Recebimento do Adiantamento CPR = R\$909.157,44. - Diferença = R\$2.360.582,65 A Sureg/MA apresentou as Fichas de Conciliação Contábil, com a composição dos saldos em conformidade com o razão da conta 11319.01.00 – Adiantamento a Fornecedores, da UG 135429 – MO/Maranhão, posição em outubro de 2010. Contudo, não foi realizada a conciliação com os relatórios operacionais e, dessa forma, não foi possível atestar que os saldos contábeis reflitam adequadamente a real situação dos devedores. Além disso, as evidências colhidas nos exames efetuados, não são suficientes para que se reconheça a consistência dos dados gerados pelo sistema de controle.</p>	<p>890.1 – Pelo exposto, recomendamos à Sureg/MA que efetue minuciosa análise da conta 11319.01.00 – Adiantamento a Fornecedores da UG 135429 – MO/Maranhão, conciliando os saldos contábeis com os controles operacionais, em um trabalho conjunto entre a área contábil e a operacional. Após o término dessa análise, os relatórios operacionais e as Fichas de Conciliação Contábil com os saldos devidamente compatibilizados deverão ser encaminhados à Audin.</p>	<p>de jose.fahd em 26/01/2011 como Pendente Análise da conta 11319.01.00 – Secof/Seopi – A conciliação dessa conta demandará um período significativo. Nesse caso, tão logo seja concluído, encaminharemos o resultado à Audin. É relevante registrar que muitos pagamentos estão sendo inseridos no sistema neste momento, o que torna a conciliação mais morosa, em virtude do abatimento de 50% que deverá ser registrado nos lançamentos contábeis de cada fornecedor. O trabalho está sendo realizado em conjunto entre o Seopi e Secof.</p> <p>de em 27/01/2011 como Pendente O item permanecerá pendente até que haja a solução definitiva.</p> <p>de em 24/02/2011 como Pendente A conciliação da conta, tendo por base a posição examinada pela Auditoria, foi concluída, restando uns poucos casos em que isso não foi possível devido a solução requerer medidas que demandam mais tempo e/ou não dependem exclusivamente da Regional. o Anexo espelho o trabalho realizado ensejando a regularização das pendências</p> <p>de em 25/02/2011 como Pendente Solicitamos rever o anexo deste item, visto que as informações dizem respeito ao item 901.1 (CPR doação). Observamos que o item 890.1 refere-se à CPR alimento, cujos registros foram feitos na mesma conta (11319.01.00) na UG/MO Maranhão.</p> <p>de ozias.souza em 21/03/2011 como Pendente Reconhecemos o equívoco quanto a inclusão do Anexo. E, por</p>

			<p>oportuno, complementamos a informação dando conta de que as inconsistências ainda relatadas estão sendo tratada. Os resultados deverão ser posteriormente informados, cabendo destacar que a conciliação da conta deverá ter como referência o final do exercício de 2010.</p> <p>de em 21/03/2011 como Pendente</p> <p>Reconhecemos o equívoco na inclusão do anexo. Cabe destacar que o mesmo registra pendências ainda não totalmente solucionadas, o que deverá ocorrer quando da finalização da conciliação dessa conta, tendo como parâmetro a data de 31/12/2010.</p> <p>de eugenia.oliveira em 22/03/2011 como Pendente</p> <p>O item permanecerá pendente até que sejam finalizados os trabalhos de análise e conciliação da conta sob comentário.</p>
	<p>891 - Refere-se à CPR doação n.º 07/2008 formalizada em 23.12.2008, com o proponente Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida, do Município Formosa de Serra Negra do MA, CNPJ n.º 00.886.035/0001-70, no valor de R\$ 290.500,00. O projeto envolveu 83 produtores fornecedores e 14 insituições consumidoras. Da análise dos autos constatou-se relevantes impropriedades, as quais serão elencadas a seguir: a) Execução do projeto fora do prazo estabelecido na CPR. A CPR n.º 007/2008, constante às folhas 220 a 222, foi assinada em em 23.12.2008 com vencimento para o dia 23.12.2009. Contudo, verificou-se que os documentos relativos à prestação de contas da 1ª parcela datavam de julho de 2009 e a 7ª parcela foi apresentada em março de 2010, portanto, fora do prazo de vencimento da CPR. Consta nos autos, à folha 479, o Ofício n.º 21/09 por meio do qual a entidade formalizou pedido de prorrogação do prazo de vencimento da CPR, entretanto, não consta no Processo a manifestação da Sureg/MA sobre o mencionado pleito, conforme estabelecido no item 16 do Título 30 do MOC. b) Formalização da CPR em data anterior à ratificação dos preços pela Dipai. Em 12.6.2009, por meio da CI n.º 984, insita à folha 211 dos autos, a Sureg/MA encaminhou à Supaf a Síntese da Proposta de Participação do Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida, para ratificação dos preços pela Diretoria de Política Agrícola e Informação – Dipai. A anuência da Dipai ocorreu em 24.6.2009, conforme despacho constante na CI mencionada, à folha 213. Em contraposição, verificou-se que a formalização da CPR n.º 07/2008 se deu em 23.12.2008 e os recursos financeiros foram creditados na conta da Associação em 28.1.2009, por meio da 2009OB800183. Importa observar que o item 10 do Título 30 do MOC estebelece que o valor da CPR doação deverá ser calculado pela quantidade de produto a ser adquirida, multiplicada pelo preço ratificado pela Conab. Portanto, depreende-se que a CPR só poderá ser formalizada após a ratificação dos preços. Por oportuno, registre-se que foi realizada vistoria prévia "in loco" com o objetivo de avaliar a viabilidade do projeto, notadamente no que se refere à capacidade operativa da Associação. O técnico da Conab que realizou a vistoria manifestou-se favoravelmente ao acatamento do pleito. Contudo, o Relatório de Avaliação e Vistoria foi emitido em 8.6.2009, ou seja, após à formalização da CPR sob comentário. c) Execução irregular do projeto. A execução do projeto teve início em julho de 2009 e até o mês de abril de 2010 foram liberadas 7 parcelas pela Conab com base na análise de conformidade feita na documentação apresentada. Não houve, portanto, nesses espaço temporal, supervisão "in loco". Esta só ocorreu no período compreendido entre 17.5.2010 e 23.5.2010, quando então os técnicos da Sureg/MA comprovaram que os procedimentos adotados pela Associação estavam em desacordo com os normativos que disciplinam o instrumento CPR doação, o que motivou a suspensão do projeto, até que fossem prestados os esclarecimentos necessários pela</p>	<p>891.1 - Recomendamos à Sureg/MA informar se houve o deferimento do pleito da Associação Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida, quanto à prorrogação do vencimento da CPR n.º 07/2008. Em caso positivo, anexar o documento ao Processo n.º 11.00359/2008, encaminhando cópia à Audin. Em caso negativo, considerando que a CPR em questão ainda não foi liquidada, recomendamos que a Sureg/MA se manifeste formalmente sobre a prorrogação da CPR, anexando o documento ao Processo e encaminhando cópia à Audin.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista que as condições climáticas ocorridas no ano de 2009, ocasionaram a perda quase que total da produção da agricultura familiar no estado, esta Superintendência optou por deferir todos os pedidos de prorrogação de CPR-Doação recebidos em virtude desse fato, haja vista que não havia a mínima condição dos produtores cumprirem sua quota de participação no programa. Por conseguinte, seguinte essa corrente de posicionamento, nos posicionarmos pela autorização do aumento do prazo de cumprimento contratual para o Clube de Mães Nossa Senhora de Aparecida. Anexamos notícia/reportagem publicada na imprensa local acerca das perdas da lavoura ocorridas em 2009, que geraram uma situação calamitosa para a cadeia produtiva da agricultura estadual. O prejuízo foi tão significativo que toda a agricultura familiar teve que recomear seus sistema produtivo do "zero", como se declarou em diversas oportunidades de discussão sobre o tema. Nessas condições, não havia, portanto, outra providência a ser tomada que não fosse se solidarizar com os nossos contratados, acatando suas reivindicações de solidariedade e adequação contratual à situação econômica/produtiva dos conveniados. reivindicações de</p>

	<p>entidade. O relato dos técnicos está materializado no Relatório Técnico, constante às folhas 588 a 597, cujos principais pontos, em síntese, serão a seguir expostos: - falta de controle das instituições consumidoras beneficiárias sobre as quantidades de produtos efetivamente entregues; - entrega de produtos em quantidades inferiores às constantes nos Termos de Recebimento e Aceitabilidade datados de 7.12.09, 10.2.2010 e 23.3.2010, referentes aos períodos de 1º.10.2009 a 31.10.2009, 1º.11.2009 a 30.11.2009 e 8.3.2010 a 22.3.2010 e nas respectivas Guias de Remessa de Alimentos – GRs, conforme depoimento concedido à equipe de fiscalização pela responsável de uma das escolas beneficiadas, que afirmou, também, ter assinado os referidos Termos; - produtos constantes nos Termos de Recebimento e Aceitabilidade datados de 7.12.2009, 10.2.2010 e 23.3.2010, referentes aos períodos de 1º.10.2009 a 31.10.2009, 1º.11.2009 a 30.11.2009 e 8.3.2010 a 22.3.2010 e nas respectivas Guias de Remessa de Alimentos – GRs, sem a correspondente entrega, conforme depoimento concedido aos supervisores da Sureg/MA pela responsável por uma das escolas beneficiadas, que também afirmou ter assinado o referido Termo; e - troca de produtos, que constavam na Proposta de Participação, sem a prévia comunicação à Sureg/MA, conforme depoimento concedido à equipe de fiscalização por uma agricultora fornecedora. A Sureg/MA, em respeito ao princípio da ampla defesa e do contraditório, solicitou esclarecimentos à Associação por meio do Ofício n.º 1409, de 16.8.2010. Em resposta, esta encaminhou à Conab o Ofício n.º 18/2010, de 30.8.2010, oportunidade em que solicitou a visita de técnicos da Companhia para constatar a veracidade das informações. As alegações da Associação foram analisadas por técnico da Sureg/MA que não confirmou a existência de documentos que comprovassem as informações prestadas. Na oportunidade, o técnico da Conab sugeriu que fosse atendido o pedido da Associação de enviar os fiscais da Sureg/MA, "in loco", com o intuito de comprovar o efetivo recebimento dos produtos pelos beneficiários consumidores. Ressalte-se que a Associação não apresentou justificativas para a entrega de produtos em quantidades inferiores às constantes nos Termos de Recebimento e Aceitabilidade datados de 7.12.2009, 10.2.2010 e 23.3.2010, referentes aos períodos de 1º.10.2009 a 31.10.2009, 1º.11.2009 a 30.11.2009 e 8.3.2010 a 22.3.2010 e nas respectivas Guias de Remessa de Alimentos – GRs, e também para os casos em que os produtos não foram entregues. d) Saque na conta bancária específica para a operação de CPR doação. Segundo despacho constante à folha 804, foi realizado saque na conta corrente da Associação sem a autorização da Conab, em desacordo com o compromisso firmado no Termo de Compromisso Mútuo, inserido à folha 207. Registre-se que o projeto estava suspenso e que ainda restava uma parcela para prestar contas. e) Saldo contábil incompatível com o controle operacional. Os controles operacionais indicaram a liberação de 7 parcelas, permanecendo pendente de prestação de contas o valor de R\$12.747,85, consoante dados da planilha "Liberação Financeira CPR-Doação", à folha 628. O saldo contábil, no entanto, posicionado em 31.8.2010, era de R\$52.670,75, sendo que a 7ª parcela não foi baixada contabilmente. Observou-se, nos autos, a inexistência das notas fiscais de entrada e saída que deveriam ter sido emitidas pela Conab, com base na documentação apresentada pela Associação referente a 7ª parcela. Também não consta no Processo o Fax da Sureg/MA com a autorização ao Banco do Brasil para a movimentação financeira (liberação) correspondente a 7ª parcela, embora esta tenha sido baixada nos controles operacionais. f) Ausência de cópia da Nota Promissória. Não consta nos autos cópia da Nota Promissória, que se constitui na garantia da operação, em conformidade com o estabelecido no item 13, do Título n.º 30, do Manual de Operações da Conab - MOC e item 8 da CPR n.º 07/2008.</p>		<p>solidariedade e adequação contratual à situação econômica/produzida dos conveniados.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p> <p>Considerando que houve o acatamento do pleito do proponente, pela Sureg/MA, solicitamos remeter à Audin cópia do documento que formalizou a referida prorrogação.</p>
		<p>891.2 - Recomendamos que a Sureg/MA preste esclarecimentos sobre a formalização da CPR antes da ratificação, pela Dipai, dos preços constantes da Proposta de Participação e antes da vistoria prévia que analisou a viabilidade do projeto.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Pelo fato de não ter sido localizada no processo a síntese homologada, foi emitida uma nova para oficialização dos preços a serem praticados no projeto. Quanto à vistoria prévia, em razão de se tratar de uma renovação, cujo projeto já fora anteriormente supervisionado, inclusive fiscalizado por ocasião do Termo</p>

			<p>de Ajustamento de Conduta – TAC, firmado entre a Conab e o Ministério Público Federal, essa vistoria não foi priorizada, a princípio, em virtude dessa situação, direcionando as equipes de fiscalização prioritariamente aos novos projetos sem histórico de convênio com a Conab. No entanto, cumpre ressaltar, que adotando recomendação dessa Audin, a partir deste registro, todos os projetos em fase pré-contratual serão vistoriados, quer se trate de renovação – inclusive de projetos sem registro de anormalidades em sua execução – ou de nova contratação. No intuito de alcançar plena eficiência quanto a esse objetivo foi elaborado um novo checklist a ser utilizado pelo Setor Operacional e que será encaminhado juntamente com a Guia de Pagamento, CPR-Doação assinada e Certidões Negativas à Gefad/ Secof, área responsável pelas concretizações de pagamentos dos projetos. O objetivo do referido checklist é “blindar” os projetos (inclusive em sua documentação interna), quanto à falta de algum documento essencial, fato ocorrido em alguns casos quando os processos eram analisados de forma célere pelos funcionários do Setor Operacional, que sem o checklist detalhado em mãos (como o agora apresentado), poderiam involuntariamente incorrer no esquecimento de algum documento componente do processo. Com a adoção do checklist essa possibilidade é praticamente inexistente, haja vista que sua abrangência impede qualquer falha funcional decorrente da agilização funcional. Cópia do checklist será encaminhado via malote.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Solucionado</p> <p>Em face dos esclarecimentos prestados pela Sureg/MA e tendo em vista as medidas adotadas para que fatos dessa natureza não mais ocorram, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>891.3 - Considerando que restam duas parcelas para liquidação da CPR n.º 07/2008, visto que o projeto foi suspenso temporariamente, em face das irregularidades detectadas pelos técnicos da Sureg/MA, cujo relato foi materializado do Relatório Técnico constante às folhas 588 a 598 do processo n.º 11.00359/2008. Considerando, ainda, as justificativas</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Realizada vistoria <i>in loco</i> por dois empregados lotados nesta Regional. Cópia do relatório técnico seguirá pelo malote. O relatório informa que as entregas foram comprovadas.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p>

		apresentadas pela Associação Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida por meio do Ofício n.º 18/2010, à folha 809 do Processo, em resposta ao Ofício da Sureg/MA n.º 1409/2010, à folha 807, recomendamos à Sureg/MA que realize nova vistoria "in loco" com o objetivo de comprovar se os produtos relativos às duas últimas parcelas foram efetivamente entregues às instituições consumidoras. Em caso negativo, o valor financeiro referente às duas últimas parcelas deverá ser restituído à conta do órgão concedente dos recursos.	Aguardando relatório da fiscalização para análise.
		891.4 – Recomendamos à Sureg/MA que verifique "in loco" se foram sanadas as irregularidades apontadas nos Termos de Recebimento e Aceitabilidade datados de 7.12.2009, 10.2.2010 e 23.3.2010, referentes aos períodos de 1º.10.2009 a 31.10.2009, 1º.11.2009 a 30.11.2009 e 8.3.2010 a 22.3.2010 e nas respectivas Guias de Remessa de Alimentos – GRS.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Comprovadas in loco as alegativas da entidade. Cópia do relatório técnico seguirá pelo malote. de em 27/01/2011 como Pendente Comprovadas in loco as alegativas da entidade. Cópia do relatório técnico seguirá pelo malote. de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando relatório da fiscalização para análise.
		891.5 – Considerando que foi realizado saque na conta específica n.º 16.964-1 da AG. 0568-1 do Banco do Brasil, sem a autorização da Conab, em desacordo com o disposto no inciso I do item 9 da CPR n.º 07/2008 e também no Termo de Compromisso Mútuo, constante à folha 207 do Processo n.º 11.000.359/2008, recomendamos à Sureg/MA que proceda à minuciosa análise dos extratos bancários da conta em referência, de modo a comprovar se não houve desvio de finalidade na aplicação dos recursos públicos. A Sureg/MA deverá verificar "in loco" se os valores sacados foram efetivamente repassados aos fornecedores.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Situação verificada. Relatório referente ao assunto seguirá pelo malote. de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando relatório da fiscalização para análise.
		891.6 – Em face das irregularidades identificadas na execução do projeto sob comento, recomendamos à Sureg/MA submeter o Processo n.º 11.000.359/2008 à Prore para que oriente quanto à aplicação de penalidades, à luz dos normativos em vigor e do disposto do item 9 da CPR n.º 07/2008.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente O processo foi encaminhado à Prore para ciência e parecer do Relatório apresentado. Posteriormente enviaremos posicionamento daquela Procuradoria. de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando posicionamento da Prore para análise.
		891.7 – Recomendamos à Sureg/MA que a área operacional e contábil adotem os seguintes procedimentos no sentido de compatibilizar os	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Adotadas providências para adoção da recomendação.

		<p>saldos contábeis: a) caso a 7ª parcela seja liberada pela Sureg/MA, a área operacional deverá emitir as notas fiscais de entrada e saída, encaminhando a documentação pertinente à área contábil para que esta efetive o registro de baixa contábil. b) na hipótese da Associação apresentar os documentos relativos a 8ª parcela e havendo a liberação pela Sureg/MA, desde que sanadas as irregularidades detectadas pela fiscalização, a área operacional deverá emitir as notas fiscais de entrada e saída, encaminhando a documentação pertinente à área contábil para que esta efetive o registro contábil de baixa. c) na hipótese de não aprovação, pela Sureg/MA, da prestação de contas das 7ª e 8ª parcelas, deverão ser adotados os procedimentos para devolução do saldo remanescente ao órgão concedente dos recursos, procedendo-se à respectiva baixa contábil.</p>	<p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando relatório da fiscalização para análise.</p>
		<p>891.8 – Recomendamos à Sureg/MA anexar ao Processo n.º 11.000359/2008, cópia da Nota Promissória correspondente à CPR n.º 07/2008 em nome do Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida, encaminhando cópia à Audin.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Cópia será encaminhada via malote. de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Localizada a Nota Promissória. Inserida no Processo. Cópia anexa. de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando cópia da Nota Promissória. de eugenia.oliveira em 24/02/2011 como Solucionado Após análise do documento, consideramos o item solucionado.</p>
	<p>892 – Refere-se a CPR doação s/nº formalizada com a Associação Comunitária São Francisco de Assis, no valor de R\$ 324.000,00. O projeto envolveu 72 produtores fornecedores e 23 instituições beneficiárias consumidoras. Da análise dos autos, constatou-se que, de um modo geral, o Processo está em conformidade com o disposto no Título 30 do Manual de Operações da Conab – MOC. Contudo, não consta nos autos a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP do fornecedor Cícero Pereira de Freitas. Da mesma forma estão ausentes as Declarações Individuais de aprovação da Proposta de Participação e de conhecimento das regras ali contidas, dos fornecedores Maria de Jesus da Silva e Tereza Batista da Silva. Verificou-se, ainda, que a Nota Promissória constante à folha 252 do Processo, está em nome da Associação Comunitária de Macaúba e não guarda qualquer relação com a Associação Comunitária São Francisco de Assis. Em 31.8.2010, o valor do débito permanecia o mesmo, visto que não houve prestação de contas pela entrega de mercadorias no período.</p>	<p>892.1 – Recomendamos à Sureg/MA anexar ao Processo a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP do fornecedor Cícero Pereira de Freitas e as Declarações Individuais dos fornecedores Maria de Jesus da Silva e Tereza Batista da Silva, encaminhando cópias para a Audin.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente DAPs pendentes Localizadas. Já incluídas no processo conforme recomendado. de eugenia.oliveira em 28/01/2011 como Pendente Solicitamos que cópias dos documentos sejam remetidos à Audin para que possamos solucionar o item. de eugenia.oliveira em 08/02/2011 como Solucionado Após o recebimento e análise dos documentos, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>892.2 – Recomendamos à Sureg/MA substituir a Nota Promissória constante à folha 252 do Processo 21211.000297/2010 pela Nota Promissória em nome da Associação Comunitária São Francisco de Assis, encaminhando cópia para a Audin.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Nota promissória Localizada. Já incluída no processo, conforme recomendado. de eugenia.oliveira em 28/01/2011 como Pendente Solicitamos remeter cópia à Audin para que possamos</p>

			<p>solucionar o item.</p> <p>de eugenia.oliveira em 08/02/2011 como Solucionado</p> <p>Após análise da Nota Promissória remetida à Audin, consideramos o item solucionado. Todavia, verificamos que o mencionado documento só foi emitido em 5.1.2011, ou seja, com o projeto em plena execução. Assim sendo, alertamos para que fatos dessa natureza não mais ocorram.</p>
	<p>893 – Trata-se da operação formalizada com a Associação dos Trabalhadores Rurais de Pirapemas por meio da CPR n.º 11/2007, no valor de R\$ 17.500,00. A operação envolveu 5 produtores fornecedores e 3 instituições beneficiárias. A referida CPR foi assinada em 26.10.2007, com vencimento para 26.10. 2008. Da análise dos autos merecem destaque os seguintes pontos: a) Inexequibilidade do projeto. O Relatório Técnico, insito às folhas 76 a 80, expõe o relato dos técnicos da Sureg/MA que realizaram vistoria/fiscalização no projeto e constataram, naquela data (período de 9.2.2008 a 17.2.2008), que ainda não havia produção para fazer face às entregas comprometidas no cronograma integrante da Proposta de Participação. Contudo, considerando que a CPR estava com vencimento previsto para 26.10.2008, entendeu-se que haveria tempo hábil para que os fornecedores honrassem os compromissos assumidos. Em julho de 2008 foi realizada nova vistoria no projeto, quando foi constatado, consoante Relatório Técnico às folhas 98 a 99, que, até aquela data, os fornecedores, ainda, não tinham iniciado a produção (frango caipira) de modo que seria inexequível o cumprimento do cronograma dentro data do vencimento da CPR. Em face disso, a Associação formalizou pedido, à Sureg/MA, de prorrogação do vencimento da CPR n.º 11/2007 para 30.11.2008. Entretanto, não consta nos autos o aditamento da CPR com a prorrogação do prazo. Em 30.7.2008, nova fiscalização foi realizada pela Sureg/MA, quando então verificou-se que a produção teve início naquele período. Assim, em novembro de 2008, a Associação apresentou a 1ª parcela da prestação de contas, tendo sido liberada a importância de R\$7.614,00, conforme FAX Sureg/MA n.º 033, de 6.1.2009 endereçado ao Banco do Brasil. No entanto, o projeto não foi concluído dentro da vigência. Esgotado o novo prazo de vencimento da CPR, sem que a Associação concluisse as entregas, verificou-se nos autos à folha 145, o aditamento da CPR n.º 11/2007 para 20.5.2009. Nova fiscalização foi feita em 21.5.2009, oportunidade em que os técnicos da Sureg/MA constataram que os produtores fornecedores não estavam aptos a cumprir com o novo prazo estabelecido no aditamento da CPR n.º 11/2007, em razão das enchentes que atingiram a região, provocando a destruição dos aviários e sacrificando toda a produção. Por intermédio do OF n.º 17/2010, de 14.5.2010, a Associação solicitou novo prazo para liquidação da CPR n.º 11/207. Sobre esse último pedido a Sureg/MA não se manifestou. Por meio do Ofício n.º 1676, de 30.9.2010, à folha 169, a Sureg/MA solicitou ao Banco do Brasil a devolução, ao Tesouro Nacional, dos recursos financeiros depositados na conta corrente n.º 17.861, tendo em vista o descumprimento das exigências contratuais por parte da Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Pirapemas. Mais adiante, em 27.10.2010, por intermédio do FAX n.º 1842, a Sureg/MA solicitou ao Banco do Brasil o recibo comprovando a devolução dos recursos ao Tesouro Nacional. Da análise dos autos, constatou-se que a Conab não emitiu solicitação formal ao Emitente - nos termos da cláusula n.º 9-III, da CPR n.º 11/2007 - de justificativa quanto às impropriedades encontradas no Relatório de Fiscalização, inviabilizando assim, a aplicação da penalidade prevista na cláusula n.º 9-IV, da CPR em questão. Outro fator impeditivo da adoção de medidas punitivas reside no acatamento prematuro, pela Sureg/MA, da justificativa informalmente formulada pela Associação, a qual não apresentou motivos plausíveis nem documentos ou provas hábeis, que fundamentassem o cumprimento dos termos da Proposta de Participação. Embora tenham ocorrido as falhas mencionadas, resultando na perda do direito da Conab em aplicar penalidades e efetivar as cláusulas contratuais, não houve, no presente caso, perda financeira, tendo em vista que a única parcela levantada pela Associação, lhe era devida. Todavia, a Sureg/MA deve atentar para que ocorrências dessa natureza não se repitam nas próximas execuções</p>	<p>893.1 – Pelo exposto, recomendamos à Sureg/MA que, a fim de resguardar a Conab de futuras responsabilidades, adote, nos demais processos em andamento, todos os procedimentos e formalidades previstas na CPR, em especial quando houver a ocorrência de impropriedades na execução do projeto, viabilizando assim, a implementação das penalidades previstas no contrato.</p>	<p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Considerando as providências adotadas pela Sureg/MA consideramos o item solucionado.</p> <p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>A recomendação de cumprimento dos procedimentos e formalidades previstas na CPR será estritamente adotada, haja vista a aplicação dos mecanismos de controle já reportados nesta resposta Audin em tópicos com explicações sobre assunto semelhante.</p>

	contratuais, sob pena de possível responsabilização dos gestores. Por todo o exposto, é possível afirmar que o projeto sob análise apresentava-se inexequível desde o primeiro relatório produzido pelos técnicos da Sureg/MA. b) Morosidade do processo de restituição de valores. A Sureg/MA demonstrou morosidade na solicitação da devolução do saldo remanescente, uma vez que a CPR n.º 11/2007 venceu em maio de 2009 e o processo de restituição ao Tesouro Nacional apenas teve início em setembro de 2010, por meio do Ofício Sureg/MA n.º 1676, de 30.9.2010, remetido ao Banco do Brasil. Saliente-se que, até o presente momento, não consta nos autos documento comprobatório da devolução dos recursos		
		893.2 – Recomendamos, ainda, à Sureg/MA que insira no processo o documento comprobatório da restituição do saldo remanescente ao órgão concedente dos recursos.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente A devolução procedida ao Tesouro por parte da entidade apresentou uma falta de R\$996,00 que será requerida junto à entidade contratada e, posteriormente, inserida no processo. de em 27/01/2011 como Pendente O item permanecerá pendente até que haja a solução definitiva. Por oportuno, solicitamos encaminhar cópia à Audin dos comprovantes da devolução dos recursos ao Tesouro Nacional.
	894 – Trata-se da operação formalizada com a Associação das Mulheres Quebradeiras de Côco do Município de Capinzal (Muqueca), por meio da CPR n.º 16/2008, no montante de R\$248.500,00. Foram beneficiados nesse projeto 71 agricultores familiares fornecedores e 30 instituições consumidoras. A CPR em análise foi assinada em 23.8.2008, com vencimento em 23.12.2009. Na análise dos autos, constatou-se que a CPR foi aditivada, com a prorrogação do prazo para 30.6.2010. Nesse período foram apresentadas as prestações de contas referentes a três parcelas, sendo que em 31.6.2010 ainda havia um saldo a liquidar, no montante de R\$128.166,35. Considerando-se que a CPR não foi liquidada no novo prazo concedido pelo termo aditivo, a Associação solicitou, oportunamente, nova prorrogação por mais 6 meses, conforme Ofício de fl. 455, de 7.7.2010. Todavia, até o encerramento dos trabalhos (mais de 4 meses do pedido efetuado pela Emitente), não consta nos autos autorização da Sureg/MA concedendo o aditamento solicitado. Por fim, verificou-se na CPR em questão a ausência das assinaturas pertinentes, conforme documento apresentado às fls. 111 à 113.	894.1 – Recomendamos à Sureg/MA que se manifeste quanto ao pedido de aditamento efetuado pela Associação Muqueca, à fl. 455.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Providenciada a autorização de aditamento oficialmente por meio da Carta SUREG/MA Nº 035/2011. de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Solucionado Considerando a medida adotada pela Sureg/MA consideramos o item solucionado.
		894.2 – Recomendamos à Sureg/MA que, nos futuros casos de solicitação de aditamento de prazo para execução das CPRs doação, efetuadas pelos Emitentes, se manifeste de forma célere, para não prejudicar a execução do projeto.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Providenciada a ratificação junto à área operacional desta Sureg quanto à agilidade no deferimento ou indeferimento de pedidos de aditamento ao prazo - contratual de CPRs Doação – Documento referente ao assunto segará pelo malote. de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando documento que

			será enviado por malote.
		<p>894.3 – Recomendamos que a Sureg/MA anexe aos autos a CPR original, devidamente assinada pelos representantes legais da Associação Muqueca e da Sureg/MA.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Providenciada a inclusão da CPR no processo, devidamente assinada pelos representantes da Amuquec e Sureg/MA. Cópia do documento seguirá pelo malote.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando cópia do documento para análise.</p>
	<p>895 – A operação foi firmada com a Unidade Integrada de Apoio e Formação Infanto-Juvenil (UNICENTER), por meio da CPR n.º 103/2010, no valor de R\$488.750,00, beneficiando 115 agricultores familiares fornecedores e 21 instituições consumidoras. O período de vigência da CPR é de 22.2.2010 a 22.2.2011. Verificou-se que não há, nos autos, relatório de fiscalização, ao que se infere que não foi realizada fiscalização prévia para avaliar a viabilidade do projeto. De igual modo, não constam no processo as certidões de regularidade do INSS e do FGTS, conforme exigência prevista no item 7, alínea “g”, do Título n.º 30, do MOC. Por fim, ressalte-se que a CPR sob exame (fls. 352/354) não está assinada pelo Superintendente Regional.</p>	<p>895.1 – Recomendamos à Sureg/MA que realize fiscalizações periódicas no projeto em questão, para verificar sua regularidade e que, em casos futuros, condicione a aprovação da CPR à realização de fiscalização prévia, que comprove a viabilidade do projeto.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Será cumprida estritamente a recomendação de futuras liberações de pagamentos de projetos a essa entidade condicionada à realização de vistoria prévia. Registramos que foi realizada supervisão nesse projeto na data de 24.11/2010, sendo relatada a inexistência de fatos divergentes aos normativos do programa pelo técnico fiscalizador. Cópia do relatório da supervisão seguirá pelo malote.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando cópia do relatório de fiscalização para análise.</p> <p>de eugenia.oliveira em 08/02/2011 como Solucionado Após análise do Relatório Técnico emitido após a supervisão do projeto sob comento, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>895.2 – Recomendamos à Sureg/MA que insira nos autos as certidões de regularidade do INSS e do FGTS, relativas ao período da formalização da CPR, bem como da CPR original, devidamente assinada pelo Superintendente Regional, encaminhando, em ambos os casos, cópia para a Audin.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Localizada a documentação (certidões de regularidade fiscal e CPR original devidamente assinada). Cópias dos documentos seguirá pelo malote.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando cópias dos documentos para que possamos solucionar o item.</p> <p>de eugenia.oliveira em 08/02/2011 como Pendente Após análise dos documentos, verificamos que a certidão</p>

			negativa do INSS estava com a validade vencida (válida até 21/06/2009) por ocasião do pagamento da CPR n.º 103/2010. Assim sendo, solicitamos remeter outra certidão válida na data do pagamento da citada CPR.
	<p>896 – Formalizada com a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Quadra Taboca, sob o n.º 45/2008, com vigência original de 23.12.2008 a 23.12.2009, no montante de R\$290.000,00, beneficiando 83 agricultores familiares fornecedores e 4 instituições consumidoras. Ao compulsar os autos, verificou-se que os relatórios de fiscalização (inseridos às fls. 250 à 255 e às fls 258 à 264 e, respectivamente, referentes aos períodos de 9.11.2009 a 14.11.2009 e 15.12.2009 à 19.12.2009) apresentaram diversas irregularidades no projeto (a exemplo: entrega de produtos não cadastrados, divergência entre os produtos constantes nas Guias de Remessa e os efetivamente entregues e o não fornecimento de produtos pelos produtores cadastrados), razão pela qual este foi suspenso, até que fossem prestadas justificativas e sanadas as irregularidades. Para tanto, o projeto foi reestruturado ao que foi apresentada nova proposta de participação inicial, modificando o número de fornecedores e instituições consumidoras para 39 produtores e 8 instituições, conforme item 20 do título n.º 30 do MOC. Constatou-se ainda, as seguintes inconsistências: a) saldos contábeis incompatíveis com os controles operacionais: os demonstrativos contábeis apontam um saldo pendente de R\$54.046,63, contrariando o controle operacional, o qual indica que a CPR já foi liquidada, sem pendências de prestação de contas. Verificou-se, ainda, que o saldo em questão corresponde à 2ª parcela da CPR em análise, cujos documentos não estavam anexados ao processo. Apenas após a localização dos documentos na Sureg/MA, é que foi possível emitir as notas fiscais de entrada e saída, com data de 10.11.2010. Dessa forma, a pendência foi sanada, restando somente o registro contábil de baixa. b) divergência entre o valor da síntese homologada pela Dipai e o montante da CPR formalizada: para a homologação dos preços dos produtos que serão comercializados para a Conab, deve ser encaminhada à Dipai uma síntese dos termos da proposta de participação. No caso, o valor apresentado na síntese (fls. 35 a 37) totalizava R\$132.590,00 enquanto que a CPR n.º 45/2008 foi formalizada no montante de R\$290.000,00.</p>	<p>896.1 – Recomendamos à Sureg/MA que esclareça a divergência entre o valor da síntese homologada pela Dipai (R\$132.590,00) e o montante da CPR n.º 45/2008 formalizada (R\$290.000,00).</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Quando do recebimento da proposta inicial, no primeiro semestre de 2008, do projeto da Associação da Quadra Taboca, esta se consolidava com a participação de 38 produtores fornecedores. No entanto, após a homologação da síntese por parte da Dipai, no valor de 132.500,00, vários produtores procuraram a direção da entidade (associação) procurando se inscrever no projeto. Nessas condições, a entidade manteve contatos com a Regional informando que iria, salvo orientação em contrário, elastecer o projeto com a inclusão de novos participantes. Como o programa visa atender, quando exequível, a maior inserção possível de produtores familiares sem perspectiva de mercado, aliada à condição desse aumento do projeto proporcionar uma maior abrangência do público alvo a ser beneficiado (escolas, creches, hospitais etc), público este localizado, ainda, num município pobre e, além disso, informamos que se tratava de um projeto de renovação, acrescido do fato de já ter sido já fiscalizado por ocasião da auditoria determinada pelo Ministério Público Federal – MPF, por ocasião do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, em janeiro/fevereiro de 2008. Não haveria, a princípio, razões para inibir o aumento de participantes pleiteado pelos segmentos envolvidos. Após o projeto ter sido refeito, efetivamente readequado pelos proponentes</p>

			<p>para 83 (oitenta e três) participantes, com a entrega de todas as DAPs e demais documentos acessórios na Sureg, se agendou a elaboração de uma nova síntese para encaminhamento à Dipai em substituição à primeira, o que acabou não ocorrendo, provavelmente pelo alto número de projetos em processamento para pagamento no final do exercício de 2008 (cerca de 95 projetos). Entretanto, constam no processo todas as DAPs dos novos 45 (quarenta e cinco) participantes. Esse tipo de ocorrência, com a implantação do checklist pré-pagamento, conforme já relatado no tópico 891.2, deverá ser definitivamente evitada, proporcionando um controle eficiente na condução dos processos de consolidação e pagamento dos projetos, bem como de sua composição processual.</p> <p>de em 03/02/2011 como Pendente</p> <p>Na análise dos autos constatou-se que o projeto em questão pretendia beneficiar, inicialmente, 83 produtores fornecedores. Todavia, posteriormente o projeto foi reestruturado e nova proposta de participação foi anexada aos autos, modificando o número de fornecedores para 39. Assim, a manifestação dessa Sureg não condiz com os documentos constantes no processo sob comento. Pelo exposto, solicitamos novos esclarecimentos.</p>
	<p>897 – Trata-se de operação formalizada pela CPR doação n.º 1/2010 com a Associação dos Pescadores Artesanais e Piscicultores de Codó, no montante de R\$189.000,00. Foram beneficiados nesse projeto 41 agricultores familiares fornecedores e 10 instituições consumidoras. A CPR em análise foi assinada em 28.4.2010, com vencimento em 28.4.2011. À luz dos documentos, verificou-se que foi realizada uma fiscalização prévia para avaliar a viabilidade do projeto e que sua execução encontra-se dentro da normalidade, embora não haja registros de fiscalização após o período de formalização da CPR. Por outro lado, inconsistências foram constatadas em dois documentos que instruem o processo: a) a nota promissória original (fl. 136) está assinada em branco pela representante da Associação; e b) a CPR original não se encontra numerada (apenas consta numeração da CPR sob exame na ficha de</p>	<p>897.1 – Recomendamos à Sureg/MA que providencie o imediato preenchimento da nota promissória assinada, bem como saneie a falha de numeração apontada na CPR original, encaminhando posteriormente cópia à Audin.</p>	<p>de jose.fahd em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Providenciada a inclusão nos autos da Nota Promissória, bem como inserida a numeração da CPR, conforme recomendação Audin. Os anexos serão encaminhados via malote.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p> <p>Aguardando cópias dos documentos para que possamos solucionar o item.</p>

	Liberação Financeira, à fl. 261). Ressalte-se que a nota promissória é um título comercial suscetível de execução judicial, razão pela qual a falha ora apontada é considerada de alto risco financeiro para o emitente.		<p>de eugenia.oliveira em 08/02/2011 como Solucionado Após análise dos documentos recebidos pela Audin, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>897.2 – Recomendamos à Sureg/MA que elabore e execute um cronograma de fiscalizações, que abranja todos os projetos de CPR doação formalizados na sua jurisdição, a serem realizadas durante a execução dos programas.</p>	<p>de jose.fahd em 26/01/2011 como Pendente Elaborado o Cronograma de Fiscalização/Supervisão de todos em projetos em vigência, adaptáveis à inclusão de vistorias prévias quando da iminência de novas contratações em pauta. Anexos serão encaminhados via malote.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando cópias dos documentos para que possamos solucionar o item.</p> <p>de eugenia.oliveira em 10/02/2011 como Solucionado Após análise do roteiro de fiscalização, consideramos o item solucionado. Todavia, alertamos pra o necessário rodizio dos técnicos supervisores e para que as datas das fiscalizações não sejam de conhecimento das entidades envolvidas.</p>
	<p>898 – A operação de compra com doação simultânea foi firmada com a Associação Ecológica Pirâmide do Araçagy por meio da CPR n.º 33/2008, no valor de R\$145.400,00, com período de vigência de 23.12.2008 a 23.12.2009. Da análise procedida nos autos processuais, constatou-se a liberação de 3 parcelas da CPR, nos meses de julho a setembro de 2009, em um montante bruto de R\$66.464,35. Todavia, os documentos referentes às prestações de contas e as respectivas notas fiscais de entrada e saída emitidas pela Sureg/MA estavam fora da ordem cronológica dos fatos, fator esse que prejudica tanto a tomada de decisão, como a supervisão da execução contratual. Verificou-se a emissão de notas fiscais de entrada e saída pela Conab (fls. 280 a 307) em 1º.6.2010, contudo, as respectivas Guias de Recebimento (GR) foram apresentadas à Sureg/MA por meio do Ofício n.º 28/2009, de 29.6.2010 (fl. 360). Assim, é possível inferir que o processo de emissão de notas fiscais ocorreu antes do recebimento das GRs. Caso essa assertiva seja verdadeira, a inversão de fases do procedimento em questão é arriscada e não deve ser adotada como prática administrativa da Superintendência, sob pena de ocasionar prejuízos financeiros à Conab. Em novembro de 2009, a fiscalização detectou irregularidades na execução do projeto que ensejaram o seu cancelamento: produtos entregues que não condizem com os pactuados na proposta de participação, produtos que constam nas GRs mas que não foram fornecidos, produtos entregues em quantidades e qualidades inferiores às constantes nas GRs, produtos entregues com natureza diferente da estipulada na GR, produtos</p>	<p>898.1 – Recomendamos à Sureg/MA informar se houve a liberação de parcela posterior a 3ª, encaminhando o comprovante à Audin.</p>	<p>De jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente As prestações de contas, justificadas pela entidade por meio de declaração dos responsáveis pelas entidades beneficiárias foram confirmadas pelos emissores das declarações. A vistoria foi realizada em 27.01.2001. Neste caso as prestações de contas passam a ser aceitas. Será providenciado o faturamento pendente. Encaminharemos por malote o relatório de vistoria e a ficha financeira.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando relatório da fiscalização para análise.</p>

	<p>superfaturados e falsificação de documentos. Foram solicitados esclarecimentos à Associação, por meio da Carta Sureg/MA n.º 2390, de 3.12.2009 (fls. 384/387), não constando nos autos qualquer esclarecimento desta acerca dos fatos apontados pela fiscalização. Entretanto, foram apresentadas à Sureg/MA declarações (fls. 390/396), emitidas pelos beneficiários consumidores, nas quais alegam ter recebido os produtos conforme descrito nas GRs (tipo e quantidade), contradizendo as declarações prestadas, anteriormente, aos fiscais da Sureg/MA. Às fls. 378/379 há posicionamento do Seopi no sentido de que houve o fornecimento das mercadorias por parte dos produtores, razão pela qual defende a posição de que deveriam receber os valores que lhes competem. Tal entendimento foi, inclusive, seguido pela Prore (fl. 380), tendo em vista a juntada das declarações dos beneficiários de que receberam os produtos. Após, houve autorização por parte do Sr. Superintendente para liberar as parcelas, em princípio, devidas, por considerar que houve cumprimento contratual por parte da Associação. Todavia, por meio da Carta Sureg/MA n.º 091, de 19.1.2010, a Superintendência informou à Associação o cancelamento do projeto e por meio do Fax n.º 122, de 26.1.2010, a Sureg solicitou ao Banco do Brasil a restituição do saldo remanescente (fl. 421), à conta do Tesouro Nacional. Pela dinâmica dos fatos documentados no processo, depreende-se que as parcelas que foram entendidas como devidas – destoando de todo o entendimento exposto pelo relatório da fiscalização – não foram pagas, principalmente, diante do fato de que houve efetivamente a devolução do saldo remanescente, segundo informações colhidas no SIAFI. Por todo o exposto, entende-se necessário estabelecer um controle interno com o objetivo de avaliar a veracidade de declarações fornecidas pelos beneficiários consumidores ou produtores fornecedores (por meio de conferência "in loco"). Fundamentar decisões administrativas – como aquelas emanadas no sentido de liberar as parcelas da CPR – apenas em declarações frágeis de recebimento de produtos é um risco financeiro nítido que deve ser mitigado com a implementação dos controles internos ora citados. Da aferição documental, foram, também, detectadas as seguintes impropriedades: a) inexistência nos autos cópia da nota promissória emitida pela representante da Associação; b) há divergência entre o valor contábil (R\$25.685,11) e o saldo da CPR, que pelos controles da área operacional, já foi zerado; e c) não constam no processo as autorizações de liberação financeira emitidas pela Conab.</p>		
		<p>898.2 – Recomendamos à Sureg/MA realizar vistoria "in loco" para verificar a veracidade das declarações prestadas pelos beneficiários, visto serem completamente divergentes das declarações colhidas pelos fiscais da Conab. Caso seja constatada a falsidade das declarações, a Sureg/MA deverá adotar as medidas previstas no item 9-IV da CPR doação.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Foram verificadas in loco a autenticidade das declarações. Encaminharemos por malote cópia do relatório referente à verificação. de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando relatório da fiscalização para análise.</p>
		<p>898.3 – Recomendamos à Sureg/MA, que nas próximas execuções de CPR doação, confirme a veracidade das declarações prestadas pelas entidades beneficiárias, antes de liberar as parcelas da CPR, quando as</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Em caso de futuras situações semelhantes seguiremos estritamente a recomendação de verificar a autenticidade de declarações porventura</p>

		decisões administrativas forem nelas baseadas.	<p>conflitantes com relatos anteriores. Neste caso, em que pese a justificativa recebida, acrescida das declarações dos beneficiários recebedores (diretores), o projeto foi cancelado e o saldo restante devolvido ao Tesouro por GRU.</p> <p>de eugenia.oliveira em 28/01/2011 como Solucionado</p> <p>Em face da resposta oferecida pela auditado, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>898.4 – Recomendamos à Sureg/MA que esclareça a emissão das notas fiscais de entrada e saída (fls 280 a 307) antes do recebimento das GRs.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>As Notas fiscais inseridas no processo com data anterior ao recebimento das Grs, na realidade pertencem a outro processo; ou seja, foram anexadas incorretamente. Encaminharemos a comprovação por malote.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p> <p>Aguardando documentos para análise.</p> <p>de eugenia.oliveira em 24/02/2011 como Solucionado</p> <p>Após análise das notas fiscais inseridas às folhas 280 a 307 do Processo 11.0000452/2007 constatou-se que as notas fiscais pertencem a outra instituição (Associação Cinturão Verde da V. Sarney Filho I). Assim, consideramos que este item foi solucionado. Todavia, a Sureg/MA deverá inserir tais documentos no processo correspondente, verificando, inclusive, se não há pendência contábil e operacional em nome da Associação Cinturão Verde da V. Sarney Filho I. Após, o Processo 11.000452/2007 deverá ser renumerado.</p>
		<p>898.5 – Recomendamos à Sureg/MA que organize os documentos dos processos de CPR em ordem cronológica e adote essa prática para todos os casos análogos.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>A recomendação em pauta neste tópico será estritamente cumprida, organizando cronologicamente a documentação do processo e adotando tais procedimentos para os demais processos.</p> <p>de eugenia.oliveira em</p>

			28/01/2011 como Solucionado Em face da resposta oferecida pela auditado, consideramos o item solucionado.
		898.6 – Recomendamos à Sureg/MA que instrua os autos com a cópia da nota promissória emitida pelo representante da Associação, encaminhando cópia à Audin.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Conforme recomendação Audin, a nota promissória já está inserida no processo e uma cópia será encaminhada via malote. de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando cópia do documento para que possamos solucionar o item.
		898.7 – Recomendamos à Sureg/MA que esclareça a divergência entre o valor contábil (R\$25.685,11) e o saldo zerado da CPR, expresso no controle de liberação financeira, adotando os procedimentos necessários para a regularização.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Providenciado o processo de faturamento das notas pendentes. Tendo o técnico vistoriador comprovado a veracidade das informações, a emissão das notas terá prosseguimento. Encaminharemos a posteriori a comprovação do ajuste por malote. de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando documentos para análise.
		898.8 – Recomendamos à Sureg/MA que instrua o processo com as autorizações de liberação financeira emitidas pela Sureg/MA.	de em 27/01/2011 como Pendente Conforme recomendação Audin, a inclusão da Ficha Financeira já foi providenciada e inclusa no processo. de eugenia.oliveira em 28/01/2011 como Pendente Solicitamos remeter cópias dos documentos à Audin para que possamos solucionar o item.
	899 – Formalizada com a Cooperativa Agropecuária dos Pequenos e Médios Produtores Rurais de Gonçalves Dias, a CPR n.º 26/2008 possui vigência de 10.12.2008 a 10.12.2009 e montante de R\$399.000,00. Verificou-se que vários relatórios técnicos da fiscalização apontaram impropriedades, tais como: desvio de finalidade do programa para objetivos eleitorais, produtos entregues não condizentes com os pactuados na proposta de participação, desvio de produtos, produtos que constam nas GRs e que não foram fornecidos e produtos entregues em quantidades e qualidades inferiores às constantes nas GRs. Questionada quanto as impropriedades verificadas, a Cooperativa não apresentou resposta satisfatória, segundo análise feita pela Sureg/MA. Às fls. 969/976, a Prore se posicionou no sentido do cancelamento do projeto, em virtude das irregularidades encontradas. Todavia, até o	899.1 – Recomendamos à Sureg/MA cancelar o projeto sob análise e aplicar a penalidade prevista no item 9-IV da CPR, ao presente caso.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Cancelado o projeto, conforme recomendação da AUDIN. Em relação à aplicação das penalidades cabíveis, está condicionada, neste momento, ao atendimento por parte da Cooperativa das Cartas SUREG/MA N.ºs 029/2011 e 062/2011. Neste momento, o Setor Contábil – SECOF, encontra-se processando o

	<p>encerramento dos trabalhos de auditoria o projeto continuava em vigor. Além das impropriedades mencionadas, que tornam a Cooperativa passível de sofrer sanções dispostas no item 9-IV da CPR em questão, outra relevante irregularidade foi constatada, referente à movimentação financeira da conta da Cooperativa, vinculada ao programa. Apesar de terem sido liberadas pela Conab o levantamento de duas parcelas da CPR, no montante de R\$97.900,00, o saldo atual da conta encontra-se zerado. Constatou-se a realização irregular de diversos saques no valor de R\$260.809,96, a aplicação de depósitos não autorizados e o desvio de finalidade da conta bancária, com a aquisição de um veículo por meio de leasing, cujas parcelas eram debitadas automaticamente da conta, no valor de R\$9.459,12. Apesar da gravidade das ocorrências ora relatadas, não foram tomadas providências voltadas para o encerramento do projeto nem para a restituição dos valores desviados.</p>		<p>levantamento da conta contábil/financeira do projeto. Cópia pertinente à resposta seguirá pelo malote.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p> <p>O item permanecerá pendente até que sejam finalizadas todas as ações levadas a efeito por essa Sureg.</p>
		<p>899.2 – Recomendamos à Sureg/MA buscar, seja administrativamente ou judicialmente, os valores utilizados irregularmente pela proponente.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Aguardando atendimento por parte da Cooperativa da solicitação encaminhada pela SUREG/MA por meio da Carta Sureg/MA nº 062/11, para posterior conclusão da área contábil desta Regional dos valores devidos pela entidade, ensejando, dessa forma, condições hábeis para cobrança na esfera administrativa/judicial, em conformidade com o resultado auferido.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p> <p>O item permanecerá pendente até que sejam finalizadas todas as ações levadas a efeito por essa Sureg.</p>
	<p>900 – Trata-se de operação formalizada pela CPR doação n.º 91/2008 com a Associação de Moradores da Vila Davi – Amor Vida, no montante original de R\$54.250,00. Pretendia-se beneficiar nesse projeto 31 agricultores familiares fornecedores e 8 instituições consumidoras. A CPR em análise foi assinada em 23.12.2008, com vencimento em 23.12.2009. Verificou-se, na análise dos autos, que a fiscalização identificou várias irregularidades, o que ensejou a suspensão do projeto, tais como: saques efetuados sem autorização da Conab, identificação de apenas 16 dos 31 fornecedores cadastrados e não entrega de produtos pactuados na CPR. Diante dessas impropriedades, a Conab, por meio do Ofício Sureg/MA n.º 1535/2009 (fls. 158/160), solicitou informações à Associação, ao que está respondeu em síntese, por meio do Ofício n.º 60/2009, que os saques foram realizados por pressão dos associados. Não há, nos autos, avaliação da Conab acerca da resposta oferecida pela Associação. Após, foi elaborado o Relatório Técnico referente à fiscalização realizada no período de 9.11.2009 a 20.11.2009, visando analisar a prestação de contas e a regularidade da entrega dos produtos. Os técnicos verificaram que há divergência entre os valores declarados como recebidos pelos produtores e aqueles que constam nos recibos apresentados pela Associação e concluíram pelo cancelamento do projeto. Relataram, ainda, a necessidade da Conab providenciar o</p>	<p>900.1 – Recomendamos à Sureg/MA que apresente sua análise quanto a resposta oferecida pela Associação no Ofício n.º 60/2009, para avaliar se as justificativas foram suficientes para afastar as medidas punitivas previstas na CPR (item 9-IV).</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>A Sureg/MA não emitiu parecer imediato à época sobre as alegativas da Associação, optando por providenciar o deslocamento de uma equipe composta por representante das áreas operacional e contábil objetivando dispor de uma análise que contemplasse a visão desses dois setores sobre os fatos ocorridos. Essa equipe realizou um minucioso levantamento operacional/contábil no prazo aproximado de 10 (dez) dias (período de 09 a 20.11.2009), cujo relato concluiu pela efetividade das entregas dos produtos por parte dos agricultores/fornecedores,</p>

pagamento dos valores referentes ao mês de maio de 2009. Em razão dessas impropriedades, está a Associação suscetível de sofrer a aplicação da penalidade prevista no item 9-IV da CPR. As irregularidades relatadas chegaram, inclusive, ao conhecimento da Polícia Federal, de forma que em 1º.12.2009, foi encaminhado à Sureg/MA o Ofício/PF nº 1429-A/2009, solicitando diversos documentos, objetivando instruir os autos do inquérito policial aberto. Apesar das impropriedades apontadas na execução da CPR nº 91/2009, a Sureg/MA firmou novo contrato de CPR doação com a mesma proponente, em 11.8.2010, sob o valor de R\$9.934,00, sem, todavia, instruir os autos com documentação hábil que justificasse o motivo da nova contratação. Constatou-se, ainda, que: a) não há documentos que comprovem a restituição do saldo devedor; b) não houve baixa contábil das parcelas que teriam sido liberadas; c) não consta nos autos cópia das notas promissórias de nenhuma das duas CPRs firmadas com a Associação; e d) não há documento comprobatório da homologação, pela Dipai, dos preços apresentados na síntese da CPR nº 91/2008.

muito embora as prestações de contas contivessem erros crassos na forma e conteúdo (colégios trocados, produtores com produtos alterados, quantidades trocadas etc). É relevante registrar que esse assunto foi conduzido por muita cautela pela equipe supervisora, haja vista que muitos produtores se revoltaram com a situação decorrente desse fato, (prestações de contas elaboradas de forma errônea). Após o levantamento realizado “in loco”, foi verificado que ainda existia um saldo a pagar aos referidos produtores. Tal fato decorreu da insuficiência de valores na conta corrente da entidade para acobertamento desses fornecimentos, tendo em vista que tão logo ocorreu o saque antecipado, esta Sureg recolheu o saldo disponível ao Tesouro Nacional através de GRU, por medida de precaução. Não tendo mais recursos em conta corrente para efetivar o pagamento restante, restou a alternativa de liberar novos recursos especificamente para esse fim. Esta Sureg acompanhou todo o pagamento devido aos produtores, evitando qualquer possibilidade de surgimento de novos questionamentos. Assim sendo, com tais providências adotadas toda a situação relativa aos fornecimentos da Associação Amor Vida (pagamentos aos produtores/fornecedores), encontra-se saneada. Neste momento, a Conab nada deve aos produtores, não existindo reclamação ou questionamento por parte dos proponentes a qualquer débito ou pendência da Conab na região. Em que pese a regularização do assunto, a entidade proponente (Amor Vida), não realizará novas operações junto à Conab/MA em termos de PAA/AF, caso não haja mudança na direção da entidade proponente.

		<p>900.2 – Recomendamos à Sureg/MA que esclareça se acatou a prestação de contas da Associação, referente aos meses de março e abril de 2009.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente As prestações de contas foram analisadas pelos técnicos fiscalizadores. Em que pese a divergência dos quantitativos específicos de cada produto e distorções nas entregas o valor do projeto encerrou financeiramente com uma divergência de 305,03. Será providenciada a emissão dos quantitativos corretos e cobrada a diferença de 305,03 à direção da entidade, bem como providenciado o faturamento (emissão das notas fiscais) dos produtos entregues.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Após a conclusão das medidas adotadas por essa Sureg, solicitamos informar à Audin, encaminhando cópias dos documentos pertinentes.</p>
		<p>900.3 – Recomendamos à Sureg/MA que, caso tenha acatado a prestação de contas da Associação das parcelas de março e abril, proceda a emissão das notas fiscais correspondentes, para que seja feita a baixa contábil.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente A recomendação será cumprida. Relaciona-se este tópico com a resposta do item anterior.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente Aguardando a conclusão das medidas adotadas por essa Sureg. Após, remeter cópias dos documentos pertinentes à Audin.</p>
		<p>900.4 – Recomendamos à Sureg/MA que informe quais foram as medidas adotadas com relação a prestação de contas referente ao mês de maio de 2009, visto que a fiscalização entendeu pertinente a realização do pagamento.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente A resposta ao presente tópico remete à resposta do item 900.2. Será providenciada a regularização.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente guardando a conclusão das medidas adotadas por essa Sureg. Após remeter cópias dos documentos pertinentes à Audin.</p>
		<p>900.5 – Recomendamos à Sureg/MA que encaminhe à Audin o documento comprobatório da restituição do saldo devedor aos cofres do órgão concedente dos recursos, efetuando, ainda, os registros contábeis de baixa.</p>	<p>de em 27/01/2011 como Pendente Providenciada a baixa contábil. Seguirá por malote o documento de comprovação da restituição.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p>

			<p>Aguardando documentação para análise.</p> <p>de eugenia.oliveira em 24/02/2011 como Solucionado</p> <p>Após análise dos documentos, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>900.6 – Recomendamos à Sureg/MA que justifique a contratação da nova CPR.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>O histórico reportado no tópico 900.1, explicita as razões que nos levaram a contratar a CPR. No entanto, a entidade não realizará nova contratação.</p>
		<p>900.7 – Recomendamos à Sureg/MA que instrua os autos com as cópias das notas promissórias das duas CPRs firmadas com a Associação Amor Vida.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>O documento encontra-se em busca nos arquivos/dependências das áreas envolvidas no processo.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p> <p>Aguardando a conclusão das medidas adotadas por essa Sureg. Após remeter cópias dos documentos pertinentes à Audin.</p>
		<p>900.8 – Recomendamos à Sureg/MA que instrua os autos com o documento de homologação, pela Dipai, dos preços apresentados na síntese da CPR n.º 91/2008.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Documento não localizado. Encontra-se em busca. Nessas circunstâncias, nos reportamos novamente à aplicação do checklist pré-pagamento, ou seja, evitará processo incompleto e/ou extravio de documentos.</p> <p>de eugenia.oliveira em 03/02/2011 como Pendente</p> <p>Aguardando a conclusão das medidas adotadas por essa Sureg. Após remeter cópias dos documentos pertinentes à Audin.</p>
	<p>901 – Verificou-se que a conta contábil (11319.01.00 – Adiantamento a Fornecedores) não estava conciliada com os controles operacionais, de modo que não foi possível atestar se os saldos contábeis refletiam adequadamente a real situação dos devedores.</p>	<p>901.1 – Recomendamos à Sureg/MA que efetue minuciosa análise da conta 11319.01.00 – Adiantamento a Fornecedores da UG 135553 – Unidade Conab/PAA Maranhão, conciliando os saldos contábeis com os controles operacionais, em trabalho conjunto entre a área contábil e a operacional. Após o término dos trabalhos, os relatórios operacionais e as Fichas de Conciliação Contábil com os saldos devidamente</p>	<p>de em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Devido ao volume de documentos a serem examinados ainda não foi concluída a conciliação desta conta.</p> <p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Em face da resposta oferecida pelo auditado, o item permanecerá pendente.</p> <p>de ozias.souza em 24/02/2011 como Pendente</p>

		compatibilizados deverão ser encaminhados à Audin.	A recomendação foi parcialmente cumprida haja vista que alguns dos projetos incluídos nessa conta apresentam situações cuja solução está a demandar um prazo um pouco maior ou a regularização não depende apenas da Sureg, conforme relatado no documento em anexo.
	<p>902 – Segundo dados extraídos do Balanço Patrimonial, a Sureg/MA possuía, em 31.8.2010, direitos a receber de curto prazo no montante de R\$89.079,12, consignado na conta 11211.01.02 - Faturas/Duplicatas a Receber – Prestação de Serviços. Os créditos de longo prazo totalizam R\$29.887,77, registrados na conta 12.249.02.00 - Títulos a Receber. Os exames realizados nas mencionadas rubricas apontaram as seguintes pendências: a) conta 11211.01.02 - Faturas/Duplicatas a Receber – Prestação de Serviços. a.1) valor a receber do depositante Adelino Tinto de Souza, em 31.8.2010, no montante de R\$8.006,21, pelos serviços de armazenagens prestados pela UA Imperatriz, no período de maio a agosto/10, consoante Notas Fiscais n.ºs 1069, 1073, 1081 e 1087. O referido débito foi cobrado pela Sureg/MA por meio do Ofício n.º 1642, de 27.8.2010. Registre-se que o depositante possuía mercadorias em depósito avaliadas em R\$46.447,50, conforme registro na conta 19912.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito, que se constitui em garantia da dívida. a.2) valor a receber do depositante Luiz Fernando Gouveia Vargas, em 31.8.2010, no montante de R\$542,35, pelos serviços de armazenagens prestados pela UA Imperatriz, no mês de abril de 2010, conforme Nota Fiscal n.º 1057. A Sureg/MA adotou os procedimentos de cobrança por meio do Ofício n.º 1643, de 27.8.2010. O débito em questão está garantido pelas mercadorias depositadas, avaliadas em R\$ 764,25, conforme registro na conta 19912.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito. Os demais clientes (num total de 5) estavam adimplentes, visto que os saldos consignados nos demonstrativos contábeis representavam os valores faturados em agosto/2010, a receber no mês subsequente. b) conta 12249.02.00 - Títulos a Receber. A conta possuía saldo, em 31.8.10, de R\$29.887,77 que representa os débitos oriundos das contas de curto prazo, sendo que R\$3.816,14 foram transferidos da conta 11211.01.02 – Fat. Duplicatas a Receber e R\$26.071,63 da conta 11222.00.00 – Créditos Parcelados. Os débitos referem-se aos seguintes eventos: b.1) valor de R\$ 3.816,14 em nome da Cooperativa Mista Educacional e Desenvol. Rural Ltda - COOPEDE, oriundo da prestação de serviços de armazenagem pela UA Imperatriz, consoante Notas Fiscais n.ºs 592, 603, 619, 633, 644, 675, 687, 657 e 783. O assunto está sendo conduzido no Processo n.º 11-000252/2004 e já foi tratado no Relatório de Auditoria n.º 27/2009, item 553.1, permanecendo sem solução até a presente data. Da análise do processo, verificou-se a ocorrência da falta de mercadoria, por ocasião da retirada dos produtos pela depositante COOPEDE, no quantitativo de 73.204 kg, de milho em grãos, cuja baixa contábil se deu por meio da Nota Fiscal n.º 4376, de 8.1.2009, sob o código operacional de quebra de armazenagem, de acordo com o TVN n.º 28883, de 26.11.2008. Diante desse fato, a Conab assumiu a condição de devedora da depositante. Consoante despacho, fl. 609, foi efetuado levantamento dos estoques referentes às safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, que resultou na confirmação da falta mencionada. A Sureg/MA</p>	<p>902.1 – Recomendamos à Suarm/ Matriz que realize minucioso levantamento dos documentos que envolvem a falta de mercadorias, objeto do Processo n.º 11-000252/2004, em nome da Cooperativa Mista Educacional e Desenvol. Rural Ltda - COOPEDE, de modo a identificar: a) os reais quantitativos faltantes; b) a origem da falta (se foi quebra técnica ou se houve desvio de mercadoria); c) se a quebra técnica, uma vez constatada, está dentro dos limites admissíveis; e d) os valores atualizados a serem indenizados à COOPEDE, descontado o débito (atualizado) desta para com a Conab.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente A recomendação insere neste Relatório de Auditoria está sendo atendida. Devido a falta de consistência nas informações contidas no Processo e alguns aspectos suscitarem o entendimento de que há irregularidades funcionais, a Regional optou por requerer da Presi a abertura de PIA. A Coger avaliou o assunto e não convalidou essa solicitação tendo orientado a adoção de medidas, inclusive judiciais, com vistas a recuperação de eventuais créditos em favor da Conab. Com esse fim foi constituído grupo de trabalho (AS n.º 116, de 27/12/2010) para efetuar novo e acurado levantamento, documental visando apurar os efetivos créditos e débitos das partes. Conclusão dos trabalhos prevista para fevereiro ou março de 2011 devido férias e viagem de dois dos três empregados aos quais foi cometida a tarefa.</p> <p>de eugenia.oliveira em 26/01/2011 como Pendente O assunto permanecerá pendente até que sejam concluídos os trabalhos com a indicação das medidas saneadoras cabíveis.</p>

	<p>procedeu a análise do tempo médio de depósito, cujo resultado foi consignado no TMD, fls 606 e 607, o qual apontou quebra técnica de 78.391 kg, logo, o quantitativo faltante na operação (73.204 kg) estaria dentro da margem técnica admissível. Assim sendo, o técnico que procedeu a análise entendeu que a Conab deveria efetuar a indenização à depositante, nos termos dos normativos em vigor, por meio do PIM – Pagamento de Indenização de Mercadoria, descontando o valor devido à Conab pela Cooperativa, conforme demonstrativo abaixo: - Débito da COOPEDE para com a Conab em agosto/2010: R\$3.816,14 + R\$1.241,68 referente juros e multa, totalizando R\$5.057,82 - Valor do débito da Conab para com a COOPEDE (73.204 kg valorado pela sobretaxa de 1º.9.2010): R\$24.933,28 - Valor a indenizar à COOPEDE (descontado o débito de R\$ 5.057,82): R\$19.875,46 No despacho à folha 616, o Sr. Superintendente da Sureg/MA concordou com o encaminhamento sugerido pelo técnico, remetendo o processo à UA Imperatriz para as providências pertinentes à indenização da mercadoria à COOPEDE. Contudo, o Gerente da UA Imperatriz alertou (em despacho anexo ao processo sem numeração da página) para a necessidade de se proceder novo levantamento, alegando que existem documentos de remessa para depósito de produtos diversos e de produtores diferentes que não possuíam vínculo com a depositante e que foram depositados em nome desta. Diante desse posicionamento, e considerando o alto valor a ser indenizado à COOPEDE (R\$19.875,46) amparado na quebra admissível, entende-se necessário que o assunto seja submetido à Suarm/Matriz que deverá proceder minucioso levantamento dos documentos que envolvem a operação sob comento, de modo a identificar: a) os reais quantitativos faltantes; b) a origem da falta (se foi quebra técnica ou se houve desvio de mercadoria); c) se a quebra técnica, uma vez constatada, está dentro dos limites admissíveis; e d) os valores atualizados a serem indenizados à COOPEDE, descontado o débito (atualizado) desta para com a Conab. b.2) valor de R\$20.495,47 em nome do ex-varejista Raimundo Nonato Moraes, objeto do Processo n.º 11.041/92. Refere-se ao Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Conab e o ex-varejista, no qual este se compromete a pagar a dívida em 36 parcelas mensais de R\$ 585,59. Contudo, o devedor não honrou o acordo, o que suscitou a execução extrajudicial do título pela Conab, conforme Processo Judicial n.º 92.559-4. Tem-se a última informação de petição da Conab, datada de 25.3.2009, na qual solicita-se o prosseguimento da execução com a intimação do signatário para que este pague o remanescente do débito, requerendo-se, ainda, o bloqueio em conta de ativos porventura localizados em nome do devedor. b.3) valor de R\$ 361,41 em nome do ex-varejista Ernani Segadilha Barros, objeto do Processo n.º 11.494/95. Refere-se ao Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Conab e o ex-varejista, no qual este se compromete a pagar a dívida em 5 parcelas mensais. Contudo, o devedor não honrou parte do acordo, o que suscitou a execução extrajudicial do título pela Conab, conforme Processo Judicial n.º 95.00.04135-9. O Processo está suspenso para que a Conab diligencie a procura de bens passíveis de penhora. b.4) valor de R\$ 3.961,89 em nome do ex-varejista José Santos Lopes, objeto do Processo n.º 11.024/94. Refere-se ao Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Conab e o ex-varejista, no qual este se compromete a pagar a dívida em 30 parcelas mensais. Contudo, o devedor não honrou parte do acordo, o que suscitou a execução extrajudicial do título pela Conab, conforme Processo Judicial n.º 2006.37.004417-5. O processo judicial está suspenso para que a Conab diligencie a procura de bens passíveis de penhora. b.5) valor de R\$ 1.252,86 em nome da ex-varejista Dilma de Moraes Mendonça, objeto do Processo n.º 11.213/92. Refere-se ao Termo de Confissão de Dívida</p>	
--	--	--

	firmado entre a Conab e o ex-varejista, no qual este se compromete a pagar a dívida em 15 parcelas mensais. Contudo, o devedor não honrou parte do acordo, o que suscitou a execução do título pela Conab, conforme Processo Judicial n.º 96.00.04279-9. O processo judicial está suspenso para que a Conab diligencie a procura de bens passíveis de penhora. Pelo exposto, têm-se que deverão ser adotadas as seguintes medidas:		
		902.2 – Recomendamos à Sureg/MA informar qual a posição atualizada do débito no valor de R\$20.495,47, em nome do ex-varejista Raimundo Nonato Moraes, objeto do Processo Administrativo n.º 11.041/92 e Judicial n.º 92.559-4.	de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente Inalterada a situação atual débito varejista Raimundo Nonato Araújo – R\$ 20.495,47. Processo 11-041/1992 e Processo Judicial 92.559-4. Devido o não cumprimento, pelo devedor, do acordo negociado entre as partes, está sendo dada sequência a ação de cobrança. Apesar do valor significativo, mas levando em conta tratar-se de crédito antigo e de difícil recuperação será instruído procedimento visando a baixa contábil de eugenia.oliveira em 26/01/2011 como Pendente O item permanecerá pendente até que sejam finalizados os procedimentos relativos à baixa contábil.
		902.3 – Recomendamos à Sureg/MA que informe a posição atualizada do débito no valor de R\$361,41, em nome do ex-varejista Ernani Segadilha Barros, objeto do Processo Administrativo n.º 11.494/95 e Processo Judicial n.º 95.00.04135-9.	de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente Inalterada a situação atual débito varejista Ernani Segadilha Bastos – R\$ 361,41. Processo 11-494/1995 e Processo Judicial 95.00.04135-9. O processo judicial está suspenso devido a não localização de bens penhoráveis. Levando em conta o pequeno valor e tratar-se de crédito antigo e de difícil recuperação será instruído procedimento visando a baixa contábil. de eugenia.oliveira em 26/01/2011 como Pendente O item permanecerá pendente até que sejam finalizados os procedimentos de baixa contábil, sem prejuízo da ação judicial em curso.
		902.4 – Recomendamos à Sureg/MA informar qual a posição atualizada do débito, no valor de R\$3.961,89, em nome do ex-varejista José Santos Lopes, objeto do Processo	de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente Inalterada a situação atual débito varejista José Santos Lopes – R\$ 3.961,89. Processo 11-024/1994 e

		Administrativo n.º 11.024/94 e Judicial n.º 2006.37.004417-5.	<p>Processo Judicial 2006.37.004117-5. O processo judicial encontra-se suspenso devido a busca de bens para penhora terem sido infrutíferas. Levando em conta o valor pouco significativo e tratar-se de crédito antigo e de difícil recuperação será instruído procedimento visando a baixa contábil.</p> <p>de eugenia.oliveira em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>O item permanecerá pendente até que sejam finalizados os procedimentos relativos à baixa contábil, sem prejuízo da ação judicial em curso.</p>
		<p>902.5 – Recomendamos à Sureg/MA informar qual a posição atualizada do débito no valor de R\$1.252,86, em nome da ex-varejista Dilma de Moraes Mendonça, objeto do Processo Administrativo n.º 11.213/92 e Judicial n.º 96.00.04279-9.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente</p> <p>Inalterada a situação atual débito varejista Dilma de Moraes Mendonça – R\$ 1.252,86. Processo 11-213/1992 e Processo Judicial 96.00.04279-9. Em 23/10/2008 foi protocolada petição requerendo o bloqueio de contas bancárias da executada, efetuando-se a penhora on-line dos valores encontrados, sendo informado o valor atualizado do débito na ordem de R\$ 2.811,58.</p> <p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Em face da resposta oferecida pelo auditado, consideramos o item solucionado.</p>
	<p>903 – Segundo informações enviadas pela CI/Sureg-MA n.º 2026, de 19.11.2010, à Audin, a Superintendência realizou operações de subvenção, até setembro de 2010, no montante de R\$2,82 milhões. Desse total, R\$2,24 milhões estão relacionados às operações de PEPRO/MILHO e R\$580 mil, ao programa de Subvenção Direta ao Extrativista (SDPE). Com relação a este último programa (SDPE), a Sureg/MA informou, por meio do despacho Segeo/MA, anexo à CI mencionada, que encontram-se suspensos por supostas irregularidades, os projetos referentes à Cooperativa Agropecuária de Pequenos e Médios Produtores do Município de Gonçalves Dias, à Associação de Moradores do Povoado de Poço Dantas e à Cooperativa de Produtores Rurais e Agroflorestal de Buriti. Por oportuno, informamos que, com relação às operações de subvenção, não foram realizadas análises na conformidade dos projetos, uma vez que esse assunto não foi inserido no escopo do trabalho. Não obstante, ao tomar conhecimento dos fatos ora relatados, a equipe de auditores entende necessária a adoção de medidas, pela Sureg/MA, no sentido de apurar as supostas irregularidades apontadas.</p>	<p>903.1 – Recomenda-se à Sureg/MA que realize fiscalizações nos projetos sob suspeita e uma vez comprovadas as irregularidades, adote as medidas saneadoras pertinentes e, após, informe à Audin os resultados obtidos.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Foi encaminhado em 20 de maio de 2010 à SUFIS, FAX/SUREG/MA/912, o qual faz menção ao Plano de Fiscalização do Programa de Subvenção encaminhado à SUGOF e solicita recurso para fiscalização dos projetos existentes nos municípios de Buriti, Chapadinha, Pirapemas e São Mateus. Após liberação dos recursos, foi designado por esta Superintendência para efetuar as fiscalizações o técnico Rogério Prazeres da Silva no período de 25 a 30.05.2010. Conforme Relatório apresentado pelo</p>

			<p>referido técnico a este Setor em 01 de junho de 2010, foram detectadas irregularidades nos municípios de Buriti e Chapadinha. Informa a Procuradora desta Regional em Despacho PRORE/56/2010, datado de 17 de junho/2010 que os representantes da Associação de Moradores do Povoado Dantas-Chapadinha e Cooperativa dos Produtores Rurais e Agroflorestais de Buriti-COOPRAB, foram notificados quando compareceram nesta Regional em 17 de junho de 2010, ao tempo em que sugere a suspensão dos Programas. A Associação de Moradores do Povoado Dantas-Chapadinha, encaminha a esta Superintendência Ofício solicitando a exclusão de 116 beneficiários. Submetemos à apreciação do técnico Rogério para análise e o mesmo sugere um levantamento minucioso. Em reunião realizada no auditório desta Sureg, conforme ata de reunião, anexa, o Sr. Delmar reconheceu os erros da Associação de Moradores do Povoado Poço Dantas, prontificando-se a devolver os recursos recebidos indevidamente. Foi concedido um prazo de 20 dias corridos a contar daquela data. Os representantes da Sureg, Consea e FETAEMA, decidiram que a Conab enviaria técnicos ao município de Buriti com o objetivo de ser realizado um minucioso trabalho para apurar o grau de irregularidade, assim como aferir o valor financeiro a ser devolvido aos cofres da União. Na segunda fiscalização, realizada pelos técnicos Francisco Pinheiro Reis e Luiz Gonzaga Costa Filho, conforme relatório por eles apresentado, todo o projeto da Associação de Moradores do Povoado Dantas-Chapadinha encontra-se completamente sob</p>
--	--	--	---

			<p>suspeição e sugere que suspenda o projeto da Cooperativa dos Produtores Rurais e Agroflorestais de Buriti-COOPRAB, bem como seja realizada nova fiscalização juntamente com o Sindicato da região. Recebemos correspondência da Advogada Bartira Mousinho Lima, representante da Associação de Moradores do Povoado Poço Dantas-Chapadinha, solicitando dilação de prazo para mais vinte dias, objetivando pagamento. Após análise da PRORE, Nota Técnica AV 13/2010, opinando pelo cancelamento do Programa. Parecer Prore/Sureg/MA AV N° 88/2010, solicitando que seja expedido ofício à Polícia Federal para que tomem as devidas providências na seara criminal. A Regional adotou as providências através do Ofício Sureg/MA N° 2058 de 24 de novembro de 2010, o processo encontra-se na Procuradoria desta Regional. No período de 13 a 17 de setembro de 2010 objetivando dar continuidade às fiscalizações, os técnicos Francisco Pinheiro Reis e Luiz Gonzaga Costa Filho, se deslocaram aos municípios de Chapadinha e Buriti. O relatório técnico apresentado pelos mesmos sugere cancelamento do Programa e nova fiscalização considerando que outros nomes possam estar sob suspeição. Foi realizado um terceiro levantamento pelos técnicos Carlos Augusto Abreu e Francisco José Cysne Aderaldo, após minucioso trabalho de campo e apresentação do relatório, o processo foi encaminhado à área jurídica. Recebemos Ofício COOPRAB S/N, solicitando informar o valor financeiro para ressarcimento, informando que a Cooperativa tem todo o interesse em sanar a situação, encaminhamos tal correspondência à Prore solicitando remessa ao</p>
--	--	--	--

			<p>SECOF para atualização de valores. Em 24 de novembro de 2010, foi encaminhado OFÍCIO/SUREG/MA205, à polícia Federal, informando as irregularidades e solicitando abertura de inquérito policial para que sejam apurados os crimes.</p> <p>de eugenia.oliveira em 28/01/2011 como Solucionado</p> <p>Em face das medidas levadas a efeito pela Sureg/MA, consideramos o item solucionado, sem prejuízo de futuras auditorias específicas nos programas de subvenção.</p>
	<p>904 – De acordo com dados extraídos do Siafi (Empenhos por Modalidade de Licitação), a Sureg/MA movimentou recursos da ordem de R\$2,84 milhões em compras, serviços e obras, até 31.8.2010. Esses valores excluem as operações governamentais que são dispensadas de licitação com fulcro no inciso VI do artigo 24 da Lei de Licitações e Contratos. A tabela 6 demonstra que 50% desse montante foi contratado de forma direta, por incidência das previsões legais de dispensa (24,73%) ou de inexigibilidade (25,39%) de licitação. A distribuição percentual da utilização das modalidades licitatórias também é elucidada na Tabela 6. a) Dispensa de Licitações. Por representar elementos conhecidos de elevada criticidade, decidiu-se examinar os processos de contratação direta, formalizados por meio de dispensa de licitação. As contratações por dispensa realizadas até 31.8.2010, totalizaram R\$701 mil. Deste total foi auditado o montante de R\$114 mil que corresponde 16,2% do montante contratado no período. As análises levadas a efeito indicaram que, de um modo geral, as contratações por dispensa, no âmbito da Sureg/MA, foram realizadas seguindo os preceitos legais. Não obstante, merecem registros os seguintes eventos: a.1) Processo n.º 21211.0000316/2009-32. Refere-se à contratação de empresa para fornecimento de combustível automotivo no âmbito da Sureg/MA, com vigência para o período compreendido entre 24.11.2009 e 23.11.2010. Na análise do processo verificou-se que a contratação foi realizada utilizando-se a modalidade pregão. Todavia, o empenho 2010NE000179 foi registrado na modalidade dispensa de licitação, com fulcro no art 24, inciso II da Lei n.º 8.666/1993. a.2) Processo 21211.000822/2010. Refere-se a aquisição de material de informática por dispensa de licitação, com base no art.24 inciso II da Lei n.º 8.666/1993. O processo foi conduzido de forma regular, contudo foram emitidos os empenhos 2010NE000574, 001088, 001089 em nome da Conab. Segundo informações da Sureg/MA, utilizou-se dessa prática com o objetivo de manter o crédito orçamentário na Sureg/MA. Uma vez concluída a compra, os empenhos foram cancelados e o saldo orçamentário remanescente foi devolvido à Matriz por meio da 2010NC000251. Todavia, registre-se que o empenho representa o ato de autorização da despesa pela autoridade competente (art. 58 da Lei n.º 4.320/1964) e nele deve constar o nome do credor, a especificação e importância da despesa (art. 61 da Lei n.º 4.320/1964). a.3) Processo n.º 21211.000.526/2009. Trata o processo da contratação emergencial de pessoa jurídica para prestação de serviços advocatícios, no âmbito da Sureg/MA, utilizando-se da dispensa de licitação, com fulcro no</p>	<p>904.1 – Recomendamos à Sureg/MA que registre de forma correta, nos empenhos de despesa, a modalidade de licitação correspondente à aquisição do bem ou serviços a que se refere o empenho. Para tanto, recomenda-se inserir, na Guia de Pagamento, um campo específico que indique ao operador do sistema Siafi qual a modalidade de licitação a ser lançada no empenho.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente</p> <p>A Regional reconhece o equívoco. As equipes do Secof e do Seade foram orientadas para redobrar a atenção de forma evitar a repetição desse tipo de ocorrência, observando quanto ao registro correto da modalidade do procedimento adotado para as contratações.</p> <p>de eugenia.oliveira em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Solicitamos informar se foi acatada a sugestão da Audin de inserir campo específico, na GP, que indique ao operador do sistema Siafi a modalidade de licitação a ser lançada no empenho.</p> <p>de ozias.souza em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Esclarecemos que essa é uma das informações lançadas no históricos das GP. Foi recomendado às equips que emitem Gp e à do Secof que as Processa no sentido que esse dado não mais seja omitido.</p> <p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Em face dos esclarecimentos oferecidos, consideramos o item solucionado.</p>

	<p>art.24, inciso IV da Lei nº 8.666/1993. As justificativas apresentadas para caracterizar a situação emergencial foram assim expostas: “a) no presente caso, não houve desídia administrativa, uma vez que a licitação que tinha por objeto a contratação de escritório para prestação de serviços jurídicos foi suspensa através de liminar concedida nos autos do processo n.º 2009.37.008212-8; b) a ausência de prestação jurídica no intervalo até a conclusão da Concorrência Pública traria como consequência a assunção pela Procuradoria Regional do Maranhão de 600 (seiscentos) processos judiciais, sem prejuízo da excessiva atividade de consultoria administrativa desta Regional”. A contratação em tela foi aprovada pela Diretoria Colegiada pelo Voto Dirad n.º 11/2010 e o contrato foi assinado, em 2.2.2010, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias. Da análise dos autos, verificou-se que estavam presentes todas as formalidades requeridas nos normativos pertinentes. Contudo, não se constatou o ato formal de designação do gestor do contrato. b) Contratos de Serviços. Segundo dados extraídos do SISCOT – Sistema de Contratos, a Sureg/MA possuía, em 31.8.2010, 14 contratos de serviços vigentes. Foram selecionados para exame 2 contratos firmados com as empresas Norte Locadora e Serviços Ltda (Processo n.º 21211.000419/2009) e Servis-Segurança Ltda (Processo n.º 21211.000154/2006). Entretanto, consoante informações prestadas pela Sureg/MA em despacho na Solicitação de Auditoria n.º 13, de 6.10.2010, somente foi disponibilizado o Processo n.º 21211.000419/2009, visto que o outro estava em poder da Dirad para exame do pedido de repactuação. b.1) Processo n.º 21211.000419/2009-01. Trata-se da contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos automotivos para atender as necessidades da Sureg/MA. De um modo geral, o processo estava regular no que pertine às exigências legais quanto ao procedimento licitatório e à contratação dos serviços. Todavia, não constam nos autos o contrato e o ato formal de designação do fiscal do contrato. Ademais, não se procedeu ao registro contábil na conta 19972.02.00 – Contratos de Serviços. b.2) Registro dos Contratos de Serviços no Siafi – conta 19972.02.00. Para fins de acompanhamento e controle, os contratos de serviços contínuos devem ser registrados no sistema Siafi, na conta 19972.02.00 – Contratos de Serviços. Os registros devem ser efetuados pelo valor total do contrato e as baixas por ocasião dos pagamentos ou da extinção do contrato. Entretanto, verificou-se que a Sureg/MA não está adotando este procedimento.</p>		
		<p>904.2 – Recomendamos à Sureg/MA que os empenhos, que representam o segundo estágio da despesa e a sua autorização pelo ordenador de despesas, sejam emitidos em nome dos respectivos favorecidos, consoante o disposto no art. 61 da Lei 4.320/1964.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente A Regional reconheceu a incorreção do procedimento e suspendeu, ainda em 2010, a emissão de empenhos em favor da Sureg, como medida para “segurar” os créditos orçamentários, procedimento adotado como uma forma pré-empenho da despesa. de eugenia.oliveira em 26/01/2011 como Solucionado Em face da resposta oferecida consideramos o item solucionado.</p>
		<p>904.3 – Recomendamos à Sureg/MA que anexe ao Processo n.º 21211.000526/2009-01 o ato</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente Falta o Ato designando Gestor</p>

		<p>formal com a designação do fiscal do contrato, encaminhando cópia à Audin.</p>	<p>do Contrato: devido a subordinação do Contrato à área jurídica, constituída por uma única Procuradora, por lapso deixou de ser providenciada a sua designação formal como Gestora, função que exerceu de fato. Contrato encerrado em 31/07/2010.</p> <p>de em 26/01/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista que o processo já foi encerrado, consideramos o item solucionado. Contudo, alertamos a Sureg/MA para que evite tal prática nos próximos contratos de aquisição de bens e serviços.</p>
		<p>904.4 – Recomendamos à Sureg/MA que anexe ao Processo n.º 21211.000419/2009-01 o contrato e o ato formal com a designação do fiscal do contrato, encaminhando cópia à Audin.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente</p> <p>O processo foi regularizado mediante a inclusão dos originais do Contrato n.º 08/2010 – contratada Crisbell Ltda., e n.º 09/2010 – contratada: Norte Locadora e Serviços Ltda. Foi constatado que ocorreu a emissão apenas do AS n.º 072/2010 designando o Gestor João Batista Viegas, para o Contrato 08/2010. Para regularizar essa falha foi emitido o AS n.º 05/2011, em 21/01/2011, designando-o como Gestor, também para o Contrato 09/2010. O Processo Processo 21211.000419/2009-01 foi encaminhado a Audin em 13/01/2011, para conhecimento da providência adotada.</p> <p>de eugenia.oliveira em 26/01/2011 como Solucionado</p> <p>Em face das providências adotadas, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>904.5 – Recomendamos à Sureg/MA que registre na conta 19972.02.00 - Contratos de Serviços todos os contratos de prestação de serviços vigentes. Os valores a serem contabilizados devem corresponder ao saldo remanescente de cada contrato, observando-se o período de vigência.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente</p> <p>Esta Regional não vem efetuando os registros dos contratos na Conta 19972.02.00 devido ao fato de que dificilmente ocorre a liberação da verba orçamentária anual para custeio das despesas com os contratos, gerando a</p>

			necessidade da emissão de reforços aos empenhos originais (eventualmente também ocorre a liberação de recursos em outras fontes, o que resulta na emissão de novos empenhos para a mesma despesa / contrato), sendo que o sistema Siafi possui inibição que impossibilita o registro dos reforços nos empenhos. Cabe lembrar que, em especial para os contratos antigos, os recursos orçamentários são liberados mês a mês.
	<p>905 – Após exame das contas 11219.09.00 – Créditos por Alienação (curto prazo) e 12249.09.00 – Créditos por Alienação (longo prazo), que registram as valores a receber decorrentes de alienação de bens imóveis, verificou-se a existência dos devedores, a seguir elencados, que encontram-se na condição de inadimplentes.</p> <p>a) valores de R\$47.160,85 e R\$25.651,12, registrados no curto e longo prazos, respectivamente, em nome da Prefeitura Municipal de Trizidela, referentes a venda de imóvel, parcelado em 96 vezes, objeto do Processo n.º 11.010/2000. Verificou-se que a última parcela foi recebida em fevereiro de 2010; b) valor de R\$152.100,00, registrado no curto prazo, em nome da empresa São Domingos Petróleo Ltda, referente a venda de imóvel, objeto do Processo n.º 11.244/2008. Constatou-se que só houve recebimento da entrada, registrado por meio das 2009RAs nºs 000822, 001189 e 001193 e 2009NL001143 da UG 135170; c) valor de R\$53.133,53, registrado no curto prazo em nome da Prefeitura de São Mateus do Maranhão, referente a venda do imóvel parcelado em 38 vezes, objeto do Processo n.º 11.121/2001. Verificou-se que o último pagamento ocorreu em agosto de 2004; d) valor de R\$64.954,95, registrado no curto prazo em nome da Prefeitura Municipal de Codó, referente a venda de imóvel parcelado em 96 vezes, objeto do Processo 11.030/2000. O último recebimento ocorreu em 2006; e) valores de R\$83.740,51 e R\$9.700,89, registrados no curto e longo prazos, respectivamente, em nome da Prefeitura Municipal de Presidente Dutra, objeto do Processo n.º 11.160/2001. Constatou-se que o último pagamento ocorreu em 2003. f) valores de R\$112.556,66 e R\$56.611,46, registrados no curto e longo prazos, respectivamente, em nome de Sebastião Ferreira Filho, objeto do Processo n.º 11.019/2002. Verificou-se que o último recebimento ocorreu em 2005.</p>	<p>905.1 – Recomendamos à Sureg/MA que informe a posição atual da cobrança dos débitos relacionados, seja na esfera administrativa ou judicial, e as medidas adotadas para recuperação dos imóveis, se for o caso.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente</p> <p>'a) Processo 11.010/2000 - O débito da Prefeitura de Trizidela do Vale continua inalterado. Foi requerida expedição de precatório em favor da Conab. Está sendo providenciada a re-inclusão no Cadin, independente do resultado favorável da ação de cobrança, em face persistir a pendência – foi realizada a exclusão devido negociação do débito não honrada pela Prefeitura. b) Processo 11.244/2008 – A situação desse débito continua inalterada. A área jurídica está providenciando ação de cobrança junto a Justiça Federal. c) Processo 11.121/2001- O débito da Prefeitura de São Mateus continua inalterado. Foi requerida expedição de precatório em favor da Conab. Está sendo providenciada a re-inclusão no Cadin, independente do resultado favorável da ação de cobrança, em face persistir a pendência – foi realizada a exclusão devido negociação do débito não honrada pela Prefeitura. d) Processo 11.030/2000 - o débito da Prefeitura de Codó continua inalterado. Foi verificado que a inadimplência da municipalidade quanto a renegociação da dívida não gerou a re-inclusão no Cadin, apesar de peticionada a continuidade da ação de</p>

			<p>cobrança, efetivada em setembro de 2009. Estão sendo adotada as medidas nesse sentido. e) Processo 11.160/2001 – A Prefeitura de Presidente Dutra devido a inadimplência incorrida e desinteresse em continuar com a posse do imóvel, o devolveu à Conab, conforme Acordo firmado entre as partes em 02/07/2007. A reincorporação dos bens ao patrimônio da Conab foi realizada mediante a 2008NL001129, em 30/09/2008. À época não foi realizada a baixa contábil do saldo devedor, ainda pendente, conforme registrado pela Auditoria, providência essa ora instruída, com posterior remessa do Processo ao conhecimento da Audin. Cumpre informar que foi autorizada a alienação do imóvel (apenas as edificações, uma vez que o terreno não foi regularizado em nome da Conab), conduzida mediante o Processo 21211.000212/2008, ainda não efetivada. f) Processo 11.019/2001 -a situação desse débito continua inalterado petição referente a ação de cobrança em fase de registro junto a Justiça Federal. A área jurídica requereu novas diligencias com vistas a petição relativa a continuidade da ação de cobrança.</p> <p>de em 26/01/2011 como Solucionado</p> <p>Considerando as respostas oferecidas pela Sureg/MA, consideramos o item solucionado. Entretanto, solicitamos manter a Audin informada sobre os desdobramentos das ações judiciais em curso.</p>
	<p>906 – a) Serviço de Assistência à Saúde – SAS. Refere-se ao benefício de assistência à saúde concedido aos empregados e seus dependentes em conformidade com o estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho. Ao utilizar-se do SAS, a parcela de participação dos empregados (em conformidade com a tabela constante no Acordo Coletivo de Trabalho) é descontada mensalmente pela Conab, obedecendo o limite da margem consignável. O direito a receber da Companhia é registrado na conta 11219.12.00 – Crédito por Acerto Financeiro com Servidores,</p>	<p>906.1 – Recomendamos à Sureg/MA que realize uma minuciosa análise dos saldos contábeis, confrontando-os com o Mapa de Controle de Utilização do SAS, de modo a corrigir a diferença de R\$474.170,62, verificando, inclusive, se os valores correspondentes à participação</p>	<p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Solicitamos informar à Audin quando da solução definitiva da pendência, especificando o que gerou a divergência, se houve registro contábil de acerto e, em caso positivo, indicar o número dos</p>

	<p>cujo saldo, em 31.8.2010, era de R\$474.170,62. Confrontando os saldos contábeis com o Mapa de Controle de Utilização do SAS, do mês de julho (observando que os valores da participação e descontos dos empregados do mês de julho/10 só foram contabilizados em agosto/10), constatou-se a diferença de R\$109.902,62 (saldo contábil maior que o saldo do Mapa). Importa ressaltar que a Sureg/MA não possui sistema informatizado do SAS e a análise do Mapa de Controle evidenciou inconsistências e fragilidades que expõe a Sureg/MA a riscos, notadamente no que se refere ao controle das parcelas descontadas.</p> <p>b) Conta 12249.01.00 – Crédito Financeiro com Ex-servidores. O saldo da conta, em 31.8.2010, era de R\$2.328,19. A referida importância foi transferida do curto prazo em maio de 2005 e refere-se aos eventos a seguir expostos: b.1) valor de R\$1.483,11, referente ao saldo negativo da rescisão de contrato de trabalho do ex-empregado Pedro Kennedy Sousa Oliveira, apropriada por meio da 2003NL000366. O assunto está sendo conduzido pelo Processo Administrativo n.º 11.145/2001 e Judicial n.º 20023700088497; b.2) valor de R\$390,47, referente ao débito apropriado por meio da 2003NL000365 em nome da ex-empregada Maria das Graças Borges Pereira, oriundo do saldo negativo da rescisão de contrato de trabalho. A demissão se deu por justa causa e foi motivada pelos fatos apurados pela Comissão de Sindicância, objeto da Portaria n.º 182, de 31.8.2001. Registre-se que a referida rescisão não foi homologada, visto que a ex-empregada não compareceu na audiência designada pela Delegacia Regional do Trabalho. O assunto está sendo conduzido no Processo Administrativo n.º 11.044/2003. b.3) valor de R\$454,61, referente ao débito apropriado por meio da 2003NL000362, em nome da ex-empregada Maria de Lourdes Pinheiro Silva, oriundo do saldo negativo da rescisão de contrato de trabalho. A demissão, por justa causa, foi motivada pelos fatos apurados pela Comissão de Sindicância, objeto da Portaria n.º 182, de 31.8.2001. Registre-se que a referida rescisão não foi homologada, visto que a ex-empregada não compareceu na audiência designada pela Delegacia Regional do Trabalho. O assunto está sendo conduzido pelo Processo Administrativo n.º 11.044/2003</p>	<p>dos empregados estão sendo devidamente ressarcidos à Companhia.</p>	<p>lançamentos contábeis de correção. Solicitamos, ainda, encaminhar à Audin o Mapa de Controle de Utilização do SAS com o saldo compatibilizado com os registros contábeis.</p> <p>de ozias.souza em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>As divergências encontradas foram regularizadas, contudo o ajuste definitivo, com eliminação de eventual pendência, somente poderá ser efetuado no encerramento do mês de janeiro em curso.</p>
		<p>906.2 – Recomendamos à Sureg/MA que interaja com a Matriz no sentido de obter sistema informatizado de controle do Sistema de Assistência à Saúde – SAS.</p>	<p>de ozias.souza em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>A Regional já possui um controle semelhante mas não tão completo. Não vem sendo aplicado devido algumas limitações enfrentadas pelo Seade quanto a sua operacionalização, o que se pretende sanar a partir da reestruturação que está sendo implementada naquele Setor com a criação de equipes de trabalho. Contudo, o formato do adotado na Matriz, requeremos da Gesas, mediante a CI n.º 1229, de 09/07/2010 (cópia anexada), sua disponibilização para implantação nesta Regional, o que foi negado por aquela alegando a impossibilidade técnica em atender essa demanda.</p>

			<p>de em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Em face da impossibilidade técnica apontada pela Matriz para disponibilizar o sistema SAS para as Suregs e considerando que essa Sureg possui aplicativo próprio que será utilizado, doravante, com o objetivo de melhorar os controles, consideramos o item como solucionado. Registre-se, no entanto, que esse ponto será reavaliado por ocasião de trabalhos de auditoria futuros nessa Regional.</p>
		<p>906.3 – Recomendamos à Sureg/MA que informe a posição atualizada acerca dos débitos em nome dos ex-empregados Pedro Kennedy Sousa Oliveira, Maria das Graças Borges Pereira e Maria de Lourdes Pinheiro Silva.</p>	<p>de ozias.souza em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Débitos Pedro Kennedy Sousa Oliveira (processo judicial RT 878-2004-001-16-00-1) arquivado em caráter definitivo em em 30//08/2004), Maria das Graça Borges Pereira e Maria de Lourdes Pinheiro Silva (processo judicial RT 878-2002-003-16-00-7) arquivado em caráter definitivo em 25/05/2007. A Prore informou que os débitos foram prescritos e opinou pela baixa contábil. Esta Regional está instruindo Processo com vistas a efetivação da baixa contábil. Está sendo autuado Processo, a ser encaminhado à Sucon requerendo a instrução adequada haja vista a indisponibilidade de informações relativas ao embasamento legal e normativo (o único documento disponível é a Resolução nº 014/1994).</p> <p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Solicitamos informar à Audin quando a baixa contábil for efetivada para que possamos solucionar o item.</p> <p>de ozias.souza em 15/03/2011 como Pendente</p> <p>A baixa contábil dos débitos foi instruída mediante o Processo Administrativo 21211.000033/2011-13 e efetuada através das 2011NL 000734, 000735 e 000736, com data de 15/03/2011.</p>

			<p>de eugenia.oliveira em 17/03/2011 como Solucionado</p> <p>Em face das providências adotadas pela Sureg/MA consideramos o item solucionado.</p>
	<p>907 – Trata-se de regime de adiantamento aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que, pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesa e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. A concessão de suprimento de fundos se dá por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal e as orientações pertinentes estão inseridas no Manual Siafi, macrofunção 021121 – Suprimento de Fundos. Na análise dos procedimentos relacionados à concessão de suprimento de fundos da Sureg/MA, solicitou-se a documentação comprobatória da prestação de contas dos adiantamentos concedidos aos supridos por meio das 2010NS000008, 2010NS000536 e 2010NS001271, da Unidade Gestora 135170. Saliente-se que os documentos relativos à prestação de contas da nota de sistema 2010NS000008, cujo adiantamento foi no valor de R\$600,00, não foram apresentados, pois, segundo informações prestadas pela Sureg/MA, por meio da Comunicação Interna n.º 2026, de 19.11.2010, a documentação, em princípio, teria sido extraviada.</p>	<p>907.1 – Recomendamos à Sureg/MA que adote as providências no sentido de se localizar a documentação comprobatória da prestação de contas do adiantamento concedido por meio da 2010NS000008, da UG 135170, verificando a sua regularidade e, em se constatando a ocorrência de eventual dano ao Erário, tome as medidas necessárias previstas nos normativos da Companhia. Caso os documentos sejam localizados, encaminhar cópia à Audin.</p>	<p>de ozias.souza em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Foi realizada nova busca e não localizados os documentos relativos a este Registro, de responsabilidade do suprido João Batista Viegas. Foi instruído o Processo administrativo 21211.000027/2011-58, para conduzir a apuração e regularização da pendência.</p> <p>de eugenia.oliveira em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>O item permanecerá na condição de pendente até que sejam finalizados os procedimentos levados a efeito por essa Sureg. Solicitamos manter a Audin informada.</p>
	<p>908 – Segundo informações prestadas pela Sureg/MA, por meio da Comunicação Interna n.º 2026/2010, estão em andamento no Poder Judiciário 219 processos judiciais na área civil e 408 ações trabalhistas no âmbito do Estado do Maranhão. Para conduzir esses processos, a Prore/MA conta com uma procuradora e 2 empregados de apoio, tendo em vista o vencimento do contrato firmado com o escritório advocatício terceirizado em agosto de 2010. Essa estrutura deficiente da Prore/MA dificulta sua atuação adequada.</p>	<p>908.1 – Recomendamos à Sureg/MA que encaminhe à Dirad um estudo sobre a necessidade de dotar a Prore/MA da estrutura necessária para que possa realizar de forma satisfatória suas atividades, com a devida adequação do seu quadro de pessoal.</p>	<p>de ozias.souza em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Em complemento, inserimos o anexo mencionado.</p> <p>de ozias.souza em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>A Prore desta Regional ofereceu resposta ao FAX PROGE/SUORC n.º 13, informando quanto a necessidade de pessoal para compor aquele Setor: dois Procuradores e um assistente administrativo, conformem documento anexado. A carência de pessoal para essa área estará contemplada no estudo do quadro funcional da Regional e de suas Unidades a ser brevemente encaminhado à Dirad, conforme exposto no Item 911.1.</p> <p>de em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Em face das medidas já adotadas por essa Sureg, consideramos o item solucionado. Quanto à solução definitiva do problema, entendemos que foge da governabilidade da Sureg.</p>
	<p>910 – a) conta 12127.00.00 – Recursos Apreendidos por Decisão</p>	<p>910.1 – Recomendamos à Sureg/</p>	<p>de ana.carvalho em</p>

	<p>Judicial. O saldo da conta, em 31.8.2010, era de R\$738,15. O referido saldo é remanescente do exercício de 2006, em razão da reclassificação da 2004NL000238. Trata-se de bloqueio feito pela Justiça do Trabalho de Recife, na conta de suprimento de fundos da UA Itaquí, objeto do Processo n.º 007/2000, tendo como reclamante o Sr. Manoel Jaci Soares. b) conta 12249.11.00 – Créditos a Receber em Poder da Justiça. A conta apresentava, em 31.8.2010, o saldo de R\$45.537,91, composto pelos seguintes eventos: b.1) saldo remanescente, no valor de R\$8.974,29, em nome da empresa Redenção Indústria e Comércio Ltda, executada judicialmente em face do descumprimento do Termo de Confissão de Dívida, firmado com a Conab, objeto dos Processos Administrativos n.ºs 11.027/2001 e 11.286/1996. b.2) valor de R\$36.536,62, referente ao débito em nome da empresa Eds & Chips Industrial de Produtos, decorrente de perdas de produtos oriundos de convênio/parcerias da UC São Luis, objeto do Processo Judicial n.º 2000/3700006933-6, em trâmite na 5ª vara federal de São Luis. c) Conta 19913.03.00 – Desfalques ou Desvios. A conta registra os valores em apuração decorrentes de prejuízos causados à Conab, cujo saldo, em 31.8.2010, era de R\$22.469,66, composto pelos valores a seguir elencados: c.1) R\$11.234,83 - referente ao registro de responsabilidade em apuração, em nome do empregado matrícula 098.394, objeto do Processo n.º 11.123/2004, conforme Portaria n.º 108, de 11.8.2004, contabilizado por meio da 2006NL000110 da UG 135170. c.2) R\$11.234,83 - referente ao registro de responsabilidade em apuração, em nome do empregado matrícula 045.851, objeto do Processo n.º 11.123/2004, conforme Portaria n.º 109, de 11.8.2004, contabilizado por meio da 2006NL000111 da UG 135170.</p>	<p>MA que informe a posição atualizada dos processos judiciais, relativos aos débitos explicitados nas letras a, b e c.</p>	<p>27/01/2011 como Pendente a. MANOEL JACI SOARES.PROC. 07/2000, 2aVT A reclamatória trabalhista foi extinta, tendo em vista o pagamento integral da dívida exequenda no valor de R\$ 45.623,98 atualizados até 31.07.2007. b1.REDENÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Proc. Judicial 1999.37.00.1580-6, 4a VF Versa o presente processo acerca de débito decorrente da emissão de três duplicatas mercantis, que não foram adimplidas, em seus respectivos vencimentos. O valor do débito é de R\$ 53.504,52 atualizada até 23.04.2010. A execução está suspensa pela ausência de bens passíveis de penhora. b2. EDS E CHIPS- Proc. 2000.37.00006933-6, 5a Vara Federal Trata-se de ação indenizatória por perdas e danos e danos morais pleiteando o ressarcimento em razão de irregularidades nos produtos (gêneros alimentícios) adquiridos da Ré e destinados à prefeitura municipal de São Luís, sendo os produtos apreendidos pela Vigilância Sanitária Estadual do Maranhão. A sentença foi desfavorável à Companhia, tendo o juiz de base entendido que as provas eram insuficientes para deferir o pedido formulado na petição inicial. Nesse cotejo, a Companhia ingressou com recurso de apelação, tendo os autos sido remetidos ao TRF da Primeira Região, sem qualquer julgamento até a presente data. c. DESVIOS E DESFALQUES c1.Procedendo à análise do Proc. Administrativo 11-123/2003, verificamos que os empregados GIOVANNI ROOSEVELT DE ABREU REIS foi cientificado para efetuar o pagamento do débito no importe de R\$11.234,83 (onze mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), tendo se recusado a</p>
--	---	---	--

			<p>autorizar o desconto na folha de pagamento . Os autos foram encaminhados ao escritório terceirizado para aferição da medida judicial cabível, entretanto este não manejou qualquer medida, por força do término do contrato. É o que consta do despacho às fls. 1464-verso, datado de 13 de julho de 2005. Nesse contexto, procederemos à análise do processo em tela e manejaremos a respectiva ação judicial . c2.Procedendo à análise do Proc. Administrativo 11-123/2003, verificamos que o empregado JOSÉ FRANCISCO MATOS NEVES foi cientificado para efetuar o pagamento de débito no importe de R\$11.234,83(onze mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), tendo se recusado o empregado a autorizar o desconto na folha de pagamento . Os autos foram encaminhados ao escritório terceirizado para aferição da medida judicial cabível, entretanto este não manejou qualquer medida, por força do término do contrato. É o que consta do despacho às fls. 1464-verso, datado de 13 de julho de 2005. Nesse contexto, estamos procedendo à análise do processo em tela e manejaremos a respectiva ação judicial .</p> <p>de em 01/02/2011 como Pendente</p> <p>Considerando a extinção da reclamatória trabalhista, objeto do Processo n.º 07/2000, em nome de Manoel Jaci Soares. Considerando, ainda, que permanece pendente nos registros contábeis o valor de R\$ 738,15, na conta 12249.11.00 - Recursos Apreendido por Decisão Judicial, referente ao bloqueio feito pela Justiça do Trabalho de Recife. Solicitamos adotar as providências no sentido de verificar se o valor poderá ser levantado pela Conab ou se integrou o montante da dívida,</p>
--	--	--	--

			de modo que possa ser efetivada a baixa contábil. Assim sendo, aguardamos a desfecho do assunto para que possamos solucionar o item. Quanto aos demais débitos, em face das informações prestadas, solicitamos manter a Audin informada sobre o andamento dos processos judiciais.
	<p>911 – Para o desempenho de suas atividades, a Sureg/MA conta com 122 empregados, cuja composição por situação contratual, nível e distribuição nas Unidades, encontra-se demonstrada nas tabelas 7 e 8. A Sureg/MA tem uma estrutura orgânica classificada como tipo II, conforme estabelecido no Regimento Interno da Conab, capítulo XI, art.120. Dessa forma, a Sureg/MA possui duas gerências: a Gerência de Operações e Suporte Estratégico (Geose) e a Gerência de Finanças e Administração (Gefad). Compete à Geose promover, por intermédio dos setores, atividades relacionadas ao desenvolvimento empresarial, apoio à logística, operações de estoques e comerciais, além dos programas institucionais e sociais. Para o desempenho de suas atividades, a gerência conta com dois setores: Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - Seopi e o Setor de Apoio à Logística e Gestão de Ofertas - Segeo. Ao Seopi compete executar atividades relacionadas ao controle, vistoria e fiscalização dos estoques governamentais e privados; armazenagem; operações comerciais, notadamente vendas em balcão; programas de subvenção; programas institucionais (Refap, doação, dentre outros), operações relacionadas ao PAA, faturamento de estoques com emissão de notas fiscais, dentre outras. Tais atividades estão inseridas em detalhes no Regimento Interno da Conab, arts. 108 (incisos IV e V), 111 a 113. Para executar essas tarefas, o setor conta com 21 empregados, sendo que apenas um deles está classificado no cargo de Analista Engenheiro Agrônomo, os demais estão assim enquadrados: 4 ASGs, 9 AADs, 7 ATOs. Com relação à escolaridade, registre-se que apenas 2 empregados possuem formação superior, 17 têm 2º grau completo e 2 com primeiro grau incompleto. Observou-se, também, que 3 empregados participaram de treinamento na área fim no biênio 2009/2010. Ressalte-se, ainda, que a Sureg/MA não possui espaço físico suficiente para acomodar todos os empregados lotados no Seopi/MA. O Gerente da Geraf disponibilizou um quadro (Quadro Funcional da Geose) com a distribuição dos empregados do Seopi/MA, por atividades, a saber: 3 empregados atuam na área de armazenagem; 4 nos programas de doação de alimentos e Fome Zero; 12 executam atividades relacionadas ao PAA, incluindo fiscalização; 4 empregados trabalham com o Refap; 1 atua na venda em balcão e 2 no faturamento, com a emissão de notas fiscais. Registre-se que 3 empregados que executam atividades do PAA, também desempenham tarefas no programa Fome Zero, Refap e Venda Balcão. Por oportuno, releva observar que as atividades exercidas pelo Seopi/MA estão distribuídas em 4 setores em Superintendências Regionais classificadas como tipo I. Logo, evidencia-se uma sobrecarga de tarefas no mesmo setor, que aliado ao grande número de empregados ali lotados, dificulta sobremaneira a ação gerencial.</p> <p>Ao Segeo compete executar atividades relacionadas à coleta de preços dos produtos agrícolas; acompanhar os níveis de estoques; proceder ao levantamento de safras agrícolas; manter banco de dados de preços, produção, produtividade; dentre outras. Para</p>	<p>911.1 – Recomendamos à Sureg/MA que encaminhe à Dirad proposta de reestruturação organizacional da Geose/MA e Gefad/MA, com a criação de novos setores, cujas atribuições sejam definidas de modo a reduzir a sobrecarga de atividades hoje evidente no Seopi e Secof e, ainda, possibilitar a necessária segregação de funções. Solicitamos que uma cópia desse estudo seja enviada à Audin.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente O estudo ainda não foi concluído. Será prevista a criação de três Setores: Refap, Sefit e Recursos Humanos A Regional pretende concluir o estudo no decorrer do mês de fevereiro com seu encaminhamento à Dirad pleiteando o exame com vistas a deliberação pela Diretoria Colegiada.</p> <p>de eugenia.oliveira em 28/01/2011 como Pendente O item permanecerá pendente até que seja concluído o estudo. Reiteramos a necessidade de remeter cópia à Audin.</p>

	<p>executar essas tarefas o setor conta com 6 empregados, sendo 3 Analistas, 2 TNS e 1 AAD, dos quais 5 têm nível de escolaridade de terceiro grau completo e 1 de segundo grau de educação geral. De acordo com o Quadro Funcional da Geose, apresentado pela Gefad/MA, a atuação dos empregados do Segeo/MA está organizada da seguinte forma: 3 empregados na área de subvenção; 2 no levantamento de safra e na análise de mercado e 2 trabalham com o Siagro (alimentação). Registre-se que 2 empregados que atuam nos programas de subvenção, também desempenham atividades no Seopi/MA. Constatou-se, ainda, que dos treinamentos realizados pelo Segeo no período 2009/2010, 3 empregados participaram de capacitação na atividade operacional. A Gefad compete promover, por intermédio dos seus setores, atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, seguro, capacitação de pessoal, telecomunicações, documentação, serviços gerais, execução contábil, tributária, fiscal, orçamentária e financeira. Para o desempenho de suas atividades a gerência conta com dois setores: Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade e o Setor Contábil e Financeiro – Secof. Merece registro a problemática enfrentada pela Sureg/MA quanto à descontinuidade do processo gerencial, visto que a gerência teve 4 (quatro) titulares no biênio 2009/2010. Ao Seade compete executar tarefas relativas à: todas as atividades relacionadas a recursos humanos (cadastro de pessoal, folha de pagamento, transferências, informações de encargos sociais, capacitação, serviço de assistência à saúde, benefícios, dentre outras); aquisição e guarda de materiais, patrimônio, seguros, elaboração de contratos, acompanhamento de contratos, serviços gerais, protocolo, abertura de processos, telecomunicações, tecnologia da informação, e outros. Para executar essa gama de atribuições o setor conta com 28 empregados, sendo 1 TNS, 1 Analista Administrativo, 3 ATAs, 1 ATO, 1 Técnico-I, 1 Assistente Administrativo, 10 ASGs e 10 AADs, de acordo com o seu Quadro de Lotação de Pessoal, dos quais 5 empregados têm nível de escolaridade de primeiro grau, 19 de segundo grau e 4 possuem terceiro grau completo. Pelo Quadro Funcional da Gefad, a atuação dos empregados do Seade está organizada da seguinte forma: 1 motorista, 3 empregados que trabalham na área apoio e administração da sede; 2 no protocolo; 2 na contratação (pregão); 5 na aquisição de bens e serviços; 1 no patrimônio, 2 no suporte de informática; 1 na reprografia; 3 no apoio gerências/secretarias; 1 no almoxarifado; 6 na área de pessoal. Constatou-se, ainda, que dos treinamentos realizados pelo Seade, no biênio 2009/2010, 7 foram cursos de capacitação na atividade fim. O Secof possui as seguintes atribuições: solicitação e descentralização de créditos orçamentários; emissão de empenhos; controle e registro da documentação relativa a contratos e convênios, conferência e registros dos atos e fatos da Sureg/MA; elaboração da programação financeira; registro dos pagamentos, conferência e controle dos adiantamentos de viagem; guarda de valores; controle do contas a pagar; recolhimento dos impostos e contribuições; controle de senhas do sistema Siafi; atualização do rol de responsáveis; conciliação e análise dos saldos das contas representativas do ativo e passivo; conferência e registro dos inventários de mercadorias; acompanhamento e aplicação da legislação tributária; escrituração dos livros de registros de ICMS e ISS; registro de conformidade de gestão e contábil, dentre outras. Para o desempenho das tarefas, o Secof/MA conta com 13 empregados, sendo 1 Analista de Contabilidade, 3 ATAs, 1 ASGs, 8 AADs. Com relação a escolaridade, 1 empregado possui nível de escolaridade de primeiro grau, 4 têm terceiro grau e 8 possuem segundo grau. Verificou-se, das informações prestadas pela Gefad (Quadro Funcional da</p>		
--	--	--	--

	<p>Gefad), que a atuação dos empregados do Secof está organizada da seguinte forma: 2 empregados na área de contabilização dos estoques; 2 na atividade de apropriação contábil; 2 no orçamento; 2 trabalham na área financeira (pagamentos); 4 atuam na área fiscal e 1 com arquivo e conformidade de área. Conforme visto, não há empregado designado para realizar especificamente a conciliação e análise contábil, do que se infere que essa tarefa é realizada por empregados que possuem outras atividades prioritárias, de forma que a conciliação passa a ser uma ação subsidiária apesar da sua extrema importância. Registre-se que dos treinamentos realizados pelo Secof/MA, 9 cursos de capacitação foram realizados, nos anos de 2009/2010, na atividade fim. Por último, com relação as Unidades Armazenadoras, verificou-se que enquanto a Unidade de Itaqui possui 19 empregados e a Unidade São Luís, 10, a Unidade de Imperatriz conta com apenas 2 empregados e vem realizando suas atividades com mão-de-obra terceirizada. Dessa forma, há nítida carência de pessoal na Unidade de Imperatriz, fragilidade essa que deve ser mitigada.</p>		
		<p>911.2 – Recomendamos à Sureg/MA que providencie um novo espaço para sua sede, considerando que a atual estrutura física é inadequada para o número de empregados ali existentes, a exemplo da situação vivenciada pelo Seopi, que não possui espaço suficiente para acomodar todos os seus colaboradores.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente Apesar do insucesso nas tentativas anteriores, a Regional continua em busca de um imóvel em condições de abrigar a sede da Regional, por aquisição ou nova locação, haja vista a inadequação do prédio atual. Contudo, levando em conta que esse processo demanda tempo e em vista os vários problemas atualmente vivenciados com a falta de espaço e inadequação dos ambientes disponibilizados às equipes funcionais, esta Regional está efetuando levantamento com vistas a instruir processo a ser submetido à Matriz requerendo autorização e liberação de recursos, objetivando a realização de melhorias no imóvel atual.</p> <p>de eugenia.oliveira em 28/01/2011 como Pendente O item permanecerá pendente até que as providências sejam efetivamente adotadas. de em 21/03/2011 como Pendente Com as recentes restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal não haverá como viabilizar a aquisição de sede própria ou, mesmo, a locação de outro imóvel, que ofereça condições mais adequadas. Com isso, resta a opção da reforma das instalações atuais o que está</p>

		<p>sendo objeto do Processo 21211.000020/2011-36, já encaminhado à Difin requeendo a liberação de recurso necessários a realização de alguns serviços emergenciais e, também, para contratar a elaboração de projeto executivo contemplando uma ampla reforma e adequação, como medida preliminar à alocação dos recursos orçamentários - a elaboração desse projeto foi orientada pela Suarm, tendo vista orientações emanadas dos órgãos de controle (CGU e TCU) a respeito da contratação de obras e serviços de engenharia.</p> <p>de ozias.souza em 21/03/2011 como Pendente</p> <p>Com as recentes medidas de restrição orçamentárias pelo Governo Federal resta a opção da continuidade da locação atual e medidas para realizar reformas necessárias à melhoria das condições funcionais. Nesse sentido, foi instruído o Processos 21211.000020/2011-36, já encaminhado à Difin pleiteando a liberação de recursos para realizar alguns serviços emergenciais e, também, para contratar a elaboração de projeto contemplando uma ampla reforma e adequação das instalações -a necessidade desse projeto foi orientada pela Suarm com base em recomendações da CGU e TCU e sem o qual não será possível alocar os recursos para a execução da adequação desejada</p> <p>de em 22/03/2011 como Solucionado</p> <p>Em face das medidas, embora paliativas, adotadas pela Sureg/MA e tendo em vista que a solução definitiva da pendência foge da governabilidade da Sureg, consideramos o item solucionado. Todavia, recomendamos que essa Sureg interaja com a Matriz para garantir a inclusão, no orçamento do exercício de</p>
--	--	--

			2012, dos recursos necessários para a aquisição da nova Sede, de modo a solucionar em definitivo o problema das instalações físicas da Sureg.
		<p>911.3 – Recomendamos à Sureg/MA que realize cursos de capacitação na atividade operacional, para os empregados do Seopi e Segeo.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente Recomendação acatada, devendo a Regional oportunamente interagir com a área de treinamento da Matriz com vistas a implementação dos treinamentos a serem priorizados.</p> <p>de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Solucionado Em face da resposta oferecida, consideramos o item solucionado, observando que a implementação da recomendação será avaliada por ocasião dos próximos trabalhos de auditoria nessa Sureg.</p>
		<p>911.4 – Recomendamos à Sureg/MA que designe empregados para realizar, especificamente, a conciliação e análise contábil, tendo em vista a extrema relevância desta tarefa.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente Devido a limitação quantitativa da equipe não há condições de designar empregados com a incumbência específica de realizar as conciliações. Contudo, há um grupo de quatro empregados com atuação prioritária nessa atividade: Genilde Miranda de Paiva, Célia Maria Alves, Hilton Araújo da Silva e Catulina Maria Oliveira Rosa.</p> <p>de em 02/02/2011 como Solucionado Item solucionado, em razão da resposta oferecida pelo auditado.</p>
		<p>911.5 – Recomendamos à Sureg/MA que adeque o quadro funcional da Unidade Imperatriz, para que independa da utilização de mão-de-obra terceirizada.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente A situação dessa Unidade estará sendo contemplada no estudo objeto do subitem 911.1</p> <p>de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Pendente O item permanecerá pendente até que seja concluído o estudo. Reiteramos a necessidade de remeter cópia à Audin.</p>

	<p>912 – Verificou-se que os processos de CPR-doação encontram-se, de um modo geral, desorganizados e mal instruídos (com falta de documentos comprobatórios importantes e com documentação anexada fora da ordem cronológica), fator esse que prejudicou sobremaneira a análise. Nesse aspecto, é relevante orientar que: a) os processos sejam instruídos com cópia das notas promissórias e a versão original seja guardada em local seguro; b) a formalização das CPR ocorra apenas após a ratificação dos preços pela Dipai; c) no caso de ocorrência de irregularidades, o processo seja instruído com o ofício da Conab solicitando esclarecimentos ao proponente, sua resposta e a análise da Conab com relação às justificativas apresentadas, procedendo, ainda, a aplicação das penalidades previstas nos casos de não acatamento dos esclarecimentos prestados; d) sejam emitidas as notas fiscais de entrada e saída logo após a entrega da prestação de contas, de modo a possibilitar a respectiva baixa contábil; e) nos casos em que as declarações prestadas por escrito pelo fornecedor ou beneficiário forem contrárias às declarações colhidas pela fiscalização, que se proceda a verificação da sua veracidade, antes da tomada de decisões; f) seja realizada vistoria prévia à contratação da CPR, para avaliar a capacidade operativa do fornecedor e a viabilidade do projeto.</p>	<p>912.1 – Recomendamos à Sureg/MA que observe em todos os processos de CPR-doação as orientações prestadas nesse item, bem como os instrua, devidamente, com os documentos elencados no Título 30 do MOC, considerando-se a ordem cronológica de sua emissão e o "check list" adotado pela Sureg/MA.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Em referência à recomendação da Audin o checklist a ser utilizado no processamento de pré-pagamento às CPRs-Doação já foi readaptado para maior eficiência e posto em utilização no Seopi. Com sua utilização, eventuais falhas de inserção documental nos processos dos projetos de CPR-Doação tendem a ser totalmente eliminadas já que o checklist abrange todas as etapas prévias à consolidação do pagamento por parte das áreas envolvidas (operacional/financeira). de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Solucionado O item foi considerado solucionado, em face das medidas adotadas pela Sureg/MA.</p>
	<p>913 – Merece destaque o controle interno utilizado pela Sureg/MA no processo de execução da CPR doação, consubstanciado no documento “Liberação Financeira CPR-Doação”. Por meio desse controle, a Sureg/MA condensa informações referentes a execução do projeto, tais como: os dados do proponente e da CPR, período de execução do contrato, o cronograma de execução, o controle dos saldos financeiros, a avaliação da fiscalização e os dados da entrega do produto. Outro controle interno também utilizado pela Superintendência é o preenchimento da “Planilha Analítica de Proposta”, que é composta por um "check list" elaborado de acordo com o Título 30 do MOC. Em razão dessas boas práticas administrativas, implementadas pela Superintendência, entendemos que esses dois controles poderão ser inseridos no SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, para ser compartilhado por todas as Superintendências Regionais.</p>	<p>913.1 – Recomendamos à Supaf que interaja com a Sutin, no sentido de propor a inserção dos controles internos adotados pela Sureg/MA (“Liberação Financeira CPR-Doação” e “Planilha Analítica de Proposta”) no Sistema de Gestão de Estoques - SIGEST.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Registrarmos nossa satisfação pela recomendação por parte da Audin do uso de mecanismos de controle elaborados por funcionários desta Regional no Sistema de Gestão da Matriz. Tendo em vista que o programa de CPR-Doação é uma nova modalidade de apoio à comercialização da agricultura familiar, sendo também uma experiência nova para as áreas operadoras da Conab, torna-se, evidentemente, suscetível de constantes adequações e inovações tanto gerenciais como estruturantes. A criação da Gerência da Agricultura Familiar e dos setores a ela anexos (sociobiodiversidade e PAA), denota o comprometimento da direção nacional da empresa em dispor de mecanismos eficientes no acompanhamento e gestão do programa.</p>
	<p>914 – Não obstante o uso pela área operacional dos dados de liberação financeira, estes não são utilizados pela área contábil para análise e conciliação dos saldos contábeis relativos a CPR-doação, o que gerou, em alguns casos, divergências entre os demonstrativos</p>	<p>914.1 – Recomendamos à Sureg/MA que a área contábil interaja com a área operacional de modo que o controle operacional (Ficha</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente A recomendação da Audin será cumprida com o</p>

	contábeis e os controles operacionais.	de Liberação Financeira) utilizado nas operações de CPR doação, seja utilizado como documento extra-contábil para análise e conciliação dos saldos, evitando-se a permanência de registros de débitos inexistentes.	encaminhamento à Gefad/Secof da Ficha de Liberação Financeira para análise por parte daquela área dos lançamentos financeiros efetivadas pela área operacional. Para consolidação de tal medida foi realizada uma reunião coordenada pelo Sureg Substituto com a participação das demais áreas afins (gerências e setores). de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Solucionado O item foi considerado solucionado, em face das medidas adotadas pela Sureg/MA.
	915 – Constatou-se que vários projetos de CPR doação envolviam um grande número de agricultores familiares fornecedores e de entidades consumidoras. Esse fato contribuiu, sobremaneira, para a execução ineficiente (e até mesmo a inviabilidade, em alguns casos) dos projetos, pelas entidades proponentes, dificultando o controle, a supervisão e a operacionalização destes pela Conab. Com o objetivo de minimizar tais ocorrências, entende-se que a Conab deve orientar as entidades a elaborar projetos menores, com foco na eficiência e eficácia do programa.	915.1 – Nesse sentido, recomendamos à Sureg/MA, em interação com a Supaf, que avalie a possibilidade de formalizar projetos menores, nos quais participem um número mais reduzido de agricultores familiares fornecedores e instituições consumidoras, sem prejuízo de atingir os objetivos do programa, primando, todavia, pela eficiência e eficácia.	de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Em referência à recomendação da Audin, que reputamos como oportuna, esta Regional, preliminarmente, está optando por trabalhar projetos com um teto máximo de 60 (sessenta) participantes, portanto, excluindo, no ensejo, vários projetos que encontram-se em carteira nesta Regional e que apresentam um número maior de participantes fornecedores. Tais proponentes serão orientados a refazer seus projetos neste início de ano. Excepcionalmente, em se tratando de renovação de projetos, cuja execução não tenha registrado nenhuma infração ou impropriedade normativa, esta Regional analisará a possibilidade de aumentar o limite para 80 (oitenta) produtores se for demandada com fundamentação pelos proponentes. de em 02/02/2011 como Solucionado Em face das medidas adotadas pela Sureg/MA, consideramos o item solucionado, observando, contudo, que a Audin fará novas avaliações por ocasião da realização de outros trabalhos de auditoria nessa Sureg.
	916 – Desde 2008 não ocorre análise e conciliação dos saldos	916.1 – Recomendamos à Supaf	de jose.fahd em 27/01/2011

	<p>devedores dos agricultores fornecedores que participaram dos projetos de CPR-alimento em 2003 e 2004. Esse controle interno não vem sendo feito pela área operacional. Verificou-se fragilidade no sistema de controle da CPR-alimento, uma vez que os relatórios disponibilizados não trazem informações consolidadas e consistentes, relativas aos saldos devedores.</p>	<p>que interaja com a Sutin, para implementar no sistema xCAF eficiente controle interno no processo de CPR – alimento, a fim de que seja possível a emissão de relatórios de gestão consolidados e consistentes. Caso esse controle já exista, recomendamos à Supaf que oriente a Sureg/MA a utilizá-lo de forma eficiente e segura.</p>	<p>como Pendente Aguardaremos as instruções pertinentes ao assunto provenientes da Supaf.</p>
	<p>917 – Na análise dos processos do PAA verificou-se a morosidade da Sureg/MA em adotar as medidas previstas nos normativos, principalmente, no que se refere à aplicação de penalidades diante das irregularidades constatadas pela fiscalização, à solicitação de esclarecimentos da entidade proponente, à requisição para restituição de saldos remanescentes e à tomada de decisões quanto à suspensão/cancelamento do projeto. Há casos, inclusive, que a Sureg/MA já detém informações suficientes para a tomada de decisões, mas ainda não se posicionou a respeito do assunto, prejudicando a Conab quanto a possibilidade de aplicar o seu direito contratual ao caso concreto, seja através de medidas punitivas, seja por meio da restituição de valores.</p>	<p>917.1 – Recomendamos à Sureg/MA que, para resguardar o direito da Conab, agilize sua tomada de decisões quando dispuser dos elementos necessários para tanto e que, caso não os possua, que adote os procedimentos previstos no contrato e nos normativos, de forma célere, a fim de instruir os autos com os requisitos necessários às suas decisões.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Estaremos adotando as providências para fiel cumprimento das recomendações. de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Solucionado Item solucionado em razão das respostas oferecidas pela Sureg/MA, observando, contudo, que a Audin fará novas avaliações por ocasião da realização de outros trabalhos de auditoria nessa Sureg.</p>
	<p>918 – O controle de movimentação de estoque e de escrituração fiscal das Unidades Armazenadoras da Sureg/MA é feito pelo sistema Saagra – Sistema Aplicado a Armazenagem de Grãos. No entanto, verificou-se que os inventários de mercadorias depositadas são feitos pelas unidades em planilhas eletrônicas, isto é, não são extraídos do sistema. No confronto dos inventários manuais apresentados pelas unidades com o inventário extraído do xFAC (nas atividades PGPM, PAA, Opções e Estoque Estratégico), foram constatadas relevantes divergências no controle dos estoques, conforme já relatado no Capítulo VI. Assim, é necessário que a Sureg/MA utilize os recursos disponíveis no sistema SAAGRA, para gerar relatórios consistentes e com informações seguras, a fim de otimizar o processo de controle operacional.</p>	<p>918.1 – Recomendamos à Sureg/MA que utilize os inventários gerados pelo SAAGRA, para gerar relatórios gerenciais consistentes e seguros, a fim de otimizar o processo de controle operacional.</p>	<p>de jose.fahd em 27/01/2011 como Pendente Será aplicada a recomendação quanto à utilização dos inventários em conformidade com o Saagra. de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Solucionado Item solucionado em razão da resposta oferecida pela auditado, observando, contudo, que a Audin fará novas avaliações por ocasião de outros trabalhos de auditoria nessa Sureg.</p>
	<p>919 – Nas entrevistas realizadas com os gestores (Superintendente e Gefad), constatou-se que a Sureg/MA não utiliza os demonstrativos contábeis como ferramenta de análise e controle gerencial. Os referidos demonstrativos podem ser utilizados para acompanhar a performance da Sureg e identificar distorções que ensejem, em tempo hábil, a adoção das medidas pertinentes, além de serem úteis na elaboração de relatórios gerenciais, auxiliando os gestores na tomada de decisões.</p>	<p>919.1 – Recomendamos à Sureg/MA que utilize os demonstrativos contábeis como ferramenta de análise e controle gerencial, a fim de agilizar o acompanhamento da performance da Sureg e a adoção de medidas de saneamento acaso necessárias.</p>	<p>de ozias.souza em 27/01/2011 como Pendente Esta Regional está interagindo com a Sucon objetivando obter o acesso aos Relatórios contábeis com vistas a propiciar o exame e acompanhamento pelos Gerentes e Superintendente. de em 02/02/2011 como Pendente Observamos que essa Sureg poderá utilizar demonstrativos contábeis disponíveis no sistema Siafi e com acesso direto, tais como: balancetes e</p>

			<p>balanço patrimonial. Sugerimos interagir com a Sucon para disponibilizar acesso ao sistema SISDRE - Sistema de Demonstração do Resultado do Exercício, de modo que seja possível gerar a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE da Sureg, das Unidades Armazenadoras e das Unidades Finalísticas (PGPM, PAA, Opções e Estratégico).</p>
	<p>920 – Constatou-se, na análise de documentos, que a Sureg/MA deixou de registrar despesas dentro do mês de competência, não observando, assim, o princípio contábil da competência. Essa prática distorce os resultados, podendo, assim, gerar lucro no mês em que não se registrou a despesa e um prejuízo naquele em que ela for registrada. A Conab pode ainda ser prejudicada financeiramente, na medida em que o imposto de renda da empresa é calculado trimestralmente e o registro irreal de despesas pode ensejar o pagamento desnecessário de tributos.</p>	<p>920.1 – Recomendamos à Sureg/MA que registre todas as despesas no seu respectivo mês de competência. Caso haja a impossibilidade de fazê-lo (em razão de limites de empenho, por exemplo) que a Sureg/MA interaja com a Sucon/Matriz, no sentido de obter orientações, para que se proceda o registro contábil em despesa extra-orçamentária, com a adequação pertinente no momento em que houver a liberação do crédito orçamentário.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente A Regional já vem adotando o procedimento orientado nesta recomendação. Os casos observados foram falhas eventuais. As equipes funcionais envolvidas foram alertadas objetivando evitar o registro de novas ocorrências. Por relevante foi anotada a recomendação com vistas aos eventuais casos futuros em que haja a necessidade de requerer-se, da Sucon, a orientação para o registro de despesa de forma extra-orçamentária, devido ocasional indisponibilidade da verba.</p> <p>de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Solucionado Item solucionado em razão da resposta oferecida, observando, entretanto, que a Audin fará novas avaliações por ocasião da realização de outros trabalhos de auditoria nessa Sureg.</p>
	<p>921 – As fichas de conciliação contábil são documentos nos quais se pretende demonstrar as pendências apuradas nas análises e conciliações contábeis. Todavia, constatou-se que as fichas preenchidas pela Sureg/MA apresentavam as seguintes inconsistências: a) históricos que não descrevem de forma clara e objetiva a pendência; b) nos casos de pendência de exercício anterior, esta era relatada como “saldo anterior”, sem a sua descrição e origem; e c) as fichas se mostram como mera transcrição do razão da conta. Essas inconsistências prejudicam a análise contábil, perdendo a ficha de conciliação sua utilidade.</p>	<p>921.1 – Recomendamos à Sureg/MA que as fichas de conciliação contábil sejam elaboradas com históricos que demonstrem, de forma clara, a que se refere o registro, inclusive, quando o saldo for oriundo de exercícios anteriores.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente A recomendação contempla instrução com vistas a um melhor detalhamento do histórico nas fichas de conciliação contábil. Recomendação acatada</p> <p>de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Solucionado Item solucionado em razão da resposta oferecida, observando, contudo, que a Audin fará nova avaliação por ocasião de outros trabalhos de auditoria nessa Sureg.</p>

		<p>921.2 – Recomendamos à Sureg/MA que apenas sejam elencadas, na ficha contábil, as pendências que compõem o saldo da conta, de modo a não transcrever todos os lançamentos constantes no razão.</p>	<p>de ozias.souza em 25/01/2011 como Pendente A recomendação contempla orientação que racionaliza e facilita o procedimento Recomendado acatada. de eugenia.oliveira em 02/02/2011 como Solucionado Item solucionado, observando, contudo, que a Audin fará nova avaliação por ocasião de outros trabalhos de auditoria nessa Sureg.</p>